



REVISTA
MUNICIPAL



Ano XXIII — Número 94
3.º Trimestre de 1962

PUBLICAÇÃO CULTURAL DA CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA

NA CAPA: Vista de Lisboa — Gravura de Franz Hégi., desenho de Noël.

0 2 87 A

REVISTA MUNICIPAL

DIRECTOR

HENRIQUE MARTINS GOMES

ASSISTENTE GRAFICO

JOSE ESPINHO

DESENHOS DE

CARLOS O. PINTO

CARLOS RAFAEL

LEONILDO DIAS

JOSE ESPINHO

CAPA DE

LEONILDO DIAS

SUMÁRIO

*COM A MORTE DE MATOS SEQUEIRA, LISBOA PERDEU
UM SERVIDOR DEDICADO*

O MILAGRE DE LISBOA

MANUEL DE CAMPOS PEREIRA

A SEREIA NOS DESCOBRIMENTOS

FERNANDO DE CASTRO PIRES DE LIMA

O SIMBOLISMO DO RAMO DE LOURO

MÁRIO COSTA

*A CÂMARA MUNICIPAL E O I CURSO DE RECEPCIONISTAS,
ORGANIZADO PELO S. N. I.*

ACONTECIMENTOS CIDADINOS

MANUEL DA MAIA E O AQUEDUTO DAS AGUAS LIVRES

EDUARDO DOS SANTOS

O SENADO DA CÂMARA E OS SEUS PRESIDENTES

FERREIRA DE ANDRADE

HORS-TEXTE — O AQUEDUTO DE ALCANTARA

Alvito

Proj. Piv. 2



REVISTA MUNICIPAL

REVISTA MUNICIPAL
MUNICÍPIO DE SÃO PAULO

ANEXO Nº 100
DE 1950

EDITADO POR
O MUNICÍPIO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
E FINANÇAS

IMPRESSÃO
EM SÃO PAULO

SUMÁRIO

1. O MUNICÍPIO DE SÃO PAULO E A ADMINISTRAÇÃO LOCAL

2. O MUNICÍPIO DE SÃO PAULO E A ECONOMIA LOCAL

3. O MUNICÍPIO DE SÃO PAULO E A EDUCAÇÃO LOCAL

4. O MUNICÍPIO DE SÃO PAULO E A SAÚDE LOCAL

5. O MUNICÍPIO DE SÃO PAULO E A CULTURA LOCAL

6. O MUNICÍPIO DE SÃO PAULO E O PLANEJAMENTO LOCAL

7. O MUNICÍPIO DE SÃO PAULO E A PARTICIPAÇÃO CIDADÃ

8. O MUNICÍPIO DE SÃO PAULO E A ADMINISTRAÇÃO LOCAL

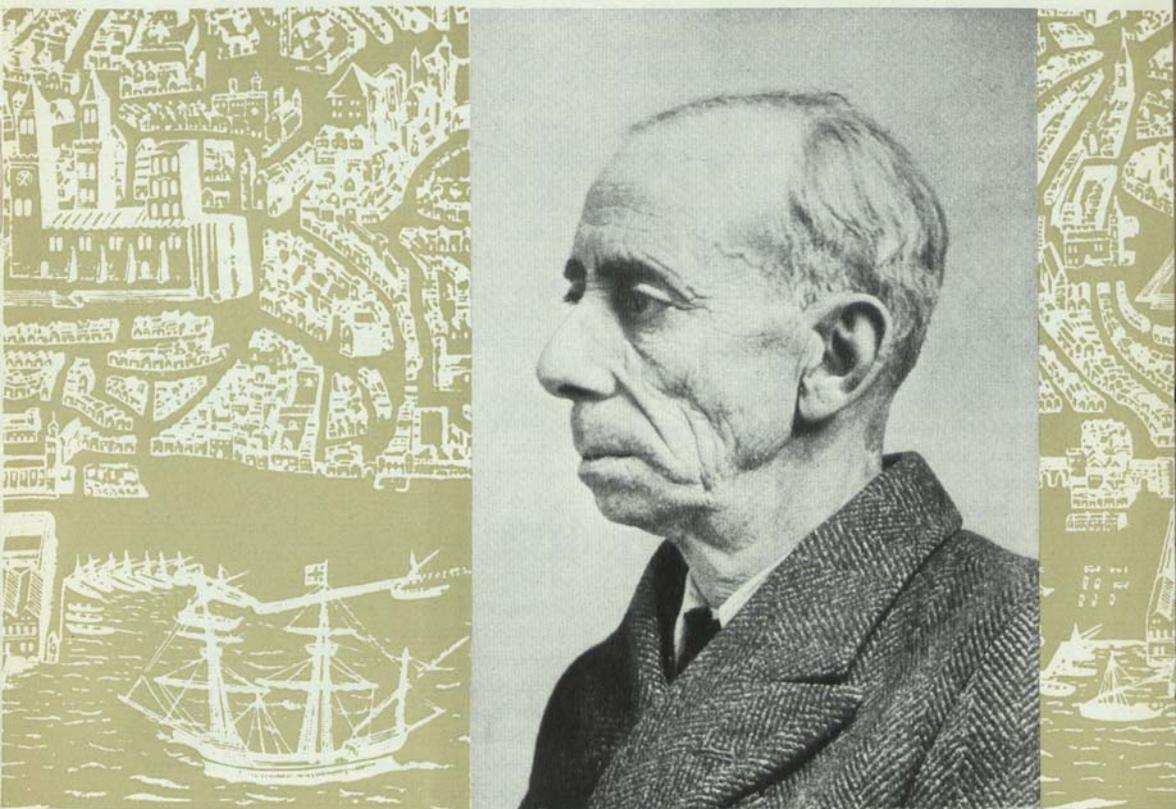
9. O MUNICÍPIO DE SÃO PAULO E A ADMINISTRAÇÃO LOCAL



OS ARTIGOS PUBLICADOS
NA «REVISTA MUNICIPAL»
SÃO DA RESPONSABILIDADE
DOS SEUS AUTORES



1950



COM A MORTE DE **MATOS SEQUEIRA**
LISBOA PERDEU UM SERVIDOR DEDICADO

Morreu Gustavo de Matos Sequeira, olisipógrafo, que muito quis e muito serviu Lisboa. A vida abandonou-o no mês de Agosto, em dia ridente de claridade, mas que ficou assinalado pelo triste acontecimento.

Matos Sequeira ressuscitou Lisboa do seu passado, pedra a pedra, episódio a episódio, figura a figura, e acompanhou a sua vida até ao último minuto de uma existência longa e pleníssima.

A casa mais humilde, a figura mais popular, o bairro mais modesto tinham nele o mesmo cronista atento dos grandes acontecimentos e dos lisboetas privilegiados de imortalidade.

Sério na sua cultura, sabia rir no seu convívio. Erudito que era, não cessava de ser, sob vários aspectos, exactamente os melhores, o estudante. O interesse pelos livros, pelos documentos, nunca impediram o seu debruçar atento pela vida que passava, perto ou longe, dos seus olhos.

Era regrado e parecia boémio. Administrava admiravelmente o seu tempo, quase desafiava os seus limites humanos e dava a impressão de que o atirava pela janela. Como todos os lisboetas, que amaram Lisboa, que cantaram Lisboa, que enaltecera Lisboa, vivia muito no Chiado. Estava lá, mesmo quando não estava lá...

Neste homem havia vários homens: o arqueólogo, o poeta, o autor dramático, o historiador, e, em facetas várias, o jornalista. Mas o que é raríssimo, quase de milagre, em vez de dispersão havia em tudo isto fusão harmoniosa!

Em vários episódios da sua vida mostrou que, a par de um homem de palavras, era um homem de acções e, entre as que praticou, das mais concretas, das mais valiosas, fica, até por inesquecível, a sua reconstituição da Lisboa Antiga, que foi visitada e admirada, não por pessoas, mas por multidões.

Como dissemos, dedicou a Lisboa os mais estremeçados afectos do seu coração e as mais atentas tarefas da sua actividade. Não contente em procurar, sem descanso, as raízes da sua história e em desvendar as maravilhas dos passos menos conhecidos da sua caminhada nas idades, contou-a na frescura luminosa dos seus aspectos e costumes. Foi mais longe nesse enlevo pela cidade, intervindo, por mil formas adequadas à natureza das suas aptidões e méritos, na palpitação da vida colectiva da capital. Realizou assim uma obra incomparável e vastíssima de olisipógrafo, que se desdobrou em diferentes manifestações, todas dominadas pelo culto fervoroso de Lisboa. Impossível citar todos os seus livros incluídos neste ramo da sua actividade intelectual, e todas as peças de teatro, e todas as conferências, as campanhas, e certames, e iniciativas próprias ou a que deu o valor essencial da sua colaboração. Após «Noudar», o primeiro folheto em 1909, começa a grande série de honra da sua bibliografia olisiponense, em 1916, com «Excursões ao Termo de Lisboa». Em 1916 sai o primeiro volume de «Depois do Terramoto», aparecendo os três seguintes em 1918, 1922 e 1934; no mesmo ano em que escreveu com Rocha Júnior «Oliveira», editou as crónicas alfacinhas de «Tempo Passado», em 1924. Seguem-se «Relação de Vários Coros

Notáveis», «Guia Turístico de Lisboa», «Catálogo da Exposição Olisiponense», «A Sé de Lisboa» (colaboração com Nogueira de Brito), «Teatro de Outros Tempos», «Elogio Histórico do Visconde de Castilho», «Lisboa», «Monografia Histórica de Lisboa», «Auto de Santo António», «A Evolução da Cidade», «Auto de S. João», «O Carmo e a Trindade», «Como se Visita Lisboa», «Afonso Henriques» (alegoria dramática), «A Nossa Lisboa», em colaboração com Pastor de Macedo, «Lisboa — Oito Séculos de História», etc.

É uma obra enorme, fecunda de revelações, poderosa de interesse, fundamental como elucidação histórica. Durante os anos da publicação desses volumes, Matos Sequeira proferiu dezenas e dezenas de conferências, escreveu muitos outros volumes sobre história literária, biografia, monografias, investigação — «História do Trajo», «Portugal de Algum Dia», «Figuras Históricas de Portugal», «A Universalidade de Gil Vicente», «Os Continuadores de Sá de Miranda», «Os Continuadores de Gil Vicente», «Évora», «Palácios e Solares Portugueses», etc., etc. E peças de teatro, revistas famosas e obras do género declamado, como, entre outras, «Diabo Azul», de colaboração com o seu grande amigo e companheiro Pereira Coelho, colaboração que se manteve noutros trabalhos, como nas adaptações de «A Toga Vermelha», e «O Senhor que se Segue», ambos em 1927; «Terra de Ninguém», em 1930, «Revoltados», em 1930; «A Estrela do Avenida», em 1933, etc.

Entre os numerosos empreendimentos em que interveio como organizador ou directo e importante colaborador devem citar-se a Exposição Olisiponense, no Museu do Carmo, em 1914; Exposição Biblio-Iconográfica de Lisboa, em 1935; Exposição do Mundo Português, em 1940; Exposição do Terramoto de 1755; Exposição do Centenário da Imprensa, em 1941, etc. Organizou, com Leitão de Barros e Alberto de Sousa, em 1926, o Mercado do Século XVII, no Largo de S. Domingos; a reconstituição de Lisboa Antiga, em 1935, etc.

Gustavo de Matos Sequeira foi, por duas vezes, eleito vereador da Câmara Municipal de Lisboa.



O Milagre de Lisboa

POR MANUEL DE CAMPOS PEREIRA

O meu querido e velho Amigo Martins Gomes (velho, apenas, pela maturidade da sua estima) pede-me, com a natural insistência dos seus direitos afectivos, uma crónica sobre Lisboa, onde, por certo, a par da qualidade de legítimo alfacinha, eu ponha a minha sensibilidade de romancista.

E eu tenho, por acaso, uma triste, bela e dramática história para contar sobre Lisboa. É a história, afinal, tão perturbante como inexplicável, do amor unilateral a uma coisa, a um lugar, a uma paisagem, ou, quantas vezes, à terra onde apenas nascemos.

Não sei se será este, por definição, o amor mais absurdo e mais estulto, mas é também, sem sombra de dúvida, o mais nobre sentimento que pode entrar no coração de um homem, já que apenas dá e nada recebe, ainda que ao menos em compreensão, porque são mudas e inertes a terra, a paisagem e as simples coisas perante a adulação, a dádiva e até o sacrifício daquele que as contempla e, muitas vezes, só por elas vive.

Em certa medida, Lisboa é para mim um caso semelhante. E vou explicar porquê.

Devo ter, com certeza, um sangue misto de peregrino e de cigano, pois que, ainda de calção e de fato à maruja, já eu me deparava, à casual passagem pela beira do Tejo, a olhar com ânsia para os barcos que partiam, por entre os quais vastas miragens de terras distantes se me desenhavam. Sempre vivi no permanente sonho de viajar, e — se me é permitido arriscar uma confissão inconfessável — de abandonar com malas e bagagens o recanto triste e um pouco melancólico onde se processou toda a minha infância. Não era que me sentisse infeliz por falta de amigos ou de convivência, mas a rua em que então morava, cuja espécie de bangaló se rodeava de um jardimzinho de cemitério, tinha do lado oposto um alto muro, para lá do qual se ocultava a bela tapada da Ajuda; e eu, nem sei porquê, sentia, como minha Mãe nos seus desabafos, aquele alto muro traduzindo um beco a todas as justas alegrias e ansiedades.

Por outro lado, meu Pai, que longo tempo vivera em Paris, criara pela França um amor obsessivo, ainda que, mesmo depois despaísado, acabasse por voltar a Lisboa onde a morte o colheu em plena juventude de espírito.

Nas noites de Inverno, Paris andava nos nossos ouvidos — nos meus e nos de meus irmãos — através das histórias, episódios e recordações que meu Pai nos desfiava com o seu belo poder narrativo de novelista frustrado.

Criei pois pela França, e particularmente por Paris, um amor de sortilégio, tão embruxado e difuso que posso dizer não haver plano ou idealidade da minha agitada adolescência em que Paris não entrasse como pano de fundo.

Mas a Vida — que tanto se compraz em mover o seu moinho de adversidades ou de profecias — sempre conseguia, após facilidades aparentes na realização dos meus projectos, impossibilitar magicamente a minha partida, que era — devo também confessá-lo — uma forma de fuga ao tédio que a vida portuguesa me provocava.

Lembro-me de, por essa altura, contactando já então com alguns escritores e jornalistas de renome, lhes ter ouvido, em resposta aos meus anseios e revoltas, palavras de encantamento e como de compensação aos tormentos intelectuais de cuja epidemia começava eu a estar contagiado. Um deles era Carlos Amaro; outro, Norberto de Araújo, que fora grande amigo de meu Pai e que logo ao primeiro olhar me considerara objecto da sua ternura. Pois um e outro, se bem me lembro, eram dois loucos sinceríssimos por Lisboa.

Nos passeios que juntos dávamos nas calmas tardes de Primavera — sobretudo com Carlos Amaro — parávamos muitas vezes para fazer vibrar estas exclamações aqueles dois verdadeiros poetas da cidade:

— Você já reparou bem nisto, seu biltre? Bem se vê que está ainda muito verde para ficar cego a toda esta beleza! Mas um dia se arreperderá dessa sede de emigração e de aventura. Lisboa é um doce vício que não se esquece nunca!

Eu, então pouco menos que um rapazinho com fumos de escritor — tinha apenas publicado os meus dois primeiros livros — olhava a bela paisagem que me era apontada e, ainda que numa espécie de enevoado assombro, ria-me por dentro.

E Paris? — pensava na minha obsessão. — E Londres? E Genève, de que meu Pai igualmente me falava com tanto ardor?

— Bem sabemos — diziam-me eles — que há horas de grande tédio e desânimo, que há inibições e a frustração inelutável. Mas Lisboa compensa tudo.

Estas frases tinham o condão de me cegar ainda mais na ânsia de partir. Não havia oportunidade que não tentasse, ideia extravagante que não me ocorresse. Tudo porém era em vão. Só me restava sentar-me à mesa de trabalho e abrir as asas de morcego para dar largas à minha obsessão frustrada.

Foi só afinal bastante mais tarde, e por motivos dramáticos, que tive a oportunidade de me fixar em Paris. Apesar desses motivos, eu e minha mulher como que erguemos os braços em agradecimento ao destino.

Mas o êxtase durou pouco, e a terrível face da morte espreitou pela nossa janela.

Fiquei só e enregelado. Bem sabia que me restava ainda Paris para uma mais rápida recuperação, pois a bela cidade continuava a ser o meu namoro contrariado. Os amigos que me visitavam diziam-me o mesmo. Paris e a vida intelectual salvar-me-iam em pouco tempo.

Foi aqui, precisamente aqui, que começou a processar-se no meu espírito o mágico sortilégio de Lisboa. Dia a dia como que o doce veneno me penetrava numa saudade sem remédio. Ainda intentei pequenos «séjours» em Portugal para me atenuarem a nostalgia crescente. Mas quê? Já então eu dava, como turista estrangeiro, os meus passeios pela Alfama, pela Madragoa ou à beira do Tejo. E o encantamento como que me inundava.

Eu vinha do ambiente francês onde tudo para a minha vida de escritor era facilidade e êxito. E no entanto estava pegado a Lisboa pelo gasnete.

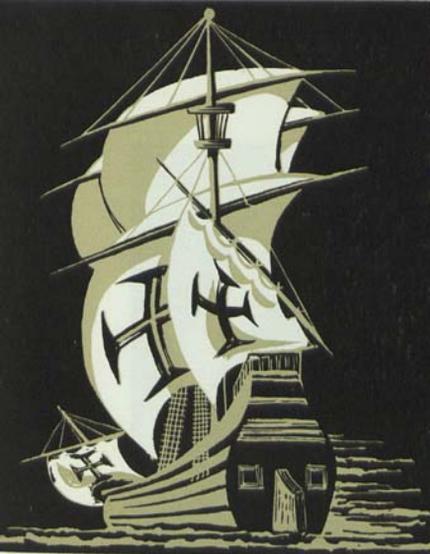
Já tinha visto eu este tíbio Sol das tardes de Inverno sobre o rico cenário do casario adormecido e cheio de cor? As ruas quietas onde voam borboletas e os mais belos sonhos se abotoam? Já tinha eu parado, como tantos, em frente do Tejo, para, no ambiente azul, assistir ao regressar dos barcos que tinham sido a culpa dos meus sonhos?

Era como se visse pela primeira vez.

Só tinha um recurso. Voltar. E voltei, por fim.

Há — como diziam os meus dois amigos já mortos — horas de grande tédio e desânimo, há inibições e a frustração inelutável.

Mas Lisboa compensa tudo.



A Sereia nos Descobrimentos

POR FERNANDO DE CASTRO PIRES DE LIMA

O Infante D. Henrique teve de enfrentar uma série de mistérios que envolviam o mundo do seu tempo. Homem superior, não se deixou dominar pelas lendas terríveis que aterrorizavam as pessoas, mesmo as mais corajosas.

O mar era uma incerteza e acreditava-se que todo aquele que o tentasse atravessar, seria vítima da sua ousadia.

Tradições diabólicas corriam de boca em boca, enchendo de pavor as almas simples. O povo julgava que o Oceano Atlântico tinha o poder mágico de matar os que tentassem decifrar as suas incógnitas, e ainda que seria capaz de roubar aos homens a noção do tempo. Os segundos eram dias, as horas séculos. Uma velhice precoce substituiria instantaneamente a mocidade em flor.

As trevas adensavam-se. As tempestades com os ventos em fúria, as ondas encapeladas, os relâmpagos e os trovões eram o cenário ideal para criar mitos terríficos.

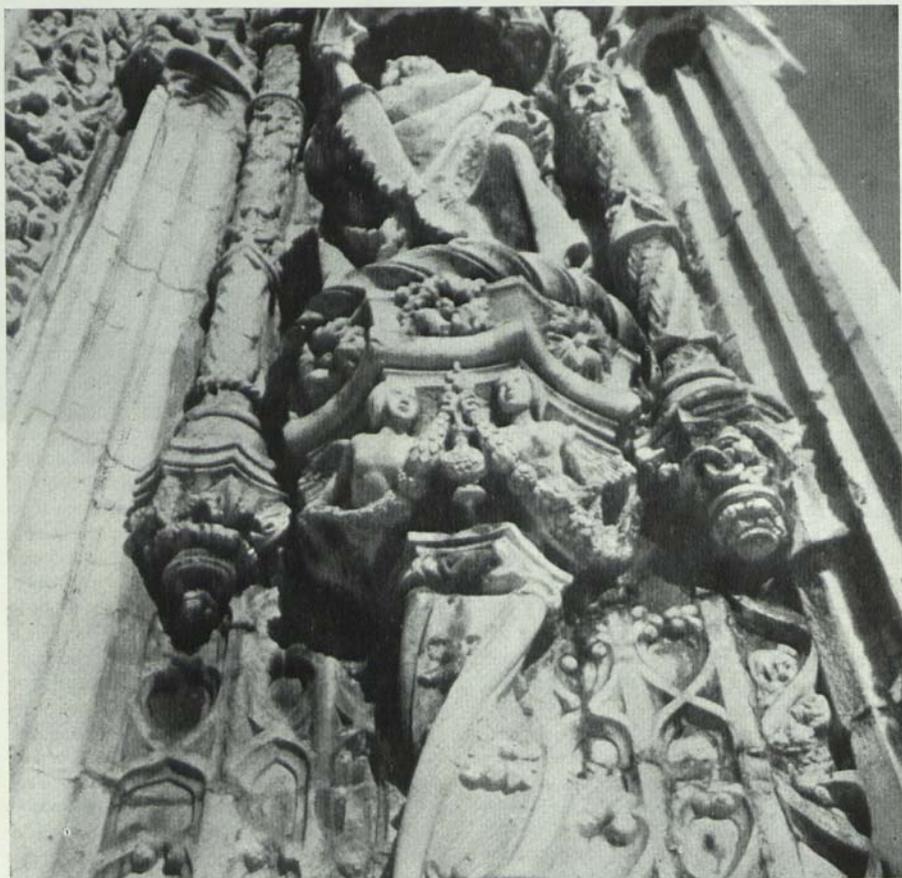
O mar tenebroso, com vagas da cor da noite escura, mais parecia autêntico fantasma a gritar ameaças, criando os medos que apavoravam tudo e todos.

Monstros infestavam o mar alto e desafiavam o homem ousado para a morte sem remissão.

Ai do navio que se atrevesse a cortar as ondas em demanda de novas terras e novas estrelas!

Ai do navio que tal tentasse, porque, num momento, seria engulido com tripulação e haveres, e nunca mais se saberia nada do seu destino.

O Infante D. Henrique, imperturbável na sua fé e na sua esperança, não acreditava nos velhos do Restelo do seu tempo. Tinha a certeza que



Jerónimos — Pormenor

seria capaz de romper as trevas, de destruir os medos, de atravessar os mares, de criar um novo Império, de levar a outras gentes a palavra de Cristo traduzida em português de lei. O Infante D. Henrique incutiu ânimo, deu força aos seus marinheiros e fez deles cavaleiros do mar, sem medo e sem pavor.

As lendas foram desfeitas, os mistérios esclarecidos e passou-se o cabo Não, porque o Infante D. Henrique demonstrou que o regresso era

possível. Depois dobrou-se o cabo Bojador e tantos outros e, por fim, chegou-se ao cabo do mundo. O Infante e o seu génio extraordinário permitiu que toda a terra fosse desvendada pelos Portugueses, perante o assombro de todas as nações. Entre os mitos que mais impressionavam, pela poesia e pelo drama que revestiam, era o das sereias do mar, que foram testemunhas da arrancada heroica dos portugueses por esse mundo de Cristo.



Aldrava da porta dum prédio da Rua dos Navegantes

A sereia do Mediterrâneo, metade mulher e metade ave, desapareceu para dar lugar à sereia Atlântica, metade mulher e metade peixe.

A sereia, tentação diabólica, excitava os marinheiros com a sua voz melodiosa, e arrastava-os para núpcias malditas, donde jamais homem nenhum regressara de tão estranha lua de mel.

As sereias, que, segundo a lenda foram vencidas por Ulisses, não puderam por isso assistir à fundação de Lisboa.

D. Gaspar de Leão, insigne moralista, garantia que «as fábulas têm fundamento de alguma verdade como esta de Ulisses».

Ninguém melhor do que o famoso autor do livro *Desengano de Perdidos* soube explicar a transformação que as sereias sofreram no decorrer dos séculos: «uns pintam as sereias com os pés de galinha, e outros as pintam acabando a parte do pescado com seu rabo».

A sereia mediterrânea desapareceu para sempre e em seu lugar ficou a sereia atlântica, a sereia dos Portugueses, a sereia dos Descobrimentos. As sereias que Gil Vicente cognominou de «fadas marinhas», ainda hoje, segundo Teófilo Braga, são conhecidas nos Açores simplesmente por «marinhas».

Kastner dizia que «quase todas as fadas da Idade Média podem ser consideradas como gênios marinhos ou aquáticos, e que a sereia personifica a influência mortífera que exerce a voluptuosidade sobre os sentidos ou sobre o espírito».

Essa tentação dominou os navegadores perdidos no alto mar, à mercê de tempestades sem fim.

Freguesia de S. José (antiga Quinta da Pescadinha)





Museu de Azulejo da Igreja da Madre de Deus

Kastner reconhece que «a fábula das sereias foi imaginada para explicar, sob uma forma poética, os perigos que esperam os navegadores sobre os mares, ou melhor, num sentido filosófico, os perigos que o homem neste mundo encontra no seu caminho».

D. Gaspar de Leão, primeiro Arcebispo de Goa, diz que se «chamam sereias a estas mulheres pelo atrevimento que fazem aos homens com a formosura, e palavras e artifícios do ofício, com as quais, convidadas, os homens se perdiam».

O poeta popular sente o drama intenso do canto da sereia e os perigos que provoca:

Ouvi cantar a sereia
No meio daquele mar;
Muitos navios se perdem
Ao som daquele cantar.



Já aparecem referências às sereias nos primórdios da nacionalidade. O cruzado Osberno, testemunha presencial da conquista de Lisboa aos mouros, descreve o que se teria passado quando se dirigia a Portugal, para tomar parte nessa façanha gloriosa: «à tarde sobrevindo um temporal dispersamo-nos em todas as direcções. A cerrada escuridão da noite e a extraordinária força das correntes levavam o desespero aos marinheiros, ainda aos mais destemidos. Ouviram-se então sereias de voz horripilante, primeiro como de pranto, depois como de riso e gargalhadas, semelhantes a clamores de um arraial que nos insultasse».

Damião de Góis cita um facto muito curioso: «nos arquivos antigos do Reino, a cuja cabeça me encontro, existe um manuscrito antiquíssimo, que é um contrato entre o Rei D. Afonso III e o mestre dos cavaleiros de São Tiago, Paio Peres. Nesse documento se determina que o tributo das sereias e dos outros animais, pescados nas praias da mesma ordem, se devia pagar não ao mestre da ordem, mas aos Reis. Donde se

Museu Nacional de Arte Antiga. Base de uma peça de baixela oferecida a Lord Wellington



Musen da Cidade (Palácio da Mitra)



Musen dos Coches — Coche do Rei D. João V

colige facilmente que as sereias eram frequentes nas nossas águas, visto que acerca delas se promulgou uma lei».

Tem muito interesse esta informação de Damião de Góis, que séculos depois seria confirmada por Kastner: «as ninfas dos mares das Índias foram, segundo se diz, objecto duma medida ainda mais estranha. Um navegador espanhol contava que, visto a semelhança da conformação destas sereias com as mulheres, os pescadores deviam comprometer-se por juramento, diante dos juizes, a não ter nenhum comércio carnal com elas».

António Galvão já escrevera: «assim me disseram alguns portugueses que por aquela costa do Cabo da Boa Esperança para Sofala, Quíloa e Melinde, havia grandes pescados que andavam o mais do tempo na água direitos e tinham rostos e naturas de mulheres com que os pescadores se desfadavam quando os tomavam, e, se os vendiam, davam-lhes juramento se dormirem com elas».

O P.^o Feijóo perfilha esta opinião: «pelo que diz respeito aos tritões e nereidas ou monstros, cuja figura é do meio para cima humana, e de metade para baixo de peixe, pode conjecturar-se que nasceram do perverso concúbito de indivíduos das duas espécies».

Ambroise Paré, ao falar de tritões e sereias, declarava que a Natureza tinha destas fantasias, pois juntando espécies diferentes permitia assim o aparecimento de tais monstros.

O Padre Benito Feijóo declara que se pode ler no *Dicionário Universal* de Trevoux, o que succedera no ano de 1560, perto da Ilha de Manar, na Costa Occidental de Ceilão: «uns pescadores apanharam na rede, duma só vez, sete homens marinhos e nove mulheres. Alguns jesuítas, entre eles o Padre Henrique Henriques, juntamente com Dimas Bosque de Valência, médico do Vice-Rei de Goa, foram testemunhas do facto. Não só a figura era inteiramente humana, mas também as partes interiores eram perfeitamente parecidas com as do homem, como se sabe pelo exame anatómico que se fez».

Garcia da Orta no seu notável livro *Colóquios dos Simples e Drogas* refere-se à intervenção de Dimas Bosque, médico do Vice-Rei de Goa.

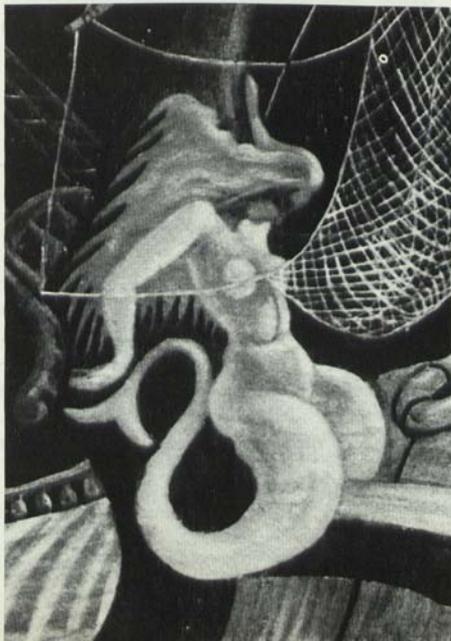
O Conde de Ficalho, ao estudar minuciosamente esta obra, faz comentários à autópsia feita pelo médico Dimas Bosque, natural de Valência, e que teria concluído os seus estudos em Coimbra. Depois acompanhou, possivelmente em 1558, como físico-mor o Vice-Rei da Índia D. Constantino, irmão do Duque de Bragança.



Uma das sereias dos lagos do Rossio

As sereias teriam sido vistas por Colombo, D. Manuel I, Carlos V, Filipe II e tantos outros. Georges Kastner cita um episódio deveras curioso: «lê-se na História de Portugal que foram apresentadas ao Rei D. Manuel uma mulher e uma rapariga marinhas, últimas sobreviventes dum grupo de tritões que tinham sido capturados nas Índias Orientais. Os estranhos companheiros destas duas sereias, em número de quinze, estavam mortos, quer após terem abandonado o mar, quer no trajecto das Índias para Lisboa. As pobres sereias, desterradas, estavam profundamente tristes. O Rei ordenou que lhes dessem liberdade de se divertirem no mar, mas com a condição de as terem presas por uma leve cadeia. As duas mulheres marinhas puderam assim passar durante o dia algumas horas a brincar debaixo das ondas. Assim viveram alguns anos na sua nova pátria, mas sem nunca terem conseguido aprender a pronunciar uma palavra». A sereia acompanhou sempre os nossos navegadores, tentando seduzi-los e tentando amedrontá-los. Mas os homens do Infante D. Henrique e os seus continuadores possuíam uma vontade forte e uma tèmpera de aço e por isso nunca se deixaram arrastar nem pelo seu beijo mortal nem pelo seu abraço maldito.

Gare Marítima de Alcântara. Painel de azulejo de Almada Negreiros

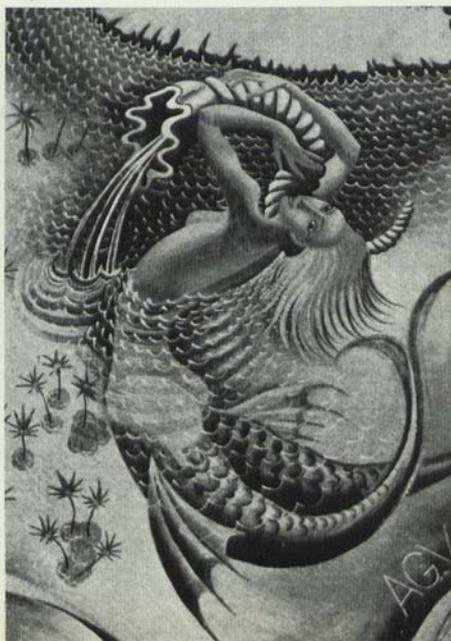


Os mitos e as lendas ficaram a ser símbolo poético desse período glorioso da nossa História. A sereia foi testemunha da gesta magnífica que o Infante D. Henrique e os seus discípulos realizaram na idade de ouro de Portugal.

BIBLIOGRAFIA

- 1 — D. Gaspar de Leão — *Desengano de Perdidos* — Coimbra, 1958.
- 2 — Gil Vicente — *Obras* — Coimbra, 1912.
- 3 — Teófilo Braga — *O Povo Português nos seus costumes, crenças e tradições* — Vol. II — Lisboa, 1885.
- 4 — Georges Kastner — *Les Sirènes* — Paris, 1848.
- 5 — Fernando de Castro de Lima — *A Sereia na História e na Lenda* — Porto, 1952.
- 6 — *Conquista de Lisboa aos Mouros (1147)* — (Narrada pelo Cruzado Osberno, testemunha presencial) — Lisboa, 1935.
- 7 — Damião de Góes — *Lisboa de Quinhentos* — Lisboa, 1937.
- 8 — António Galvão — *Tratado dos Descobrimentos* — Porto, 1944.
- 9 — D. Fr. Benito Gerónimo Feyjó y Montenegro — *Theatro Crítico Universal* — Tomo 6.º, Madrid, 1765.
- 10 — Ambroise Paré — *Animaux Monstres et Prodiges* — Paris, 1954.
- 11 — Garcia da Orta — *Colóquios dos Simples e Drogas* — Tomo II, Lisboa, 1895.

Painel de Almada Negreiros no «Diário de Notícias»





O Simbolismo do Ramo de Louro

ENSAIO ETNOGRÁFICO COM ORIGEM NUM VELHO
COSTUME NACIONAL QUE QUASE SE PERDEU EM LISBOA

POR MARIO COSTA

«Cada tempo sua usança».

GIL VICENTE (I-257)

«Por que vio as ruas de Lisboa com tão poucos ramos nas tabernas e o vinho tão caro...».

GIL VICENTE

Não é novidade vir afirmar-se que muitos dos nossos costumes e modos de ser, de dizer, ou de viver, se espelharam em velhos provérbios, de índole mais do que nacional, dado que muitas dessas asserções se encontram

vertidas noutras línguas, assumindo, na sua maior parte, verdadeiros foros de sentença, pela justeza com que foram construídas. Quem as inventou, e pôs a correr mundo? Sabe-se lá! É obra de sábios, filósofos e comprovados psicólogos, que não apuseram chancela em seus acertados axiomas, deixando-os embalar na procela da «sabedoria das nações».

Provérbio e adágio são as terminologias mais usadas, para nomear essas proposições, que também se ouvem designar por ditame, ditério, ditado, anexam, aforismo, prolóquio, máxima, axioma e rifaço, embora os eruditos na matéria não estejam de acordo com um tal sinonismo. Mas isso é com os filólogos!

Causa admiração como tais sentenças populares se enraízam tão amplamente na alma do povo, passando de geração em geração, inalteráveis na sua essência, embora às vezes apresentem algum defeito de construção.

Tem abundante curso o adágio que despertou a nossa atenção. A sua origem, como os demais, perde-se na noite dos tempos. «Num sítio se põe o ramo e noutra se vende o vinho» — diz o povo. Ou, variando a construção: «Numa porta se põe o ramo (ou raminho) e noutra se vende o vinho». E ainda, em nova expressão, «Numa parte se põe o ramo, noutra se vende o vinho», *Lello Universal* dá o significado próprio do provérbio, a empregar «quando se atribui a alguém um facto cometido por outrem».

E o povo, que não esquece facilmente os usos e costumes que lhe transmitem os seus Maiores, lembra, ao mesmo tempo, com essa intencional expressão, os tempos modorrentos do passado em que se viam os clássicos raminhos de louro arvorados à porta das tabernas, velho costume que muito se vulgarizou no País e esteve disseminado pela Capital, onde não morreu de todo, principalmente nos lugares saloios dos arredores, Loures, Guerreiros, Freixial, Bucelas, Caneças.

Em Leite de Vasconcelos encontramos a tradição confirmada, quando o sábio etnógrafo, com a sua autoridade de sempre, assim escreveu em *Tradições populares de Portugal*, pág. 121:

«Um ramo de loureiro à porta indica uma taberna».

★

Com grande estranheza, não lobrigámos o popular ditado, no valioso estudo de Teófilo Braga, *O povo português nos seus costumes, crenças e tradições*, dado à estampa em 1885; nem tão pouco na compilação devida ao Padre António Delicado e se imprimiu em 1651, sob o título *Adágios portugueses*, de que saiu uma nova edição em 1923, revista e prefaciada pelo distinto etnógrafo Luís Chaves. E, contrariamente ao que

esperávamos, baldadamente percorremos todo o texto de *Adágios, Provérbios, Rifaços e Anexins da língua portuguesa. Tirados dos melhores autores nacionaes, e recopilados por ordem alfabética*, por F. R. I. L. E. L. (Francisco Roland), numa nova edição de 1841, correcta e aumentada.

Também foi infrutífera, nesse sentido, a pesquisa feita no curiosíssimo trabalho que Ladislau Batalha intitulou *História Geral dos Adágios Portuguezes*, mas que muito nos serviu, na generalidade do seu todo. Essa edição, feita em 1924, ficou valorizada pelo falecido escritor Dr. Agostinho Fortes, com o seu interessante estudo preambular, em que disse:

«O adagiário dum povo é, sem dúvida, o mais rico e incentivo repositório de toda a evolução desse mesmo povo nas múltiplas modalidades da sua actividade colectiva. No adagiário se reúnem todos os conhecimentos que a experiência da vida impôs; nele se reflectem todas as concepções que o povo criou acerca do que mais vivamente o interessa, quer em ensinamentos práticos, quer em preceitos éticos que lhe regulem os actos; nele reside o tesouro que as gerações, umas às outras, vão transmitindo como pecúlio próprio e caracteristicamente etnográfico. O adágio, na simplicidade da expressão, no sintético do conceito e, muitas vezes, na fina sátira e delicada crítica que encerra, é a, porventura, mais conceituosa criação do ensinamento prático e positivo, adquirido, desenvolvido e aplicado pela multidão. As idades passam, as civilizações desaparecem, os heróis mais grandiosos caem no olvido, apagado o seu fulgor duma rápida hora de auréola; só o adágio vive, perdura e atravessa vitorioso o rodar constante do tempo».

Pedro Chaves, que é citado por Leite de Vasconcelos, e nos deu o seu *Rifoneiro Português*, que já vai na 2.^a edição, depõe desta maneira, em elogioso escrito sobre a beleza dos adágios portugueses:

«Desde muito novo me senti atraído para a colecção e estudo dos ditados populares. Seduziam-me a sua concisão, a profundidade do conceito, a forma sentenciosa e por vezes picaresca e a observação e filosofia que revelavam».

O Padre Frei Aleixo de Santo António, religioso da Ordem de Cristo e considerado teólogo e filósofo que viveu nos séculos XVI-XVII, autor de *Philosophia Moral Tirada de Algũs Proverbios ou Adagios* (Coimbra 1640), com a sua linguagem filosófica, como era natural, abriu assim o seu *Prólogo ao Leitor*:

«Aristoteles chamou os adagios, reliquias da antiga philosophia, perdida pelos varios acontecimentos do tempo, o qual ainda que he muito poderoso pera consumir, & gastar tudo o que alcança, sempre deixa algũas faiscas, que assi chamou tambem o mesmo Philosopho aos Proverbios, em respeito da antiga sabedoria, que depois algũs coriozos forão tirando pello discurso do mesmo tempo, philosophando nelles cada hũ cõforme ao talento q̃ Deos lhe deu».

Depois de inúmeras consultas negativas, fixámos a nossa esperança em *Florilégio de modos de fallar e adagios da lingua portuguesa, dividido em duas partes*, composto pelo padre jesuíta Bento Pereira (1605-1681), doutor em Teologia e reitor que foi do Colégio dos Irlandeses em Lisboa. Mas ainda desta vez a nossa expectativa foi iludida e duma forma mais desesperante, porque não conseguimos ter em nossas mãos, o clássico apetecido!

Não faltam, porém, notas de louvor e de encarecimento do nosso adagiário, vindo comprová-lo aqui o distinto professor de Artes Plásticas, Senhor Armando de Lucena, que assim escreveu numa das suas melhores obras, *Arte Popular — Usos e Costumes Portugueses*, em artigo intitulado *Os Provérbios e a Sabedoria Popular*:

«A maior parte dos conhecimentos que o povo adquiriu pelas lições da experiência não teria talvez chegado aos nossos tempos se não fora o registo musical, digamos assim, dos provérbios em que estas verdades se encerram. Por eles podemos avaliar o nível cultural do povo, o alcance dos seus conceitos, a sua índole e quase todo o ritmo da sua vida. Os trajos, a feição particular das habitações e o adorno que as embeleza e anima falam-nos da sua conformação plástica com tanto valor representativo como os provérbios nos revelam a intimidade das suas ideias, o grau da sabedoria e o poder da sua inteligência».

Importava não olvidar o ilustre etnógrafo professor Leite de Vasconcelos (1858-1941), organizador e primeiro director do Museu Etnológico, homem prodigioso que disseminou a sua ciência e os seus incomensuráveis conhecimentos por uma imensa e valiosa bibliografia. Inclinámo-nos, interessado, perante a *Etnografia Portuguesa — Tentame sistemático* e lemos com enlevo a tese desenvolvida pelo notável filólogo, aludindo frequentes vezes e com convicto sentimento, ao adagiário português. Depois de, com uma clara simplicidade, nos dar a «Definição da Etnografia» e fazer a «Divisão da etnografia portuguesa», o distinto polígrafo descreve e comenta as «Fontes de investigação etnográfica», dissertando com eloquência, até que declara, com firmeza: «Mais do que de contos de caracter tradicional, abunda de *adágios* ou *provérbios* a antiga literatura portuguesa». E, logo a seguir, como a reforçar o dito: «Sendo os provérbios, por assim dizer, parte integrante da linguagem de todos os povos, antigos, medievais e modernos, cultos e incultos, e de constante emprego na conversação familiar e em obras literárias, para ampliar e justificar o que se enuncia com a fala, ou o que se escreve, o gosto de os reunir em colecções, ou de os interpretar, data já, mais ou menos, da antiguidade, e continuou na idade-média, e em tempos posteriores até hoje».

Mais não ousamos transcrever, convicto de que, nesta pequena síntese, fica bem ponderada e espontânea e entusiástica opinião do Sábio e do Mestre, que tão respeitosa e auscultámos.

★

Do tema proposto, resultante da associação do adágio ao simbólico ramo de louro, é a vez de dizermos o pouco que conhecemos; e, para começar, parece-nos útil transcrever o editorial do Senado de Lisboa, subscrito por Pedro Correa Manoel de Aboim, com data de 27 de Março de 1765:

«Ordena o Senado, que de hoje em diante não usem os Taberneiros desta Cidade de ramos nas portas, mas sim de Taboletas de madeira pintadas, como sempre se praticou; e para esta mudança se lhes concede o termo prefixo de oito dias contados da data deste; pena de oito dias de prisão irremissívelmente».

Era outro o falar do Senado da vila de Abrantes, quando em 1617 ordenou «aos taberneiros que, como sinal de habitação para vender vinho pusessem ramo à porta».

O confronto destas duas determinações dá uma flagrante contradição. O que diz o edital de 1765 (que lemos em *Legislação*, pág. 158 e foi citado por Eduardo Freire de Oliveira, em *Elementos*, vol. 17.º, pág. 53 n.), e o disposto contido na ordenação de 1617 (que providencialmente se nos deparou em *Vida Ribatejana* de Março-Abril de 1952, num artigo de invocação histórica da autoria do Senhor José Pereira e Silva), são disposições perfeitamente antagónicas. Ou nem todos os presidentes dos Senados Municipais liam pela mesma cartilha, ou, segundo a moda de estação, ora impunham a colocação do ramo ora puniam a sua exibição.

Na era de quinhentos, o ramo de louro *dava cartas* na cidade de Lisboa! É Gil Vicente que no-lo prova com um dos seus mais divulgados autos, *Pranto de Maria Parda*, assim subtítulado pelo autor: *Por que vio as ruas de Lisboa com tão poucos ramos nas tabernas e o vinho tão caro, e ella não podia viver sen elle*.

Remonta ao ano de 1522, a data em que foi escrita essa obra, a «mais popular das composições de Gil Vicente, a que obteve maior número de edições». (*História da Literatura Portuguesa Ilustrada*, de Albino Forjaz de Sampaio).

Igual conclusão tirou o visconde de Ouguela, num aturado estudo que acompanhou uma nova impressão do *Pranto de Maria Parda* (11.ª edição, a 7.ª em separado das *Obras Várias*), publicada em 1902, em comemoração do 4.º centenário do Teatro Português.

Anselmo Braancamp Freire da mesma forma se pronuncia (*Gil Vicente Trovador, Mestre da Balança*) e Forjaz de Sampaio dá mais esta informação na obra citada:

«Durante o ano de 1522, como se não efectuavam representações no Paço, entreteve-se o poeta a escrever o *Pranto de Maria Parda*, «porque vio as ruas de Lisboa com tão poucos ramos nas tabernas e o vinho tam caro e ella nam podia viver sen elle». O ano anterior fora de grande esterilidade, as colheitas escassíssimas, o que fez encarecer extraordinariamente os cereais e o vinho».



Rua de S. Miguel (Alfama). À esquerda, uma taberna, com o tradicional ramo. Do lado oposto a assadeira de castanhas.

Desenho de Roque Gameiro (Lisboa Velha — Estampa 89)

Ilustram este trabalho três curiosos desenhos litogrados que reproduzem outros tantos frontispícios das primeiras edições do *Pranto de Maria Parda*, vindo um deles, o segundo, a figurar na publicação comemorativa de 1902, já referida. Este auto de Gil Vicente demonstra a distante antiguidade do estranho uso, de pôr às portas das tabernas o simbólico ramo que fazia luzir os olhos de *Maria Parda*, contrariamente ao que se deduz da afirmação contida na ordem proibitiva do Senado de Lisboa, quando diz que foram, sim, as *taboletas de madeira pintadas, o que sempre se praticou*.

O *Pranto de Maria Parda* (que no nosso Teatro teve Adelina Abranches como uma das suas melhores intérpretes), é principalmente um lamento resultante da escassez e carestia dessa ambicionada bebida de maior ou menor graduação alcoólica.

Na peregrinação pelas principais vias de acesso da velha Lisboa (Sam-Gião, Mata-porcós, Ferraria, Cata-que-farás, Ribeira, Fornos, Poço do Chão, Mouraria e Alfama), a estranha figura criada por Gil Vicente carpe as suas máguas porque são poucos os ramos que vê às portas das casas de venda, e, ao contrário, muitas as pipas vazias. E, porque lhe faltavam os meios para poder saciar o vício, suplica e implora dos taberneiros seus conhecidos que, para *matar a sede*, lhe fiem canada e meia de vinho...

Eu só quero prantear

Este mal que a muitos toca;
Que estou já como minhoca
Que puzerão a secçar.
Triste desaventurada,
Que tão alta está a canada
Pera mi como as estrellas;
Oh! coitadas das guellas!
Oh! guellas da coitada!

Oh! Rua de San Gião,

Assi'stás da sorte mesma
Como altares de quaresma
E as malvas no verão.
Quem levou teus trinta ramos
E o meu mana bebamos,
Isto a cada bocadinho?
Ó vinho mano, meu vinho,
Que ma ora te gostamos.

Ó Rua da Ferraria,

Onde as portas crão mayas,
Como estás cheia de guaias,
Com tanta louça vazia!
Ja m'a mim aconteeço
Na manham que Deus nasceo,
Á hora do nascimento,
Beber alli hum de cento,
Que nunca mais pareceo.

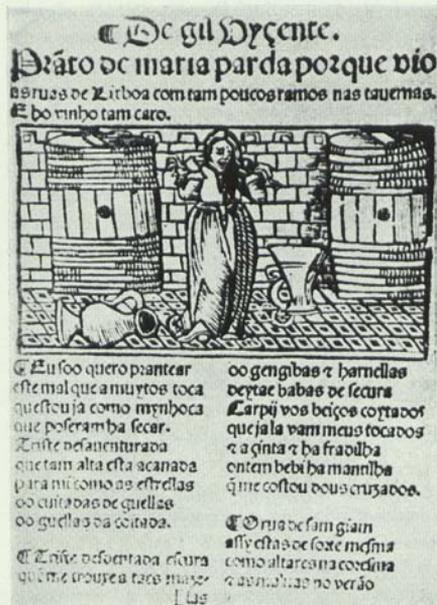
Ó triste Rua dos Fornos,

Que foi da vossa verdura!

Na literatura vicentina, há outras alusões ao loureiro, e uma delas se faz no sentido de exaltar as virtudes da espécie, contra o quebranto. Das *Obras de Gil Vicente* (tomo II, pág. 14), para onde fomos guiado por mão providencial, recolhe-

mos a seguinte oração, que o fenomenal trovador palaciano introduziu na sua *Comédia de Rubena*, na fala de «huma parteira»:

— «Estava Santa Ana ó pé do loureiro,
Vem o anjo por mensageiro,
Vai-te à porta do ouro,
Acharás teu parceiro.
Vai Joaquim após o carneiro.
E naquela hora que Deus verdadeiro
Concebeu Ana em limpo celeiro
À Santa Maria rezam o salteiro
Que já o quebranto caiu no ribeiro.»



Eu só quero prantear
este mal que a muitos toca
que estou já como minhoca
que puzerão a secçar.
Triste desaventurada
que tam alta está acanada
para mi como as estrellas
oo coitadas de guellas
oo guellas da coitada.

Triste desaventurada e dura
que me trouxe taes mayas
e a venha no verão

oo gengibas e hamellas
deytae habas de secura
Larpj vos beicos cortados
que ja la vam meus tocados
e a qinta e ha fraudja
entem bebi ha manniba
qme coiteu deus cruzados.

Ó Rua de san gião
assy estas de soxe mesma
como altares e coquina
e a venha no verão

Página inicial do «Pranto de Maria Parda», duma edição talvez contemporânea do autor.

(Gil Vicente Trovador, Mestre da Balança, pág. 359)

Tem nesta altura enquadramento, o texto de uma lenda de remota antiguidade e conceito religioso, em que, naturalmente, também intervém o ramo de loureiro. A divulgação vem de José dos Santos Lessa, numa publicação em que, sob o título *Alvoradas de Fé*, esse antigo jornalista conta muitas das lendas em que são férteis duas ridentes terras do Norte do país, Matosinhos e Leça da Palmeira.

A narrativa que vamos transcrever, chamada «lenda das três Marias virgens», situa-se na última daquelas regiões, e reza assim:

«Era grande e prolongada a calmaria.

Na costa, e por esse mar de Cristo, não soprava a mais leve aragem que enfunasse as velas brancas das galeras, de regresso do Brasil.

Em Leça, terra de marinheiros, aguardava-se em cada instante a sua aparição além, no horizonte imenso, que o sol prateava; e o ponto de observação era no alto do Corpo Santo, onde todas as tardes, depois da tradicional merenda, se juntavam ranchos de mulheres e crianças, olhando o mar e procurando, lá ao longe, na linha misteriosa do infinito, o vulto negro de qualquer embarcação.

Passavam-se dias e dias nesta ansiedade, até que vinha o desespero, provocado pelo desejo natural de ver regressar a salvamento, o ente querido que durante meses intermináveis, sulcava as ondas, a caminho de Portugal.

Era então que a crença mais se arreigava em todos os corações, que a fé mais se manifestava em todas as almas.

De entre a multidão, que enchia o alto do Corpo Santo, destacavam-se três Marias virgens, a quem se entregava um ramo de loureiro; e essas três raparigas, subindo os degraus de pedra que conduzem à capelinha, entravam a varrer a lage da *galilé* com os ramos do loureiro, dizendo em coro:

Loureirinho macho a varrer
Ventinho norte a correr...

E eis que o milagre se realizava, começando logo a sentir-se uma leve brisa, que agitava a ramagem verde escura do arvoredor; e lá ao longe, na curva majestosa do infinito banhada pelo sol, surgia, enfim, um ponto negro, que horas depois se ia avolumando, até se desenhar, bem nítido, o casco negro da galera, que regressava triunfante das terras de Santa Cruz».

★

Fugindo à lenda, embora continuando a pairar em épocas distantes — e porque cremos que o velho loureiro continua em nossa companhia — entramos de falar no cerimonial usado remotamente nos leilões, arrematações ou almoedas. Tra-

ta-se duma curiosa fórmula imposta pela tradição ou prescrita nas leis do país, banidas pelo Progresso, e deste modo apresentada pelo consagrado Leite de Vasconcelos, no seu já encomiado *Tra-dições populares de Portugal*, pág. 127:

«Nas arrematações e leilões é costume empregar a frase: *entrego o ramo*. Alguns leiloeiros trazem mesmo um ramo na mão».

Perante a singeleza da citação, fomos consultar o *Dicionário Jurídico-Comercial*, de José Ferreira Borges, que, no artigo *arrematação*, designa esse acto por «compra e venda em leilão, em almoeda», assim exemplificado: «Fazem-se as arrematações pelo porteiro com um ramo verde na mão, Reg. 17. Out.º 1516, cap. 7º; o que substituiu a antiga *candella*, ou candeia, que se apagava e o contrato se consumava. (...) As arrematações particulares fazem-se fora do Depósito Público, mas com as mesmas solenidades, Avis. 8 Nov.º 1785». E, porque mais nada encontramos em toda a bibliografia percorrida, pomos esta questão: Estaremos perante mais uma utilidade e intervenção do ramo de louro? É de crer que sim. E Alguém, de muita probidade e erudição, nos dá a afirmativa.

Querendo, porém, firmar a nova inserção, recorremos a um etnógrafo de categoria e a um filólogo conhecido, que não corresponderam às nossas solicitações. Por falta de gentileza? Por ignorância?

Chamámos mais a capítulo, os clássicos dicionaristas, que se mostram omissos e apenas se pronunciam quanto a *ramo*, que para Eduardo de Faria «é uma expressão que vem do ramo verde que o porteiro de leilão costuma dar ao arrematante»; e no conceito de Cândido de Figueiredo se encontra qualificado como «grupo ou lote de coisas arrematadas em leilão».

O louro ainda tinha cabimento em outros velhos costumes já esquecidos, como o *enterro do bacalhau* e a *serração da velba*, próprios da quadra da Quaresma. As folhas esverdeadas do louro, intercaladas em ramos de buxo, serviam para decorar a carroça em que tomava lugar o *pregador* de loas, de que foi principal figura o celebrado José Augusto, dotado de palavra fácil e mestre na forma de arengar, certo nas piadas que dirigia aos

filhos do povo, com os quais lidava tu cá, tu lá, e até os ministros, políticos, e outros elementos de alta representação social. O sermão impresso vendia-se por um vintém, sendo o produto logo trocado por vinho, na taberna mais próxima. Faleceu em 1908, esse tipo popular, conhecido de toda a Lisboa, e com ele também findou a velha costumeira.



Frontispício de uma das edições do «Pranto de Maria Parda». Três vinhetas: uma velha, uma árvore (loureiro) e uma mulher segurando na mão esquerda o cordão da cintura, do qual cai quase até ao chão.

*

Em muitos pontos do País, naqueles em que abunda o pinhal e rareia ou falta o loureiro, em lugar dessa verdejante espécie, às portas das casas de venda, vê-se um atraente ramo de pinheiro, ou, substituindo qualquer destas espécies, como também é vulgar, um garrafão de vidro empalhado.

Noutras variantes, ainda é vulgar, em algumas localidades do País, topar-se com certa taberna onde, saliente da sua porta, desponta uma bandeirinha, que umas vezes é de pano vermelho e

outras de simples folha de Flandres, em forma de ângulo côncavo, que toda a gente tem observado.

E por aqui se prova que a imaginação ou fantasia do homem, não tem limites!

Na Câmara Municipal de Lisboa, como naturalmente em todos os outros Municípios do país, esta exhibição do lado de fora dos estabelecimentos, está classificada como «Objectos dependurados», e sujeita ao pagamento da taxa anual mínima de 50\$00 por m² ou fracção (artigo 3.º, n.º 5 do Edital de 30/11/1951).

Na religião — dizem-nos — também o louro tem sua entrada. Pela Páscoa, nalguns templos do Alentejo, como Portalegre, Elvas e Castelo de Vide, os ramos são levados aos altares.

O raminho de louro de tal forma se arreigou na tradição, que venceu os tempos, veio até nós e ainda hoje perdura, deixando-se ver, de quando em quando, em alguns lugares de Lisboa excêntrica, aonde não desapareceram de todo os velhos costumes, com tabernas ou retiros de feição característica e tradicional.

Ainda há pouco tempo, quem percorresse a Rua Gomes Freire, próximo da barraca do expedidor da Carris, não lhe passava despercebido um desses indicativos, que galhardamente se ostentava à porta de uma taberna, espécie de retiro arrabalдино, certamente reservado a curta sobrevivência. Também aí se viam, na época da *abertura do vinho novo*, os tradicionais ramos de palmeira: cá fora, entrelaçados, e, lá dentro, postos em grinalda, rodeando as pipas, onde se continha o apreciado sumo arroxeadado.

Júlio de Castilho (*O Bairro Alto*, 2.ª ed., 5.º, pág. 317), quando enumera alguns dos melhoramentos que, em nome do Progresso, se introduziram na Lisboa do século XVIII, dá como assente que até as tabernas se transformaram em botecoquins, citando o alvará de 15 de Junho de 1759 — não encontrámos aí tal determinação — como autor da reprovação, à porta das primeiras, do «ramo ignóbil de loiros secos».

Admira que o insigne Mestre, admirador tão devotado da tradição, apelidasse de tal modo o velho uso.

Muito embora, em Lisboa ainda pudemos captar para a posteridade, o ramalhudo loureiro, numa

casa do género, de ambiente clássico, num emolduramento típico do bairro de Arroios, que forma entre os primeiros de mais remota antiguidade da Capital. O estabelecimento, pertencente ao senhor Alfredo Figueiredo, há mais de 30 anos, situa-se num velho prédio da Calçada de Arroios, esquina da Rua Rebelo da Silva.

E, na iconografia caricatural do século passado, fomos desencantar uma litografia que, além do particular interesse que resulta de conter o genuíno ramo, recorda, na sua essência, o tempo das lutas partidárias que precederam e seguiram os tumultos de 1846, a que a história deu o nome de revolução de *Maria da Fonte*. É um desenho de sentido político, digno de observação, e muito famoso por encerrar a figura de Garrett. Estampou-o a *Galeria Pitoresca*, suplemento do semanário *A Matraca*, que se propunha divulgar

«uma interessante galeria pitoresca dos heróicos magnates da corte de Maria da Fonte», e se apresentava como «Periódico moral e político, por uma sociedade de literatos sem refolho», para combater na defesa do *cabralismo*. Publicou-se de Agosto de 1847 a Fevereiro de 1848. «10 réis em metal», era o seu preço avulso. Os desenhos, a preto, custavam 30 réis, e o dobro, quando coloridos, tendo saído apenas três.

A direcção do jornal coube ao conselheiro José Joaquim Lopes de Lima, homem de inegável inteligência e muita actividade, membro preponderante do partido *cartista*, às ordens do Conde de Cabral, assim apresentado pelo fecundo bibliófilo Inocêncio Francisco da Silva. Foi deputado e Governador Geral da Índia. Notabilizou-se nas violentas campanhas políticas do começo do século XIX. Em *A Carta* e *O Estandarte* manteve

Caricatura de «A Matraca», apresentando, em primeiro plano, Almeida Garrett e o Duque de Saldanha.



lutas enérgicas com Rodrigues Sampaio e José Estêvão, que escreviam na *Revolução de Setembro* e representavam os *patuleias*.

Lopes de Lima, sustentando polémicas violentas, bateu-se igualmente contra *O Espectro* e o *Suplemento Burlesco* (do *Patriota*), onde comandava Bernardino Martins da Silva, jornalista muito humorista e sarcástico.

O considerado escritor Ferreira Lima, biógrafo, admirador e o maior colecionador da obra de *O Divino*, tanto da parte impressa como manuscrita, deixou uma preciosa biblioteca dessa especialidade, única no país, que foi doada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, onde se encontra. Da curiosa litografia e de outras mais directas à personalidade do grande vulto da literatura portuguesa, tratou o referido investigador, num pequeno estudo crítico (*Ilustração Portuguesa* — Fevereiro de 1921), dando-lhe a seguinte legenda:

«São três as caricaturas, d'author desconhecido, que vêm na tal «Galeria»: duas políticas e uma de assunto mais íntimo e da vida particular de Garrett».

Trata-se, fundamentalmente, duma crítica à política então efervescente e aos trágicos acontecimentos da época. E o letreiro — *Pasteleiro à inglesa* — que se não vê na reprodução feita na *Ilustração*, é uma alusão à nossa velha aliada que, de roldão com a Espanha e a França, se envolveu nos sucessos decorrentes. O *pasteleiro* pretende servir o seu *cake*, sàbiamente preparado...

★

Louro e loureiro empregam-se indiferentemente. Cândido de Figueiredo opta por loiro e loireiro, designando este como árvore monopétala, sempre verde, que produz umas bagas escuras e amargas. Maximiano Lemos, na sua *Enciclopédia portuguesa ilustrada*, acompanhando o anterior dicionarista na grafia do verdejante loureiro, pertencente à família das *laurineas*, não se esqueceu de enaltecer o valor das suas folhas, cujo aroma penetrante passava por comunicar o dom da profecia, lembrando ainda que, em cozinha, servem para temperos; ornamentam os lombos de porco; e, às portas das tabernas, em ramo, são tabuleta de bom vinho.

A baga do loureiro entra na composição e coloração de certos tipos de vinho, e é empregada sobretudo em veterinária. O óleo que se extrai de tal fruto, usado desde a medicina dos gregos, contém laurina e laurostearina, e é considerado um excitante nervino. Emprega-se em fricções nas dores reumáticas. O pó das folhas tem propriedades debrífugas e antiperiódicas. A baga entra na preparação do bálsamo de Fioravanti, célebre médico italiano do século xvi.

Numa consulta ao Padre Bluteau, lemos no seu *Vocabulário*: «Há louro macho e louro fêmea. O primeiro tem as folhas mais largas que o segundo (...) Antigamente o signal de serem as casas de grandes & pessoas principais, era terem loureiros plantados junto de si. Por onde lhe chamou Plinio galantemente porteiros, & guardas dos Palacios dos Cesares, & Pontifices».

Mantendo as ancestrais virtudes de árvore ornamental, o loureiro é muito cultivado em todo o País e nasce espontaneamente em certos pontos de Portugal, nas matas, lugares sombrios e margens dos rios, o mesmo sucedendo em toda a região mediterrânica. Também lhe chamam *loureiro-comum*, *loureiro-de-apolo* e *loureiro-dos-poetas*.

São familiares desta nossa distinguida espécie botânica, o *loureiro-real*, o *loureiro-de-santo-antónio* e o *loureiro-rosa*, sendo este último, também chamado loendro, muito vulgar nas margens dos rios e ribeiros do Alentejo e Algarve, onde desponta sem a intervenção do homem. É venenoso e tem propriedades toni-cardíacas.

Em Lisboa, no Castelo de S. Jorge, mostram-se soberanamente dois loureiros de apreciável beleza e porte, para lá transplantados em 1947, por transferência do Parque Eduardo VII. Entretanto, de outros jardins da Capital essas mesmas espécies têm sido retiradas ou eliminadas, porque maus intencionados as não deixavam viver com a sua rica e verdejante folhagem.

Sob o ponto de vista culinário, o louro tem variada aplicação. Servem as suas folhas como condimento, entrando, principalmente, no molho de escabeche, nos refogados e na preparação do *vinho de alhos*, que é, como ensina Bento da Maia, uma mistura de vinho, vinagre, alhos esmagados, folha de loureiro, pimenta, sal e cravos de cabecinha.

E, sob o aspecto ornamental, os raminhos ou folhas de louro ainda aparecem, nas casas da especialidade, acamados sobre os belos presuntos de Lamego, bem barrados de colorau, num contraste de cores, a despertar o apetite dos apreciadores, revivescência de um quadro mais vulgar e atraente noutros tempos, muito próprio da quadra da Páscoa e que as boas mercearias da Baixa faziam gosto em mostrar, enchendo as suas montras.

Mais uma virtude se pode tirar do loureiro, a provar-se a conceituosa verdade de um espirituoso dito, atribuído a um dos nossos monarcas, que Garcia de Rezende anotou na sua *Crónica de El-Rei D. João II* (Cap. CLIII), advertindo o leitor de que, o texto posto à sua disposição, seria a revelação das «Virtudes, feições, costumes e manhas» do sobredito soberano, alguns dos quais o escritor Faustino da Fonseca coligiu em *Bons ditos de reis, príncipes e outras personagens portuguezas e estrangeiras*.

Vejamos como, desta vez, operou a astúcia do filho de D. Afonso V:

«Um homem honrado, que se não nomeia, folgava de beber vinho, e porque el-rei o não bebia, havia-se por tacha, e todos em geral trabalhavam por seguir-se as obras e condição de el-rei.

Este homem às vezes lhe fazia o vinho dano, do que el-rei tinha desprazer.

É um dia o mandou chamar, e ele, por não cheirar a vinho, comeu folhas de louro, a que muito cheirava; e el-rei disse:

— Fuão, debaixo desse louro a como vale a canada?

De que o homem ficou envergonhado e tratou de se emendar».

Este dito sentencioso, com o seu elevado conceito de moralidade, andou divulgado, durante muitos anos, nas selectas aprovadas para uso nos liceus.

O *Tractado das Significações das Plantas, Flores e Fructos que se referen na Sagrada Escripтура, Tiradas de divinas, & humanas letras, cõ suas breves considerações*, a cujo trabalho se consagrou o Padre Frei Isidoro de Barreira, Religioso da Sagrada Ordem de Cristo, e foi publicado em Lisboa no ano de 1622, por nós consultado na Biblioteca Nacional, apenas diz que *loureiro é victoria*. Sobre a *História das Plantas*, de João Vigier, 2 volumes impressos em 1708, não pudemos lançar o cui-

dado da nossa atenção — sabe-se lá por onde para esta raridade?—; e caíram, por fim, as nossas vistas, sobre um estudo recente, coordenado pelo Dr. Oliveira Feijão, com o título de *A Medicina pelas plantas*, onde o seu autor escreveu assim das qualidades terapêuticas do *loureiro*:

«Arbusto espontâneo nas matas e lugares húmidos ou sombrios, cujas folhas, aromáticas, são muito usadas como condimento corrente. As folhas são estimulantes, diuréticas (gripe, adinamia, dispepsias atónicas, bronquites crónicas, reumatismo, etc.) e emenagogas. Usa-se geralmente o infuso preparado com um punhado de folhas (frescas ou secas) para um litro de água».

Anda na tradição popular e Leite de Vasconcelos no-lo confirma, que no loureiro, como na oliveira, não cai raio.

★

Com os ramos de louro, entrelaçados, se formam os colares da vitória, para glorificação dos vencedores de competições desportivas. Não esquece que, na antiguidade, era com as coroas láureas que se premiavam os triunfos, honras, méritos e lauréis; e, na velha Roma, por esse modo se distinguiram os imperadores e os poetas que atingiam as culminâncias da notoriedade. Sobre essa modalidade honorífica, o já referido clérigo francês, que ganhou as simpatias de D. João V, expressou-se assim: «Louro, no sentido moral se toma pela glória de huma victoria, de hum triunfo, de huma conquista, porque antigamente as coroas de louro erão prémios do valor & da virtude. Também se davão coroas de louro aos Poetas de grande nome, porque o louro era consagrado a Apollo».

Por norma, nas provas automobilísticas, existe uma certa parcimónia na atribuição do colar de louro, pois é de uso aquele galardão intervir somente nas corridas de grande classe, sendo entregue aos vencedores, logo após a divulgação da classificação do júri, numa cerimónia apropriada e cheia de entusiasmo, perante o público que acabou de assistir à competição. Assim, pois, quando se trata de *rallies*, *gincanas* ou de outras provas de menos real valor, são palmas floridas o que recebem os premiados.

Aos vencedores de corridas velocipédicas também entrou em uso a concessão de ramos de louro.



Apolo Musagete (Séc. IV)

Roma, Museu do Vaticano (Enciclopédia Italiana — vol. 3.º)

As imagens que representam Camões, quase sempre mostram o príncipe dos poetas portugueses coroado de louros — a própria estátua que Lisboa ergueu em sua glória, assim foi moldada — e, algumas vezes até, toda a sua figura se apresenta circundada por ramos da mesma espécie.

É ainda mais. No século XVI, principalmente, as capas e frontispícios de grande número das edições dos *Lusiadas* e das *Rimas*, e até das obras de Gil Vicente, também dessa forma se apresentam engrinaldadas, ou, pelo menos, centradas com uma pequena vinheta ou timbre, em que está assinalado o antigo símbolo da poesia.

António Feliciano de Castilho, essa egrégia figura nacional que nunca foi suficientemente sublimada, como João de Deus, outro memorável espírito, também em alguns dos seus retratos assim aparecem aureolados.

Não esquecendo o mais elevado significado das folhas láureas, o glorioso poeta e escritor brasileiro de seu nome exacto Paulo Barreto, e que se encobriu sob o pseudónimo de João do Rio, ao querer enobrecer e dignificar um grupo de camaradas nas Letras, num dos seus livros, que publicou em Lisboa, escreveu na capa este nome simbólico: *Ramo de loiro — Notícias em louvor*.

Com a figura de Apolo, se criou uma lenda em que essa divindade mitológica se apaixonou doadamente por Dafne, a filha de Peneu, o deus fluvial.

Quando, certo dia, o deus do Sol, se tornou perigoso na perseguição da jovem, os seus gritos foram ouvidos e a Terra abriu-se, acolhendo a donzela no seu seio. Nesse sítio, nasceu um verde loureiro, árvore que, como já ouvíramos da boca do padre Bluteau, ficou consagrada a Apolo e tomou o nome de Dafne, ainda hoje usado para distinguir outro género botânico.

Com base neste conto lendário, autor desconhecido — e do qual Inocêncio não fala — construiu e um folheto de cordel veio ao público contar, no estilo peculiar a este género de literatura, uma fábula sem interesse de maior no seu conteúdo, mas merecedora de referência pela raridade da publicação. *Papel curioso, e jocosario intitulado a Fabula de Apollo, e Daphne no qual se vêm patentes as astucias das mulheres e os enganos dos homens rebatidos, e as grandes bulhas, que o Deos Apollo teve com o Deos Cupido. Obra novamente dada à luz por Romualdo Roman Rodrigues dos Reis*. Lisboa Na Officina de Filippe da Silva e Azevedo. Anno MDCCLXXXV. Com licença da Real Meza Censoria. In 8.º de 23 págs.

Orfeu, personagem lendária dos tempos heróicos da Grécia, também nos aparece representado com a coroa de louros em volta da cabeça, como Francisco Vieira Lusitano no-lo deixou expresso numa das suas melhores águas-fortes.

Entrando na linguagem, vida e costumes do povo vê-se que, a todo aquele que se tenha distinguido por grandes méritos ou acções, se dirige a expressão figurada «cobriu-se de louros». Ao contrário, se houve procedimento condenável, por esmorecimento ou rebaixamento de virtudes, diz-se: «dormiu à sombra dos louros» ou «deixou manchar

os louros». Usando o mau sentido do que de belo pode extrair-se do espírito e do significado do loureiro, Pinto de Carvalho, fazendo alusão à famigerada Severa, que se perdeu de amores pelo conde de Vimioso, exprimiu-se deste modo, num dos seus interessantes trabalhos (*História do Fado*, pág. 68):

«...Maria Severa mergulhara nos abismos fuliginosos da morte, depois de ter conquistado os loiros enlameados das bacanais pandilhas e de se ter nimbado com a auréola da legenda bordeleira».

Loureiro, fora do reino vegetal e como fruto da Natureza, apelida muitas famílias, já crismou um viscondado, e, tanto na forma masculina, como na feminina, e até no plural, nomeia, pelo País fora, um certo número de povoações, quintas, lugares, fontes, etc. No roteiro de Lisboa encontramos Azinhaga da Fonte do Louro, Azinhaga do Loureiro, Beco do Loureiro, Estrada do Loureiro, Pátio do Loureiro, Rua do Loureiro, Rua Nova do Loureiro, Travessa do Loureiro e Vila Loureiro.

Providencialmente, fomos levado por mão amiga ao encontro dum pequeno artigo inserto no valioso semanário «O Conimbricense» (n.º 2868 de 19 de Janeiro de 1875), de que foi redactor responsável o brilhante jornalista e académico Dr. Joaquim Martins de Carvalho, no qual se divulgam estes interessantes elementos, sob o título *O louro e a ciência*:

«Desde a mais remota antiguidade uma coroa de folhas de louro é o símbolo da sabedoria e da vitória. Entre os romanos era costume enfeitar de louro as portas dos palácios dos Césares. As cartas que os generais vitoriosos dirigiam ao Senado eram envolvidas em folhas desta planta. As lanças, as tendas, e os navios também se adornavam com elas; e depois da vitória todos os soldados levavam um ramo de louro na mão. Na idade média, uma coroa de louro era o prémio que se conferia à mocidade estudiosa; e nas universidades, dava-se aos poetas, aos sábios, aos médicos e aos artistas que se abalizavam por seus merecimento. Os ramos entrelaçados com as bagas de louro eram prova autêntica da sabedoria. Deste costume deriva a palavra baccalaureato, baccalauri,

baga de louro. Ainda hoje se dá este nome ao acto em que ao estudante é conferido o grau de bacharel. Na Universidade de Coimbra ainda se conserva o uso antiquíssimo, de adornar com ramos de louro as varandas das escadas e da via latina no dia das teses e dos capelos».

Também há memória de, nos regimentos em campanha, além das costumadas manifestações ruidosas, em que a soldadesca desempenha o principal papel, festejar a vitória sobre as tropas inimigas com a colocação de ramos (de louro?) nas bocas dos canhões de artilharia.

É tal o valor do loureiro, que Camões o exaltou e cantou assim, nos seus *Lusíadas* (canto IX, estância LVII):

As árvores agrestes, que os outeiros
Tem com frondente coma enobrecidos,
Alemos são de Alcides, e os loureiros
Do louro deus amados, e queridos:
Mirtos de Citeres, co'os pinheiros
De Cibele, por outro amor vencidos:
Está apontando o agudo cipariso
Para onde é posto o etereo paraíso.

Onde mais fervorosamente se faz a evocação do *verde loureiro*, é nas quadras de sentido popular, quase todas de imaginação espontânea e que podem contar-se por muitas centenas. De construção simples e natural, transmitem um regalado sabor, se há a sorte de ouvi-las nas cantigas ao desafio em arraiais, feiras e romarias, ou podemos apreciá-las na consulta dos cancioneiros ou outro género de folclore que alguns esforçados autores se têm empenhado em coligir. O loureiro é uma dádiva da Natureza que entrou na alma do povo que canta e dança. Na sua simplicidade poética, essas trovas são a voz do povo, que por essa forma expande o pensamento, deixando falar o coração. E, quantas vezes, nesses versinhos aparentemente ingênuos, se caldeia uma pontinha de malícia! Levado a classificar como hino de louvor à espécie vegetal encarecida, a profusão dum tal género de poesia tão generalizado, forçoso era fazer aqui representar essa expressão do sentimento humano, arrancada à montanha de quadras que vieram até nós, e se transcrevem em anexo ao texto. Um bom número, obtido por recolha da rica colecção que possuí, foi-nos gentilmente facultado pelo distinto etnógrafo a que adiante fazemos honrosa citação.

★

Tínhamos considerado concluído este estudo, pronto a seguir para o prelo, quando até nós chegou uma preciosa achega. E porque não se trata de simples apontamentos ou citação, mas dum elemento de real valor, que não é legítimo trincar, conto com a benevolência do seu autor, que me permitirá transcrever uma parte desse trabalho, com cabimento neste lugar, como se se tratasse de um belo recorte, engastado em material de inferior qualidade.

À obsequiosa intervenção do comum amigo senhor Professor Ernesto Soares, o mais distinto iconógrafo português, ficamos devendo essa amável colaboração, prestada pelo ilustre etnógrafo senhor Guilherme Felgueiras, que é merecedor de todos os louvores pela vasta e valiosa bibliografia que já deu ao público.

É assim fica engrandecido o que escrevemos sobre o *Laurus nobilis* de Linneu:

«Loureiro — árvore de mediano porte (5 a 10 metros no nosso País), de folhas oblongo-lanceoladas, coriáceas, subagudas nas extremidades, de um verde escuro, lustrosas, um tanto ondeadas na margem, com muitas flores pequenas que produzem drupas ovóides (*bagas*), negras na maturação e amargas. As folhas utilizam-se para condimentar e dar característico sabor a certos cozinhados.

É o loureiro, símbolo da inspiração e da vitória, uma das plantas privilegiadas, à qual, o transcurso dos séculos não fez desaparecer, nem diminuir, seus créditos, devidos à folhagem sempre verde e aromática e à elegância do porte. Passou, segundo se julga, da Índia à Grécia, e, com a lenda mitológica de Dafne (ninfa, casta donzela), metamorfoseada em frondoso loureiro quando ia ser apanhada pelo enamorado Apolo, que a perseguia, se propagou pela península em tempo da dominação romana.

Cultivado no nosso País em todas as províncias, só se encontra no aspecto silvestre nas orlas dos arroios e gargantas das serras do Centro e Sul, onde forma graciosos grupos com os azevinhos, medronheiros, sabugueiros, pilriteiros e outros arbustos, nos terrenos soltos, dos lugares frescos e sombrios.

Como representação simbólica, adornou as coroas dos artistas e daqueles que se distinguiam pelos feitos heróicos, entrançados os seus ramos juntamente com os de carvalho.

A coroa que cingiu por demorados anos, nas escolas de Medicina, a fronte dos doutorados, era feita de vergõntees de loureiro, guarnecidas dos seus frutos baciformes, como o confirmam os títulos de bacharel e bacharelado (*bagas de louro, baccæ laureæ*).

As estátuas de Esculápio, deus da Medicina, coroado de loureiro e os ramos desta árvore, colocados à porta dos enfermos, anunciavam a plena confiança que se tinha nas suas virtudes medicinais.

Hoje, nestes tempos, positivistas, o emblema imaculado e transcendente, foi desvirtuado, como o atestam aqueles satíricos versos da *Morte de D. João*:

A c'roa de loureiro, a c'roa eterna
Que de Homero cingiu a larga fronte,
Ei-la agora, nem sei como isto conte,
Pendente dos umbrais de uma taberna!»

★

O *loureiro*, na forma feminina, dá, naturalmente, *loureira*, nome por que é denominada uma casta de uva branca que se cultiva na província do Minho. Noutros tempos, e com bem diversa intenção, foi esse vocábulo muito usado na designação da mulher de vida fácil, da prostituta, terminologia que D. Francisco Manuel de Melo empregou com certa liberalidade, chegando até aos escritores célebres do século passado, na invocação dessas vítimas duma ignóbil degradação social.

Procurando as causas, a origem do termo, e sua analogia com o loureiro, que usado como adjetivo pode classificar indivíduo «travesso, inquieto», julgamos ter encontrado um princípio esclarecedor no *Dicionário* (2.^a edição) do conspícuo António Morais que, em tal artigo, nos pôs em presença do seguinte passo da *Carta de Guia de Casados*, do já falado escritor seiscentista: «mulheres ha leves, gloriosas, prezadas de seu parecer: loureiras, cuidoo eu que lhes chamavão nossos Maiores, por significar, que a qualquer bafo do vento se movião».

O *Dicionário* de Eduardo de Faria (2.^a edição — 1852), depois de dar outras definições já conhecidas, acrescenta, em relação a *loureira*: «Vem do Fr. ant. *loire*, hoje *leurre*, charmariz, *loiver*, hoje *lourrer*, enlaçar; e por conseguinte *loureira* significa namoradeira, que procura cativar os homens». O *Lello Universal*, por sua vez, acolhe deste modo a *loureira*: «Mulher de vida desgraçada. Ant. Mulher provocante, sedutora».

As palavras são como as cerejas. Atrás dumas outras vêm.

Em nova reminiscência, traz-se a lume a locução «mulheres de ramo à porta» — ramo de loureiro, é bem de crer —, e então dar-se-ia esta grande aproximação, «ramo à porta da taberna e ramo à porta do lupanar», onde a meretriz, já na variante *rameira*, tentava oferecer o seu corpo.

A infinidade de vocábulos com o mesmo alcance de designação, em que é rica a nossa língua, também não oferece excepção, na qualificação das iniciadas na vida de alcoice. E de tal dá uma exuberante prova o ilustre académico e escritor brasileiro Rui Barbosa, num artigo intitulado «Porneia», escrito em 1899, e que Baptista Pereira, seu genro, reuniu em volume (*Colectânea literária* — 1862-1922. S. Paulo, 4.^a ed. 1940), com outras produções do autor.

Nesse artigo, o prolixo escritor, comentando o facto de terem situado um Tribunal de Justiça, com vistas para uma casa de mulheres de «vida airada», que ficava na vizinhança, estadeia um grande número de sinónimos — que o anotador, de sua conta, torna mais extenso — todos servindo para rotular essas infelizes de baixa condição social.

Amavelmente indicado por um ilustre professor catedrático em Letras, esforçadamente procurámos obter essa espécie bibliográfica — e não foi fácil o intento — e gulosamente nos atirámos à leitura do artigo, na ânsia de aí encontrarmos uma luz que iluminasse a nossa insuficiência na análise e emprego do arcaico *loureira*, que tem feito a nossa grande obcecação. Mas a surpresa surgiu rápida, porque do texto não consta essa terminologia, nem outra, que muito se emprega, no país irmão, e que entre nós tem um significado bem diferente — *vigarista*.

Mas alguma coisa ganhámos. Além da familiaridade com tão vasta sinonímia, cresceu em nós a admiração que tínhamos por Rui Barbosa.

Outro escritor da língua portuguesa não desmerece do poder dialéctico do anterior, ficando-lhe a par, na pujante terminologia com que assinala essas cohabitantes de *casas de má nota*.

O nosso escolhido é Pinto de Carvalho, figura de presença modesta, sábio modelador da história de Lisboa, que já citámos. Sem dúvida, foi o olisipógrafo que mais exuberante se mostrou no desenho das suas exposições, fazendo brotar da cornucópia literária, no estilo vernáculo que lhe era próprio, catadupas de adjectivos e de expressões elevadas. Num dos capítulos da sua obra (*História do Fado*), apresenta a Mouraria nos tempos de antanho, sem luz nem serviço de segurança pública, repleta de tabernas mal frequentadas e de bordéis de baixa esfera, e, ao identificar muitas das desgraçadas que por aí vagueavam ou tinham seu alcoice, uma das quais era conhecida por *loureira piranga*, polvilhou a descrição dum elevado número de epítetos, na sua maior parte não citados pelo mestre brasileiro da literatura comum.

É um quadro vivo da história, esse, em que o desacreditado bairro, formado por ruelas infectas e perigosas, tudo comum às vidas de prostituição e de crime, de que foram teatro a Rua Suja (nome de significado bem expressivo) e outras betesgas suas irmãs, como as ruas da Amendocira, do Capelão, Benfornoso, dos Cavaleiros e Poço do Borratém.

Dentro de poucos anos, nada restará de pé. As asquerosas baiucas e os antigos dédalos de ruas, travessas e becos, darão lugar a grandes praças, artérias bem espaçosas e altos edifícios.

Na Calçada do Carmo, do mesmo modo mal frequentada, e onde igualmente concorriam muitas tabernas, viu Pinto de Carvalho as *cadeireiras*, que Pina Manique mandou encerrar na Casa Pia, ao tempo no Castelo de S. Jorge, e Matos Sequeira (*O Carmo e a Trindade* — 3.^a — 162), foi encontrar as *mulherinhas*, que vinham dos fins do século XVIII.

Possuímos um exemplar do Edital datado de 5 de Maio de 1838 e assinado por António Bernardo da Costa Cabral, quando, além de juiz da

Relação, era Administrador geral interino do distrito de Lisboa, no qual se indicam, pelos seis bairros administrativos da cidade, os arruamentos onde ficava proibida a residência das mulheres públicas.

★

O português, e particularmente o alfacinha, foi sempre dado à piada, e, com ou sem maldade, bem ou mal intencionado, está sempre de *espada afiada*, não deixando passar a menor oportunidade de mostrar o seu espírito franco, de dar a sua ferroada, sobretudo quando entra no campo político. O lisboeta *pela-se* por beliscar e não *perde pitada*, como se dizer-se, sendo de contar a mais *explosiva* piada citadina, que teve registo nos anais da *pinga* e do seu ramo simbólico. Viviam-se o final de 1914. Era Ministro do Interior, num governo que haveria de ter curta duração, caindo com o célebre «movimento das espadas», um grande político, celebrado orador e notável jurisconsulto, que se dava ao gosto de provar, em demasia, o tão apregoado sumo da uva. E, mais uma vez posto à prova o espírito cas-

tigador dos *blagueurs* impenitentes, a brincadeira dessa vez escolheu para a manobra, o portão da secretaria ministerial em foco, onde mão atrevida deixou um ramo de louro...

Como é de calcular, a laracha correu célere por toda a Lisboa, animando o curso das conversas, até que nova piada surgiu e a anterior caiu no esquecimento...

★

Depois desta quase entronização do louro ou loureiro, pergunta-se: Precisaria de tal chamariz para os olhos, o bom apreciador de vinho? Parece que não, pois é sabido que o emérito *borrachão* até pelo cheiro vai direitinho ao local apetecido. *Na volta é que a porca torce o rabo* — também é ditado — pois se o bebedor *lbe chegou de mais*, sai a trocar as pernas, aos bordos, cambaleante, e dá-se então a multiplicidade dos candeeiros... É um estado deplorável e condenável, que a gíria fadistal designa por *piela*, e só praticável por não se respeitar o velho rifão: *Se bebes demais, tropeças e caís*.

Em reforço deste dogma conselheiral, vem o já citado Padre Frei Aleixo de Santo António:

«Barriga farta pé dormente, que he um dos maiores males, que o vinho fas, pois tira hũ homê de seus sentidos, & quando menos tiralhe a memoria do que deve fazer».

★

Com vista aos incorrigíveis viciosos, saiu a lume o *Almanaque dos Piteireiros*, de que vimos a edição de 1872, 2.º ano da publicação. Impresso na Tipografia Económica, Rua da Padaria, 22, 1.º andar, o seu autor, *O Rei dos Piteireiros*, lançou no mercado esse curioso folheto de 36 páginas, atribuindo-lhe o preço de 40 réis, e escreveu na capa, para maior atracção dos interessados: «Contendo além do necessário a uma folhinha, um bem elaborado catecismo da doutrina do piteireiro e uma linda e emborrachada parte literária por piteireiros ilustres».

O texto abre com o *Juízo do Ano* e o artigo mais espirituoso, que se intitula *Reflexões filosóficas de um piteireiro*, termina deste modo: «Bem hajam pois aqueles que se embebedam a miudo, porque para eles se faz o vinho».



Fontispício de uma terceira edição do «Pranto de Maria Parda», em que se mostra uma mulher com um cesto no braço, uma árvore (loureiro) e um camponês de capuz e pau na mão. Esta alegoria foi reproduzida na publicação comemorativa de 1962.

Ficaria bem este almanaque, ao pé dos que se chamaram do *Borda Vinho* e dos *Bons Petiscos*, isto para não falar do mais popular de todos, que será imorredouro, e dá pelo nome de *Borda de Água*.

Tem valor pela raridade e interesse pelo desconcerto da composição, um folheto de cordel que mão amiga trouxe até nós, e dá pelo título de o *Novo Entremez do Juiz Novo das Borracheiras*, impresso em Lisboa na Offic. de Simão Thaddeo Ferreira. Anno de 1824. Folh. in-4.º de 12 páginas. Na representação do entremez entram, ou antes, «Fallão nelle as pessoas seguintes», que são:

Hum Juiz	Hum Casquilho
Hum Meirinho	Hum Trabalhador
Hum Taverneiro	Hum Taverneira

entre os quais só existe unanimidade de vistas se a quadra é de beber ou enaltecer as qualidades do néctar tão apreciado.

Tornar-se-ia extensa a transcrição na íntegra, mas damos para amostra a fala de abertura, proferida pelo Juiz, e por ela se deduz o restante contexto do piramidal entremez:

«Ora não pode haver maior ladroeira!
Logo parece rol de Taverneira.
Isto he cousa que se diga,
Metter eu tanto vinho na barriga!
Eu ha mais de huma hora que não bebo,
E diz que me mandou hum pote! Cebo.
Fóra, ladra, que tal não pôde ser,
Eu não podia tanto hoje beber.
Por iso eu, vendo estas ladroeiras,
Procurei ser Juiz das Taverneiras,
Só para ter domínio nas Tavernas,
Ainda que no officio quebre as pernas.
E porque sei ler bem a Ordenança,
E melhor quando o vinho está na pança;
Juro a todos por vida de João,
Que não fazendo aquillo, que he razão,
Hão de ser condenadas
A venderem os potes por canadas».

A propósito, vimos juntar os «mandamentos do vinho», que o Abade de Baçal coligiu na sua monumental obra *Memórias Arqueológicas e Históricas do Distrito de Bragança* (tomo X—66o), segundo o Abade de Travanca, distrito de Vizeu:

- O primeiro bebe-se inteiro.
- O segundo até ao fundo.
- O terceiro como o primeiro.
- O quarto como o segundo.

- O quinto, se está cheio, não fica em meio.
- O sexto para provar.
- O sétimo para começar.
- O oitavo para ultimar.
- O nono para tombar.
- E o décimo para acabar.

Também aqui tem entrada este rifão popular, na sua tríplice textura: «O bom vinho não há mister ramo novo», «O bom vinho a venda traz consigo» e «O bom vinho escusa pregão». Cabe ainda esta quadra popular, de ambiente alentejano:

O bom vinho escusa ramo:
— Quer dizer este rifão,
Que também as boas obras
Não precisam de pregão.

No tempo em que o acompanhamento dos funerais se fazia a pé — nem sequer havia eléctricos para os lados dos cemitérios — adquiriu fama uma certa taberna lá para os lados do Alto de S. João, que dava pelo nome de *Manuel dos Passarinhos*. Mas o que mais despertava a atenção e servia de engodo certo para os que regressavam do cumprimento dum dever sagrado, era a tabuleta fixada à porta, em que se lia: *A volta cá os espero!* Podia atribuir-se a reminiscência da postura de 1765, essa tão expressiva e reclamista tabuleta, mas era sem dúvida uma forma de, com essas cinco lacónicas palavras, atrair multidões de *lutuosos* acompanhantes, todos aparentemente sucumbidos com o desgosto sofrido pelo desaparecimento do parente ou amigo querido! Para acalmar desgostos, ou refrescar guelas, dizia-se que não havia melhor do que *um copo de três*. O carpir das máguas e a oração fúnebre, à beira da campa, só assim se redimiam! Coisas de outros tempos! Ingénio ou malicioso, era assim o passado.

O melhor vinho — dizem com dogmática convicção, os mais devotos de deus Baco — só os carvoeiros o vendem, sendo muito preferido pela sua cor carregada, que na gíria própria dá pelo nome de *carrascão*.

Esses animosos centros, e as tabernas própria-mente ditas, as vulgares *tascas*, funcionam como excelentes pontos de reunião, onde os *copistas* discutem os mais *delicados problemas*, formando *concílio*, à roda de tosca mesa de pinho (agora



Uma taberna, de tipo rústico, no Bairro de Arroios, com o seu ramo de louro à porta (1962).

com tampo de pedra, noutros tempos coberta de zinco), e cada um dá a sua opinião. Não desmentindo, assim, mais este velho ditado: «Depois de beber, cada um dá o seu parecer».

Este, sim, é um *vinhão*! diz o mais autorizado de todos os clientes. Mas logo outro contradiz, com o propósito de arreliar o dono da casa, vociferando noutra exclamativa, com intencional entono: Isto é uma *vinboca*! E, para reforçar: não passa de uma *vinbaça* ordinária.

A apreciação positiva tem uma equivalente, também muito popular, que se exprime assim: *É de trás da orelha*! Sendo forçoso que a locução seja acompanhada dum estalido da língua e de um

gesto muito particular, em que intervêm o dedo polegar e o indicador, abanando a polpa da orelha direita.

A taberna já foi *casa de fado*, batido e cantado, com seu *lundum* à mistura. Mas hoje está familiarizada com o progresso. Trocou a banza e os garganteios do fadista, pelos programas da TV.

Não se conhece a idade destas casas de comércio, de tipo tão popular, hoje, em grande parte, transformadas e modernizadas.

Cândido de Figueiredo, classificou-as assim: «Loja ou lugar onde se vende o vinho por miúdo. Casa de pasto ordinária, tasca». Também já se lhe chamou taverna, termo agora actualizado, para se lhe dar um ar chique, estilo *bar*, sem semelhança com as *casas de fado*, e com entrada a clientela escolhida, atenta ao convencional aviso: *reservado o direito de admissão*.

O jogo de cartas é outro passatempo favorito dos assíduos frequentadores de tabernas e carvoarias, com especial inclinação pela *bisca*, *sueca* e *burro americano*, jogo as mais das vezes disputado com entusiástico calor, de aposta corrente, *quem perde paga... os copinhos...*

Para *fazer boca* não faltam azeitonas, tremoços ou pastelinhos de bacalhau, em que algumas casas se tornaram preferidas.

Dos portais dessas lojas já o progresso banuiu as tradicionais assadeiras de castanhas, de um tipo popular muito característico, que inspirou muitos artistas plásticos. Sentada num pequeno *mocho* de pinho e de olhar atento ao fogareiro e à assadeira de barro, a mulherzinha, empunhando o típico abano de palha entrançada, espervitava o lume de carvão, a esparrinhar forte, quando o sal caía pelos orifícios da assadeira.

As castanhas assadas, bem quentes e lourinhas, são bom aperitivo, e, comidas à mesa da taberna, fazem repetir as *rodadas* em que o bom vinho, servido em canjirões de barro, toma parte integrante e é festejado pelos compartes.

Também se foram os vendedores de castanhas assadas no forno, que fizeram tradição durante muitas épocas, com seus cestos de vime, sempre fumegantes, demorando-se nos mais populares pontos da cidade e atroando os ares com o seu conhecido pregão: *Quentes e boas, dé reis vinte!*

Na venda dessa iguaria, outra modalidade se tornou popular, também exercida por mulheres, de giga à cabeça, que percorriam o seu bairro, à noitinha. Dentro de uma panela de folha, bem resguardada do frio, fumegavam as castanhas cozidas, com seu condimento próprio, assim anunciadas: *Oh! quentinhas de erva doce!*

Este tipo de vendedeira fez parte duma trilogia do pitoresco, na comparsaria da mulher da fava rica, rondando o bairro, logo de manhã cedo, a apregoar — *Fava rica!* — e da preta do mexilhão, que entoava assim: *Erre, erre mexilhão, pr'á criada e pr'ó patrão!*

Tudo já lá vai! Só deixou sucessor o comércio de venda ambulante de castanhas assadas, embora com figurino actualizado e servido por transporte motorizado, estacionando os agentes do negócio nos lugares mais concorridos, e, no seu carrinho de madeira, montado sobre triciclo, procedem às operações convenientes, enchendo de fumarada o ambiente ao redor.

Novos tempos, novos processos!

O *homem do alecrim* é outro tipo popular, também quase extinto; mas ainda aparecem de quando em quando, pela cidade, certos ambulantes com grandes carregos de louro, espécie que também aparece à venda nos mercados regionais.

★

O adorado deus Baco, que continua a disputar grande número de devotos, teve na Grécia pagã, no tempo das vindimas, as mais ruidosas festas em sua honra, simbolizando-se essa figura mitológica num mancebo imberbe, semi-nu, de faces coradas e cabelos louros, coroado de folhas de vinha e de cachos de uva, empunhando o clássico tirso, rodeado de formosíssimas bacantes, pouco menos que despidas, numa ostensividade indecorosa. Assim aparecia, num opulento carro dourado, engrinaldado de rosas, tomando parte num impúdico cortejo, em que entravam outras estranhas figuras, que desfilavam perante multidões delirantes, numa bacanal que atingia desbragadas loucuras, tocando as raías da luxúria e da embriaguez. Mais tarde chegou a Roma, este culto de Baco.

O Dr. Samuel Maia, numa conferência que pronunciou em 1932, e em que, principalmente sob o aspecto terapêutico, fez o *Elogio do Vinho*, deu uma descrição, mais desenvolvida, da composição do indecoroso cortejo, mas não falou das festas votivas de S. Martinho, que foi Bispo e continua a contar com um sem número de adeptos, num respeito *religioso* pelo velho ditado, que ordena imperiosamente:

No dia de S. Martinho
Prova o teu vinho!

ou este outro preceito, que também tem fervorosos respeitadores:

Pelo S. Martinho
Comem-se castanhas e bebe-se vinho.

São inúmeras as variantes que tem sofrido este ditado, como pode ver-se pelos seguintes exemplos:

No dia de S. Martinho, lume, castanhas e vinho.
No dia de S. Martinho, fura o teu pipinho.
No dia de S. Martinho mata teu porco e bebe o teu [vinho].
No dia de S. Martinho, vai à adega e prova o teu vinho.
Pelo S. Martinho abatoca o teu vinho.
Pelo S. Martinho todo o mosto é bom vinho.

O valor do famoso néctar também é assim encarado:

Depois de melão,
Vinho de tostão!

E, quanto a virtudes de ordem espiritual, pode juntar-se esta tradição que as gerações repetem secularmente:

«Beber o vinho com que os devotos banham a imagem de S. Paio, na Torreira, libra de sezões».

★

Há alguns anos, durante uma acerada campanha que tinha o objectivo de intensificar o consumo do vinho, um dos meios de que se serviu a Junta Nacional do Vinho foi a afixação de cartazes públicos, lendo-se num deles, em boas letras *garrafais* (como era próprio do fim a atingir): *Beber vinho é dar de comer a um milhão de portugueses.*

Esta divisa picaresca não escapou ao alfacinha parodista, e daí derivou um *slogan* que ainda não esqueceu e se applicava a toda a hora, sempre que a conversa permitia a entrada da expressão usada no reclamo a uma das maiores riquezas do país.

PRANTO DE
MARIA PARDA, PORQUE VIO AO
 Rua de Lisboa com tan poucos ramos nas
 tavernas, & o vinho caro



Poder-se imprimir, Em S. Eloy de Lisboa a 14 de Julho de 1719. *M. Vicente da R. Jurisçam.*
 Concorde com este original impresso, que me fica em S. Eloy de Lisboa a 25 de Novembro de 1619.
M. Vicente da R. Jurisçam.
 Pode-se imprimir, *Fe. Francisco Guerreiro.*
 Com todas as licenças necessarias.
 Em Lisboa, por Domingos Carneiro, Impressor das tres Ordens Militares, anno 1645.

Frontispício, em que a gravura apresenta dois homens carregando aos ombros um grande cacho de uvas, encimado por um molho de espigas.

Foi sempre pecha do taberneiro, misturar água no vinho, operação a que, na dialéctica tabernal, se chama *baptismo*. Noutros tempos essa fraude constituia crime grave, e a condenação ia até ao desterro, não faltando ainda hoje os negociantes pouco ou nada escrupulosos, que não escapam às penas da lei. O delicto é frequente; e, assim, vemos há pouco num jornal diário, a notícia que o confirma: «Num copo de três, o taberneiro tem um lucro entre 55 e 65 por cento».

É na venda do vinho a copo, que o negócio se torna mais rendoso, e tem-se generalizado de tal forma, que não há aldeia ou lugar, por mais humilde que seja, que não possua a sua *capelinha*, terminologia corrente na boca dos grandes apreciadores da bebida.

★

Nos primeiros tempos da Monarquia, o preço do vinho, em Lisboa, era posto em «Assembleia dos homens bons do concelho», presidida pelo prior de S. Vicente. E, em 1572, já os taberneiros, que não podiam estabelecer-se onde queriam, estando sujeitos a licença do Senado, tinham o seu *regimento*, por ele se obrigando ao cumprimento de determinados preceitos: a venda do vinho pela taxa da cidade e por medidas *afiladas*; terem balanças às portas, para pesar o pão que aí se vendia; e conservarem à porta uma bandeira amarela, quando vendessem vinho *gessado*.

Com o andar dos tempos, a fixação da taxa de venda passou a ser atribuição do Senado da Câmara, regulando essa taxa apenas o preço do vinho destinado ao consumo comum. O de melhor qualidade vendia-se por preço superior.

Nem sempre o preço agradava aos taberneiros, que chegaram a retirar o *ramo* das portas das lojas, vendendo o vinho às escondidas. Alegando que o néctar lhes custava mais caro — nesse tempo fixado em 36 réis a canada — os taberneiros recorreram em 1619 para o vice-rei, para que resolvesse a contenda.

Ainda hoje tem oportunidade o comentário de Freire de Oliveira, quando coligia os seus *Elementos para a história do Município* (tomo 2.º — 457):

«Se no dia do juizo final, quando soar a trombeta no valle de Josaphat, pois que noutra occasião não será fácil, nos pudermos abeirar dos illustres edís, que regiam a administração no anno da graça de 1619, havemos de lhes segredar ao ouvido que dois séculos e meio, em caminho para trez seculos depois d'aquella data, e apesar do muito que progrediram, ainda não fêra possível remediar o mal, aliás muito aggravado.

A camara, sempre que teve nas suas attribuições poder fiscalisar a venda do vinho, não deixou de o fazer, sendo pouco benévola com as fraudes, que se praticavam n'aquelle género de consumo».

Júlio de Castilho (na sua *Ribeira de Lisboa*), quando descreve a odisseia por que passavam as obras de construção do *Aterro*, alude aos inúmeros

armazéns e botequins que por aí se enfileiravam, ainda do tempo em que a toda essa faixa se chamava *Praia da Boa Vista*. E António Maria do Couto (*Taful de Luneta*), no seu *Letreiros célebres*, também enumera muitas de tais casas de venda.

★

Esgotou-se o descritivo. Depois da vasta consulta que fizemos, apenas ficaram estas minguadas páginas. Na literatura popular fala-se muito nos retiros e hortas, nos caramanchões e espessos parreirais dos arredores da antiga Lisboa, nas desgarradas e antigas ao fado, com marialvas e fadistas, mas não se teve uma palavra de evocação do velho simbolismo que aqui fica memorado.

Um tal cenário chamou a presença de alguns costumes e tipos de craveira inferior, meros componentes da diminuta molécula que entra no todo do nosso viver social. Assim o impôs o forte desejo que em nós se arceigou de contornar a paisagem etnográfica do meio ambiente a cuja porta fomos bater desta vez.

Para que possa terminar em beleza, o despretenhoso estudo a que nos propuzemos, damos novo lugar à poesia, escolhendo para tal um excerto do delicioso «Ditames e Ditérios», *glosas em verso a ditados ou dizeres comuns*, livro que se lê num crescendo de interesse, até à última página. O Dr. Alfredo da Cunha, seu autor — a cuja memória prestamos vénia, pela sua erudição e pela ousadia da nossa transcrição —, foi um poeta eminente e jornalista categorizado; e, neste, como noutros trabalhos, deu provas da sua grande sensibilidade e humorismo. Como vão ver, o poema escolhido é um encantador comentário ao sentido proverbial aqui ponderado, a que o escritor deu esta sua expressão:

Numa parte põe-se o ramo e noutra vende-se o vinho.

Como um falso reclamo
nos faz errar o caminho,
erra-se o curso à verdade
nos juízos temerários
feitos por graça ou maldade.

O que entrar na falsa tenda,
onde vinho, aliás, não há,
poderá passar por ser
um borrachão sem emenda
só porque o ramo lá está,
até sem nada beber,
nem gota sequer provar!

Quem troque ao ramo o lugar
fará da mesma maneira,
que a casa limpa de vícios
mostre aspecto e dê indícios
de bordel duma rameira,
e a loureira desbragada
use flor de laranjeira
para a terem por honrada;
por onde haja só ignorância,
se árvore, com mais jactância,
grão de sabedoria;
que o parvalhão sem valia
finja, na fala e no gesto,
de douto e de inteligente;
que o homem esperto e modesto,
que nunca se saiba impor,
viva incógnito entre a gente
que não lhe enxerga o valor.

Bem fará quem este ponha
entre os bons rifões comuns:
— Deus dá a barba a uns
e a outros dá a vergonha.

Nada, pois, mais verdadeiro!
já o Bernardino Ribeiro
disse: «Isto vai daquel' arte
«Quando s'ante montes brada,
«O tom é em uma parte
«Em outra é a pancada.»

Eis tudo o que nos sugeriu o báquico dizer,
de tão clara figuração: *Num sitio se põe o ramo
e noutra se vende o vinho.*

Ficam bem na sua companhia, estes quatro *parientes* próximos, diferentes na forma, mas semelhantes no sentido:

*Uns têm a fama e outros o proveito;
Uns comem os figos e a outros empolam os lábios;
Uns pegam na cabra e outros são os que orde-
nham;
Uns cardam a lã e outros levam a fama.*

«Voz do povo, voz de Deus!».

ANEXO

GLORIFICAÇÃO POPULAR DO VERDE LOUREIRO

CANCIONEIRO REGIONAL

Por mais que o loureiro cresça
Ao céu não há-de chegar;
Por mais amores que eu tenha
A ti não hei-de deixar.

Casar com ela eu não caso,
Que ela a mim não me faz conta.
Loureiro, verde loureiro,
Seco no meio, verde na ponta.

Loureiro, verde loureiro,
Loureiro, assim, assim!
Enganaste a donzela,
Casa com ela ó Joaquim!

Se o loureiro não tivesse
Pelo meio tanta rama
Via da minha janela
Os olhos da minha dama.

Loureiro, verde loureiro,
Seca seja a tua rama;
Ainda não tenho amor,
Já me não livro da fama.

(Idanha-a-Nova. De «Etnografia da Beira», vol. 4.º, pelo Dr. Jaime Lopes Dias).

Assubiste ao loureiro
Regalaste o teu peitinho;
Agora estás de gaiola...
Paciência, passarinho!

Loureiro, verde loureiro,
Bem te vejo verdejar;
Bem te vejo, bem te logro,
Bem te podia lograr.

Loureiro de trás da casa
Na sala rescende cheiro;
Guarda os teus olhos, menina,
Para mim qu'estou solteiro.

Não t'encostes ao loureiro,
Que é verde, pode torcer;
Encosta-te ao meu peitinho,
Que teu ha-de vir a ser.

O loureiro bate à porta,
Alecrim vai ver quem é;
São os olhos de Maria,
Que vão ver os de José.

O loureiro, cresce, cresce,
Ao céu não há-de chegar;
Por bem amores que tome
A ti não te hei-de deixar.

Loureiro, verde loureiro,
Quem te rega, pôs-te a mão;
Rega-te aquela menina
Com água do coração.

O loureiro é pau verde,
A baga que dá é preta;
Entre dois amantes firmes
Nunca falta quem se meta!

O loureiro é pau verde
Que é p'ra dar aos casados;
As rosas são p'rós solteiros,
Os cravos, p'rós namorados.

O loureiro é pau verde,
Que se racha aos bocadinhos;
Quem acode a dois amantes
Que se matam aos beijinhos!

Nem roxo com'o lírio,
Nem verde com'o loureiro,
Nem vinho com'o do Douro,
Nem amor com'o primeiro.

O loureiro, bate, bate,
Eu bem o senti bater;
O meu amor 'stá doente,
Mas não é para morrer.

Loureiro, verde loureiro,
Loureiro da verdúria,
Quem quer bem chama por tu,
Amor não tem senhoria.

Loureiro, verde loureiro,
Seca seja a tua rama;
Difamaram-me contigo
E eu não sei a tua cama!

O loureiro é pau verde,
Dá bom pau para colheres;
As mentiras saem dos homens,
As verdades, das mulheres.

O loureiro é pau verde,
Que nasce pelos quintais;
Também tu, minha menina,
És alívio dos meus ais.

O loureiro quando racha,
Dá madeira ó correr;
A mocidade d'agora
É de levar e trazer.

Vai-te embora negro melro,
Deixa a baga ao loureiro,
Deixa dormir o menino,
Qu'está no sono primeiro.

O loureiro bate, bate,
Qu'eu bem no oiço bater,
Com a rama no telhado
Para o amor entender.

Tendes o loureiro à porta,
Tendes sombra tod'ô ano;
Bem puderas, tu menina,
Do loureiro dar-m'um ramo.

Quando o sobreiro der baga
E o loureiro der cortiça,
Então te amarei deveras,
Se não me der a preguiça.

(Trás-os-Montes. De «Cancioneiro
Trasmontano e Alto-Duriense»,
de Guilherme Felgueiras).

Lourecinho verde,
De rama redonda,
Atraz do outeiro
Vi a tua sombra.

Vi a tua sombra,
Foi a tua amada;
Lourecinho verde,
De rama esbicada.

(Minho. De «Cancioneiro Minho-
to», de Gonçalo Sampaio).

Ó loureiro, ó loureiro,
Ó loureiro da azinhaga,
Todos fazem o que querem,
O loureiro é que paga.

O loureiro é que paga
O loureiro paga tudo;
O loureiro, ó loureiro,
Da azinhaga ramalhudo.

(Portel. Recolhido por J. A. Pom-
binho Júnior. Ethnos, vol. 3.^o).

Ó loureiro, ó loureiro,
Ó loureiro ramalhudo;
Todos fazem o que podem
O loureiro paga tudo.

(Do repertório do Coro Etnográ-
fico da Covilhã).

O loureiro é pau verde
Que se dá pelos beirais;
Quem dá falas a garotos
O que recebe são ais.

Loureiro, verde loureiro,
Loureiro verde na rama;
Quem quiser ter amor firme
Durma com ele na cama.

Menina de olhos pretos
Como a baga do loureiro,
Se sabe os dez mandamentos,
Diga-me lá o primeiro?

Loureiro, verde loureiro,
Loureiro d'ô pé da estrada;
Todos querem, todos colhem
Do loureiro uma pernada.

Vou varrer a minha rua
C'um raminho de loureiro,
P'ra passar o meu amor
Que é um rapaz cavalheiro.

Loureiro, verde loureiro,
Loureiro verde na rama;
Da fama ninguém se livra,
É bem tolo quem não ama.

O loureiro é locura,
A baga, variedade;
Eu também digo ser louco
Amar quem se faz grave.

Atiraste-me co'ô lenço
Entre a rama do loureiro;
Olha o *diavo* do lenço,
Que foi teu *alcobiteiro*!

Loureiro verde loureiro,
Loureiro de verde rama;
Umaz gozam com seus amores,
Outras pagam com a fama!

O loureiro é pau verde
Que se racha ao correr;
Cara de tição queimado,
Lenha de tão mau arder!

Eu hei-de ir para o Brasil
Sobre um *tranco* de loureiro,
Para vir para esta terra
Com fama de brasileiro.

Anda aqui um negro melro,
De loureiro em loureiro;
Hoje casa, amanhã casa,
Sempre o melro 'stá solteiro.

Não te encostes ao loureiro,
É verde, pode quebrar;
Encosta-t'ó meu peitinho,
Que te pode regalar.

O loureiro é temido,
E eu não o temo em nada,
Temo mais a tua língua
Que me dizem que é danada!

Loureiro, verde loureiro,
Que só baga sabes dar!
É sempre o primeiro amor
O que mais custa a deixar.

Canta o melro no loureiro
E o pisco no valado,
O sacristão na capela,
O fadista canta o fado.

Desgraçado do loureiro,
Que dá sombra no caminho;
Quantos passam, todos levam
Do loureiro um ramalhinho.

Se o loureiro não tivesse
No meio tanta ramada,
Da minha janela via
Os olhos à minha amada.

(*Mimbo*).

Tens o loureiro à porta,
Tens o teu balcão sombrio;
Quem tem sombra tem regalo,
Quem tem regalo tem brio.

Canta o melro no loureiro,
Escutai o qu'ele diz:
— Quem faz o mal, que o pague,
Menos eu, que o não fiz.

Loureiro, verde loureiro,
Loureiro, verde na rama;
Por causa de ti loureiro,
Nem durmo, nem faço cama!

Oxalá nunca eu te vira,
Nem minhas falas te eu dera;
Que te trago enleiado
Como o loureiro à herá.

Canta o melro no loureiro,
O rouxinol na silveira;
Os padres cantam no coro,
Rogam a Deus por dinheiro.

O loureiro é pau verde,
Que nasce pelos quintais;
À tua porta, menina,
Dou eu repetidos ais.

Hei-de subir ó loureiro,
E de lá hei-de clamar:
Que me deixastes, amor,
Na maior força d'amar.

Hei-de subir ao loureiro,
E do loureiro ao telhado,
Quero ver a tua cama
Se tem belo cortinado!

O loureiro é pau verde,
Quando chega ao lume estala,
Assim é meu coração
Quando para ti não fala.

(*Beira Alta*).

Loureiro, verde loureiro,
Loureiro da baga preta,
Da fama ninguém se livra,
À obra ninguém se meta.

O loureiro é pau verde,
'Inda agora reparei;
Reparasse eu há mais tempo,
Não amava a quem amei.

Loureiro, verde loureiro,
Loureiro de baga branca;
Como hei-de mostrar carinho
A quem se mostra carranca?

Loureiro, verde loureiro,
Loureiro, ó ramallete;
Eu rifei o meu amor
A *dé-réis* cada bilhete!

Loureiro, verde loureiro,
Loureiro, verde na rama;
Não sou quem o mundo cuida,
Que o mundo também s'engana.

Loureiro, verde loureiro,
Loureiro da baga preta,
Se quiseres qu'eu seja tua,
Pede a Deus que t'eu prometa.

Loureiro, verde loureiro,
Loureiro da baga escura,
Minha mãe não me criou
Para tão fraca figura.

Loureiro, verde loureiro,
Seca seja a tua rama!
'Inda não tenho os amores,
Já m'andais a por a fama!...

Se o loureiro não tivesse
No meio tanta flor,
Da minha janela via
Os olhos ao meu amor.

(*Douro Litoral*).

Canta a sereia no mar,
O rouxinol no loureiro
Canta a cobra no deserto
E a perdiz no soalheiro.

O rouxinol no loureiro,
Tem o cantar solitário;
Como pode ter juízo
Quem toda a vida foi vário?

(*Ribatejo*).

O loureiro, verga, verga,
Mas ainda não quebrou;
Meu amor diz que me deixa,
Mas ainda me não deixou!

(*Estremadura*).

O loureiro, de mimoso,
Dobra-se ao vento levante,
Porém, quanto mais se dobra,
Mais aparece galante.

O loureiro é retiro,
Não o quer na minha horta,
Que bem retirado anda
O meu bem da minha porta.

A perdiz canta no bosque,
O rouxinol no loureiro,
Os frades cantam no coro,
Os amantes no terreiro.

O loureiro está quebrado,
Em três bandas ofendido;
Meu amor amas a duas,
Para mim estás esquecido.

A porta da minha sogra
Bate o loureiro na areia;
Tu és a minha prisão,
Eu sou a tua cadeia.

Tenho louro à minha porta,
À tua está o loureiro;
Se falas da minha vida,
Olha para ti primeiro!

O loureiro é pau verde,
Que se racha ao correr;
Amores de homem casado
É comer p'ra não morrer!

Hei-de subir ao loureiro,
Ainda que perca a vida,
Só p'ra ver o meu amor
Se tem outra pretendida.

O loureiro é vitória,
Vitória trago comigo,
Tenho que te amar Vitória,
Passar a vida contigo.

Deste-me a beber triaga,
Mais a baga do loureiro,
Julgando que me matavas,
Inda morreste primeiro.

Deste-me a beber triaga,
Com a baga do loureiro,
Sabes tu o que me amarga?
— A bolsa não ter dinheiro.

Loureiro, verde loureiro,
Baga negra é o teu fruto;
Foste o meu amor primeiro,
Deixar-te custa-me muito!

Eu já vi loureiro em Maio
Nascido na terra dura;
Segura-me, amor, qu'cu caio
P'ró centro da sepultura.

Quando a aroeira der baga
E o loureiro diamantes
Então deixarei de amar
Esses teus olhos brilhantes!

(Alto Alentejo).

O loureiro tem mil folhas,
Tem uma que chega ao chão;
S'ó meu amor me deixar,
Som conselhos que *le* dão.

Hei-de subir ao loureiro,
Corre-lo de folha em folha;
Para que saibas, *mê* bem,
Que tenho muito onde escolha!

Subi ao alto loureiro,
Ia no meio e partiu-se,
O meu amor estava vendo,
Em vez de chorar, sorriu-se.

(Baixo Alentejo).

Antes que o loureiro cresça,
Ao céu não há-de chegar;
Antes que os enredos chovam,
Outro amor não hei-de amar.

Hei-de subir ao loureiro,
Inda que seja p'la rama;
Quero ver os travessieiros
Que o *mê* amor tem na cama.

(Algarve).

Loureiro, verde loureiro,
Seco na ponta, verde no meio;
Enganastes a donzela
Casa com ela sem *arreceio*.

Loureiro, verde loureiro,
Seca seja a tua rama;
Inda não tenho amor
Já me querias por a fama!

Desgraçado do loureiro
Que nasce ao pé da estrada;
Todos passam, todos levam
Do loureiro uma pernada.

(Divulgado em mais de uma Pro-
víncia).

(Alentejo).

Não te incostes ao *lôreiro*
Que é verde, pode quebrar;
Incosta-te ao meu peitinho
Que é firme, sem arrear.

O *lôreiro*, ó loucura,
A baga variedade;
Também digo que é loucura
Amar a quem se faz grave.

Vai-te embora, *reixinol*
Deixa o *lôreiro* em baga;
Deixa dormir a menina
Um sono *assossegada*.

O *lôreiro* bate, bate,
Que eu bem o ouço bater,
Co'as pontas no telhado
Para o amor entender.

Quando o sobreiro der baga,
O loureiro der cortiça;
Então é que te hei-de amar,
Em antes tenho preguiça.

(«Estudos Etnográficos, Filológicos
e Históricos», por Augusto César
Pires de Lima — 3.^o vol.).

Eu hei-de ser a geada
Que tudo hei-de abrasar;
Hei-de subir ao loureiro
Nem folha l'hei-de deixar.

Loureiro, verde loureiro,
Loureiro de folha estreita;
Ninguém se finte nos homens
Desde que têm a barba feita.

Se o loureiro não tivesse
Pelo meio tanto guiço,
Da minha janela via
Os olhos do meu derriço.

Subi lá acima ao loureiro,
Deitei fitas a voar;
O meu amor é caixeiro
Tem muitas p'ra me dar.

Loureiro, verde loureiro,
E a baga bem amarelinha;
Os amores são dos outros
E a fama inda é minha.

O loureiro já é meu,
A folha e mais a baguinha;
Os amores são dos outros
A fama inda é minha.

Se o loureiro não tivesse
Tanta rama pelo meio,
Da minha janela via
A renda do teu travesseiro.

Tendes o loureiro à porta,
À cama vos vai o chieiro;
As folhas vos estão caindo
Na renda do travesseiro.

(«Memórias Arqueológicas e Histó-
ricas do Distrito de Bragança»
— tomo X, pelo Padre Fran-
cisco Manuel Alves (Abade de
Baçal).

O rouxinol do loureiro
Faz o ninho aonde quer;
É como o rapaz solteiro
Enquanto não tem mulher.

O rouxinol do loureiro
Tem o cantar solitário;
Como pode ser sisudo
Quem toda a vida foi vário?

Inda que o loureiro cresça,
Ao céu não há-de chegar;
Duzentos amores que tenha,
A ti não hei-de deixar.

(«Cancioneiro Popular Português»,
de Teófilo Braga).





A Presidência e Vereação da C. M. L., director do S. N. I. e os finalistas do Curso, no Parque Municipal de Campismo

A Câmara Municipal

e o I Curso de Recepcionistas, organizado pelo S. N. I.

A Câmara Municipal de Lisboa, em cujas actividades estão compreendidas as de propaganda turística da cidade, indubitavelmente relacionadas com as que abrangem o conjunto do país, por imperativo da importância de atracção da capital — notória nas condições naturais, na monumentalidade de praças e artérias, no quadro colorido do Tejo e noutros motivos de grandeza ou de pitoresco — a Câmara Municipal, repetimos, não podia alhear-se do movimento de valorização humana integrado nos

preparatórios do equipamento à escala nacional dum desenvolvimento de especialidade tornado imperativo.

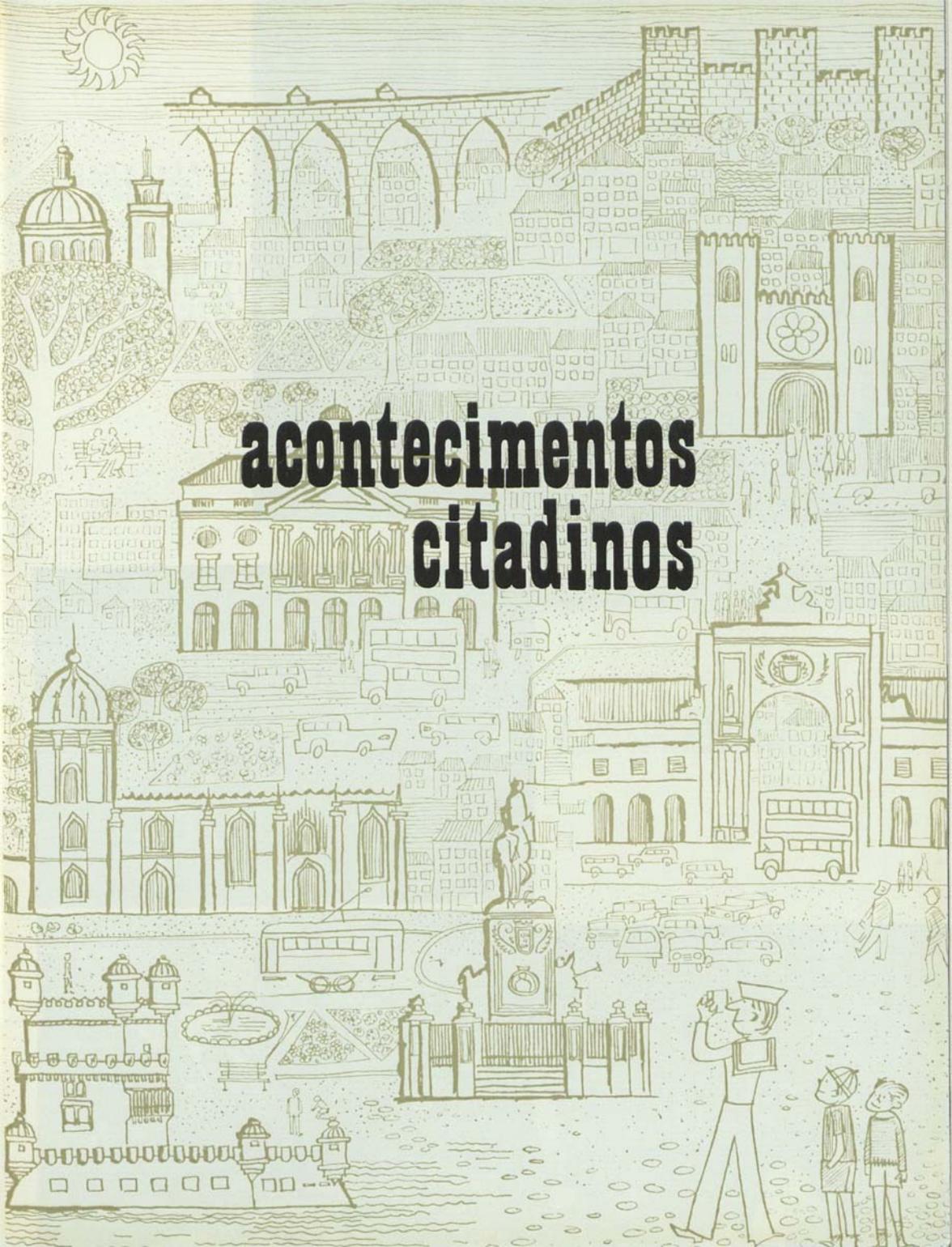
Por isso, acompanhou com a maior simpatia o I Curso de Recepcionistas, organizado pelo Secretariado Nacional da Informação, frequentado por alguns funcionários municipais agregados aos trabalhos camarários de turismo. Em 2 de Julho, o Sr. General França Borges ofereceu aos componentes do curso um almoço no Parque Municipal de Turismo e Campismo, situado

em local aprazível do Parque Florestal de Monsanto. Assistiram, além do presidente da edilidade, os Srs. Paulo de Campos Elisiário, presidente da Comissão Municipal de Turismo, e Dr. Martins Gomes, director dos Serviços Centrais e Culturais, assim como os membros das Comissões Central das Instalações Desportivas e Recreativas e Executiva das Instalações de Turismo e Campismo, da C. M. L. Do Secretariado Nacional da Informação, assistiram os Srs. Eng.º Álvaro Roquette, director dos Serviços de Turismo, e António Pereira Forjaz, chefe da Secção do Turismo Nacional. Este procedeu à entrega dos diplomas aos frequentadores do curso.

Na altura dos brindes, o Sr. General França Borges referiu-se, com palavras elogiosas, à acção do S. N. I., no sentido de incrementar uma corrente turística para Portugal, e disse da contribuição do Município de Lisboa no apetrechamento da cidade para recepção de visitantes estrangeiros, como era o caso da instalação, em Monsanto, do Parque de Campismo, cuja frequência excepcional demonstra cabalmente a excelência de equipamento posto à disposição de gente vinda de vários países e continentes. A Câmara — esclareceu, a finalizar — colaborava eficientemente no esforço que o país desenvolvia, através do Secretariado, para assegurar a viabilidade do turismo como fonte de rendimento nacional.

O Sr. Presidente da Câmara Municipal de Lisboa faz entrega dos diplomas do Curso, durante o almoço realizado no Parque Municipal de Campismo





acontecimentos citadinos



APRESENTAÇÃO DE CUMPRIMENTOS A C. M. L., PELO SR. JOHN KUROPATKIN CHAPEL, MEMBRO DA «SAN FRANCISCO BAY AREA INTERNATIONAL HOSPITALITY COMITEE» E TRINTA CIDADÃOS SELECIONADOS DA MESMA CIDADE.— ENTREGA DAS CHAVES DA CIDADE DE S. FRANCISCO E A FAIXA DE OURO DA «ALAMEDA COUNTY» AO SR. PRESIDENTE

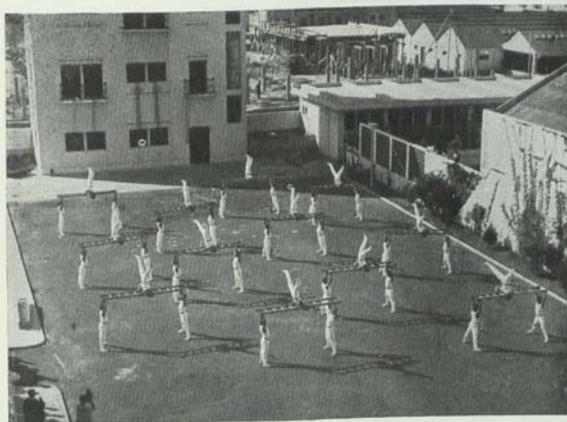
APRESENTAÇÃO DE CUMPRIMENTOS A C. M. L., DO MINISTRO DAS OBRAS PÚBLICAS DO IRAQUE



RECEPÇÃO OFERECIDA PELA C. M. L. AOS PARTICIPANTES NOS CAMPEONATOS DO MUNDO E DA EUROPA NA CLASSE DE «STAR», NO CASTELO DE S. JORGE — O SR. VICE-PRESIDENTE DISCURSANDO



II CONGRESSO MUNDIAL DO FOGO
— A APOTEOSE DOS EXERCÍCIOS DO B. S. B.,
NO QUARTEL DE ALVALADE



II CONGRESSO MUNDIAL DO FOGO
— DEMONSTRAÇÃO DO B. S. B.,
NO QUARTEL DE ALVALADE

II CONGRESSO MUNDIAL DO FOGO
— ASPECTO GERAL DA APRESENTAÇÃO
DE CUMPRIMENTOS A C. M. L.



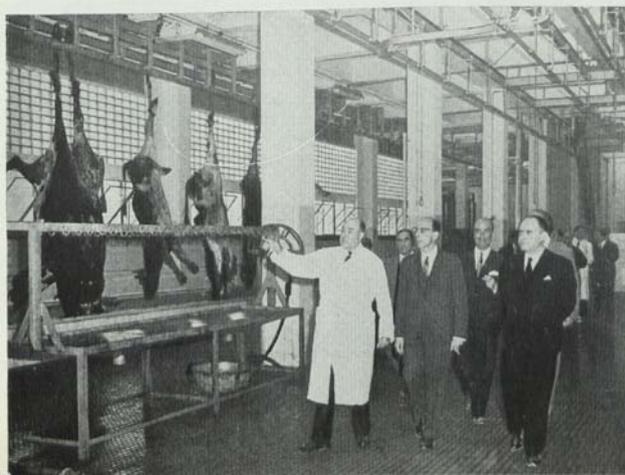
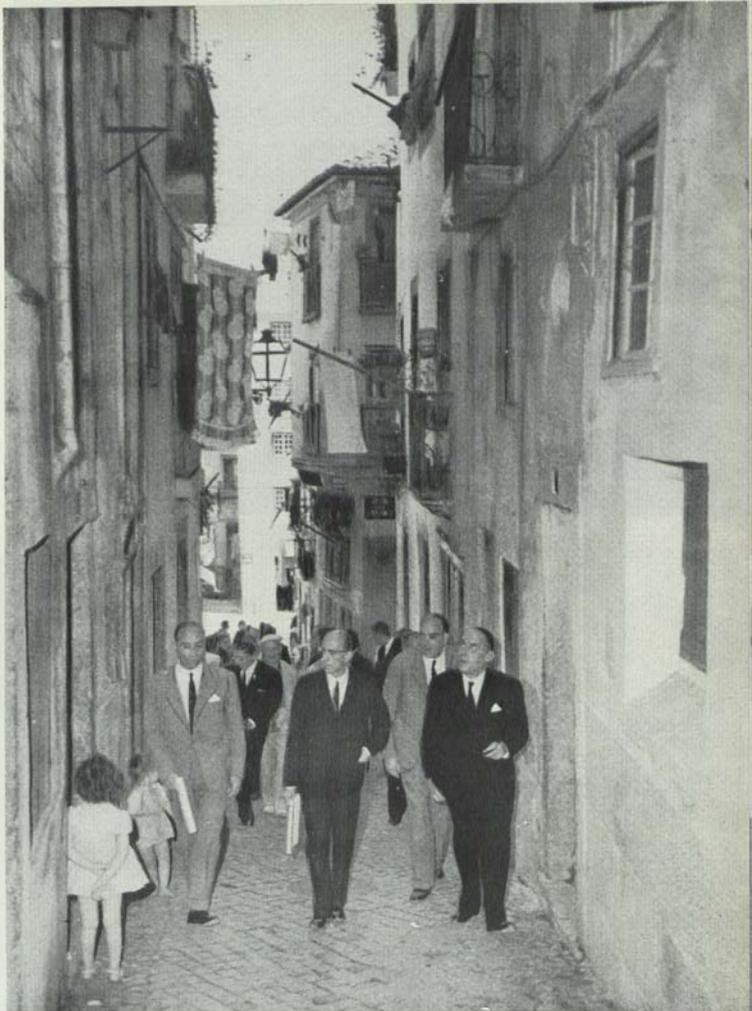


«POLIPHONIA»,
DE MÁRIO SAMPAIO
RIBEIRO,
NA ESTUFA FRIA



TEATRO NA ESTUFA
FRIA — «MANTILHA
DE BEATRIZ»,
PELO TEATRO POPULAR
DE LISBOA

*VISITA DA PRESIDENCIA
DA CÂMARA MUNICIPAL
DO PORTO—NUMA RUA
DE ALFAMA*



*VISITA DA PRESIDENCIA
DA CÂMARA MUNICIPAL DO PORTO
—NO MATADOURO MUNICIPAL*



VISITA DA PRESIDENCIA DA
CAMARA MUNICIPAL DO PORTO
— NO PALACIO GALVEIAS

VISITA DA PRESIDENCIA
DA CAMARA MUNICIPAL DO PORTO
— NO MERCADO DE CHÃO DE LOUREIRO
UMA FLORISTA OFERECE FLORES
AO PRESIDENTE NORTENHO



VISITA DA PRESIDENCIA
DA CAMARA MUNICIPAL DO PORTO
— NA RECEPÇÃO OFERECIDA
AOS COMPONENTES DO XIX CONGRESSO
INTERNACIONAL DOS ADVOGADOS,
NO CASTELO DE S. JORGE



VISITA DA PRESIDENCIA
DA CAMARA MUNICIPAL DO PORTO
— JANTAR NO HOTEL RITZ.
O SR. PRESIDENTE, DISCURSANDO



ESPECTACULO DE FOLCLORE,
NO PAVILHÃO DOS DESPORTOS
— «PAULITEIROS DE MIRANDA»



ESPECTACULO DE FOLCLORE, NO PAVILHÃO DOS DESPORTOS — «DUAS IGREJAS»



«CASSE-NOISSETTE», PELO GRUPO
EXPERIMENTAL DE BALLET,
NO LAGO DA ESTUFA FRIA,
COM A PRESENÇA
DO CHEFE DO ESTADO



«SUITE ROMÁNTICA», NO LAGO DA ESTUFA FRIA,
PELO MESMO GRUPO DE BAILADO



TEATRO DE CULTURA POPULAR, NA ESTUFA FRIA,
— «TEMPOS MODERNOS», ALTA COMÉDIA
EM TRES ACTOS, DE OLGA ALVES GUERRA



«MAR», DE MIGUEL TORGA, PELO TEATRO
POPULAR DE LISBOA, NA ESTUFA FRIA



O SR. PRESIDENTE AGRADECE AO CAPITÃO T. NISHIO, COMANDANTE DO NAVIO «HONOLULU MARU», QUE INAUGUROU AS ESCALAS REGULARES PELO PORTO DE LISBOA, E ENTREGA A MENSAGEM DO MAIOR DE OSACA, COMEMORATIVA DO FACTO E DE QUE FOI PORTADOR

RECEPÇÃO OFERECIDA PELA C. M. L., NO JARDIM DO RESTAURANTE DE MONTES CLAROS AOS REPRESENTANTES DO X CONGRESSO INTERNACIONAL DE PEDIATRIA

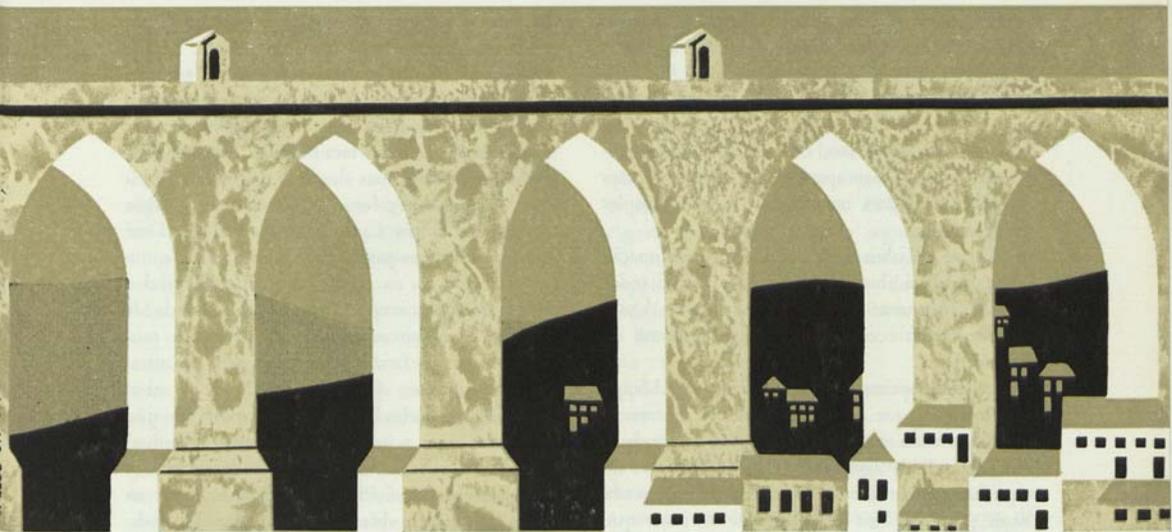




INAUGURAÇÕES
NO BAIRRO
DO PADRE CRUZ
— UM ASPECTO
D A F E S T A



INAUGURAÇÕES
NO BAIRRO
DO PADRE CRUZ
— A MISSA NA NOVA
CAPELA DO BAIRRO,
D A D A P E L O
SR. BISPO DE TIARA



Manuel da Maia e o Aqueduto das Águas Livres

POR EDUARDO DOS SANTOS

1. Embora a construção do Aqueduto das Águas Livres tenha demorado mais de um século, já que as obras tiveram início em 1732 e só ficaram totalmente concluídas em 1835, a verdade é que os historiadores, até talvez por isso, tiveram dificuldade em reconstituir todos os trâmites que acompanharam a evolução da *fábrica* — como então se dizia — de tão importante monumento.

Na realização da já velha aspiração de trazer a Lisboa as Águas Livres, cabe o papel de primeira plana ao então coronel e depois general-engenheiro

Manuel da Maia. Tanto na época como depois, todos reconheceram a sua competência de técnico e o seu zelo e honestidade de homem honrado e bom.

Para melhor compreensão da construção do Aqueduto e, porventura, da competência evidenciada e do papel desenvolvido por Manuel da Maia no desenrolar da obra, julgámos oportuna a publicação de um manuscrito seu, existente na Biblioteca da Ajuda, que pensamos seja, se não ignorado, ao menos pouco conhecido de muitos que se interessam pela história de Lisboa.

Intitula-se ele «Considerações sobre o projecto da condução das Águas, chamadas Livres, ao Bairro Alto; e explicações sobre as mesmas Considerações, offercidas ao S.^r D. João 5.^o por Manoel da maya 1731», in fol. de 29 fls. encadernado, e tem a cota 49-XI-20. Dele se fez cópia autenticada e faz-se acompanhar de algumas notas julgadas úteis para uma melhor e mais simples compreensão.

2. Trazer a Lisboa água potável foi preocupação antiga e quiçá absorvente de vários reis. E todos tiveram em mente ir buscá-la às chamadas Águas Livres, no sítio conhecido hoje pelo nome da Mãe-d'Água.

O P.^o João Baptista de Castro diz, no seu *Mappa de Portugal*, que se supõe terem os Romanos, quando Lisboa era seu município, intentado a condução ali da água da Fonte Santa através de aquedutos subterrâneos de que seria restos a escada num poço da Rua dos Retroseiros, poço que comunicava por corredores de abóbada com a Rua da Prata e Rua da Madalena.

Leonardo Torreano, no papel que enviou ao Senado da Câmara de Lisboa sobre os caminhos que se ofereciam para trazer a água à cidade, afirma peremptoriamente que foram os Romanos quem construiu esse aqueduto.

O que é certo é que, no sítio da Mãe-d'Água, no meio da ribeira, encontrava-se «um maciço de alvenaria, restos de uma represa ou açude, construção geralmente attribuída aos mouros» (1), que Chelmicki diz ter servido «de represa às águas da ribeira no vale da Quintã» (1), abo- nando a sua afirmação com o testemunho de um pedreiro, João Duarte, cujo avô — dizia este — «na ocasião de se construir a Mãe d'Água Nova, demolindo-se uma parte do referido paredão, vira sobre um desaguadouro uma torneira de bronze, que dali se extraiu» (1).

Francisco de Olanda, na obra por ele ofrecida a D. Sebastião, *Da Fabrica / Que faleçe ha Cidade / De Lysboa* (1571), escreve: «E Deue de trazer a Lysboa AGOA.LIURE. q̄ de duas

legoas della trouxerão os Romãos a Ella.por cõductos debaxo da terra sotterranhos, furãdo mujtos Montes E cõ mujto gasto e Trabalho, não sendo Lysboa sua.afora outras Agoas q̄ trouxerão a ella tâbẽ muy de porposito como se querẽ e elles farião as taes obras. E Ali çtre duas Penedias Asperissimas de dous mõtes fizerão hũ muro larguissimo e forte, q̄ lhe represaua a Agoa de hũ vale e hũa Lagoa ou estanque e q̄ Dizẽ q̄ trazião por seu pasatempo Gale e bateis, como se vé hõge e dia na parede e sitio q̄ era posivel». D. João III encarregou Francisco de Olanda de proceder a algumas medições, e chegou a projectar-se um chafariz monumental para o Rossio, com uma mulher, símbolo da cidade, de pé sobre uma coluna, ladeada por quatro elefantes que verteriam água a jorros pelas trombas. «Daqual obra — escreve Francisco de Olanda — Eu fiz a El-Rej vosso Avô Hũ Desegno pa a Trazer ao Resio por quatro alifantes». O infante D. Luís, como official de marinha, achou a ocasião azada para levar então à Ribeira das Naus, para a aguada dos navios, a água dum desses elefantes. «Ao modo deste Desegno. — continua Francisco de Olanda — q̄ El-Rej muyto Desejou fazer antes da sua morte e o Ifante Dõ Luys me Dixe q̄ Desejaua trazerse esta Agoa ha Ribeira para a tomarẽ as náos da India siquer por hũ dos Alifantes».

No reinado de D. Sebastião, também talvez devido a instâncias deste mesmo autor, premeditou-se a execução da obra, e disso dá conta uma certidão passada, em 1588, por Nicolau de Frias, mestre de obras das igrejas do arcebispo de Lisboa, a quem se incumbiram experiências e medições. E apesar do insucesso de Alcácer-Quibir, teimava-se em levar avante o projecto. Para isso, o Senado de Lisboa dispunha de 690 000 cruzados, que vieram, afinal, a ser gastos em festas pela chegada de Filipe II, em 29 de Junho de 1619.

Chegou este monarca a visitar a *Fonte da Agua Livre*. Em carta de 28 de Julho de 1620, datada de S. Lourenço, recomenda ele ao Senado de Lisboa que haja o dinheiro bastante para tal empreendimento, e, em carta régia de 6 de Outubro seguinte, remete-lhe um papel de Leonardo Torreano com quatro traçados diversos

(1) José Carlos Conrado de Chelmicki. *Memória sobre o Aqueducto Geral de Lisboa*. Imprensa Nacional. Lisboa, 1857, pág. 16.

dos caminhos que se ofereciam para trazer à cidade a água livre. Ao mesmo tempo, mandou ordenar a este engenheiro espanhol viesse a Lisboa para examinar bem *in loco* a viabilidade do seu projecto e discutir com o Senado e Conselheiros do Despacho o melhor caminho que devia trazer aquela água e as vantagens ou necessidade de se lhe juntar as águas que ele dizia ter descoberto na Serra de Sintra. De todas estas diligências, Filipe II determinava fosse informado para última resolução.

Mas o tempo passou e chegou o 1.º de Dezembro de 1640 sem que os Filipes tivessem levado a cabo tão necessitada obra.

Em 31 de Julho de 1683 foram ao sítio da Água Livre os Mestres e Procuradores da cidade, o Presidente e os Vereadores da Câmara acompanhados do Sargento-Mor Mateus do Couto, do architecto Mateus de Sousa e do mestre-pedreiro João Luís. Feitas as experiências com o *Boi de Água*, verificaram que a nascente não excedia 30 anéis⁽²⁾ e não valia a pena a despesa com a sua conduta até Lisboa.

A D. Pedro II requereu um António de Miranda a concessão de levar ao Bairro Alto a água que lhe determinassem, «por um notável engenho, que não envolvia alguma dependência de rodas, e excluía totalmente a necessidade de consertos a miúdo». Em contrapartida e como remuneração, exigia que a contar do dia da experiência, se ela resultasse, fosse paga a sua mulher pela Junta Geral do Comércio a pensão vitalícia de 12\$000 réis mensais, a cada um dos seus filhos 3\$000 réis a pagar pelas férias da Ribeira das Naus, e para si e seus descendentes a propriedade de um officio de corretor de número da cidade, e, até a receber, 200\$000 réis cada ano pagos pelo *Almoxarifado do real d'água*.

O requerimento de António de Miranda foi submetido a parecer do Senado por El-Rei, que aconselhou a melhor atenção dado que algumas vezes se intentara em vão levar a água ao Bairro Alto e terem os moradores muita necessidade dela. Lembrou, contudo, a conveniência de se ter

em conta que o *suplicante* «tinha quebrado o seu crédito e se tinha ausentado com receio dos seus credores» e que não poderia executar a obra sem primeiro saldar as suas dívidas ou pelo menos assegurá-las. O parecer do Senado foi, porém, favorável, bem como os outros a que D. Pedro submetera a petição.

É em face de todos eles, El-Rei, em 27 de Agosto de 1688, lavrou o seguinte despacho: «Como parece, sendo a satisfação do que o Supplicante pede por conta da Fazenda da Cidade; e pela via a que toca fui servido Ordenar se lhe desse seguro por o tempo necessario para esta experiencia»⁽³⁾.

Mas a experiência é que parece se não fez, ou, se se fez, não resultou.

Em 1700 houve outra proposta. Era agora seu autor Teófilo Dupineaut, que se propunha fornecer à cidade de Lisboa 40 anéis de água a correr em cinco chafarizes: na rua larga de S. Roque, na Esperança, em S. Paulo, no Terreiro do Paço e em S. José.

Por Decreto de 12 de Junho desse ano, mandou o rei consultar o Senado sobre este requerimento. Por despacho real, poderia Dupineaut começar a empresa, mas as suas dívidas, posteriormente levantadas, e os pretextos por ele invocados para adiar o início dos trabalhos geraram, entre o Senado, a convicção de que a intenção do peticionário era a de se sair bem sem fazer a obra. É esta mesma ideia é expressa num outro parecer da Câmara, que voltara a ser consultada em 25 do mesmo mês de Junho. Agora o parecer acusa também os receios do procurador Manuel Jorge de que «sendo um francês assistente nesta Corte, sem cabedais e quase desconhecido, e que a obra dos Aqueductos, ha-de ter principio no lugar da Pimenteira⁽⁴⁾ em cujo sítio está a torre da pólvora, onde pode succeder com pretexto de minar a terra para descobrir o nascimento da agua, ser para outro fim prejudicial que tenha premeditado na sua ideia e dano da cidade...»⁽⁵⁾.

⁽²⁾ José Sérgio Velozo de Andrade. *Memória sobre Chafarizes, Bicas, Fontes e Poços Públicos de Lisboa, Belém e muitos Logares do Termo*. Imprensa Nacional. Lisboa, 1851, pág. 275.

⁽³⁾ A fonte da Pimenteira já em 1617 fora declarada propriedade particular, embora nas resoluções se considerasse pública.

⁽⁴⁾ José Sérgio Velozo de Andrade, *Ibidem*, pág. 281.

⁽¹⁾ O anel de água tinha 12 penas, e uma pena correspondia a um veio de água de grossura igual à de uma pena de pato.

El-Rei, então, por Decreto de 2 de Dezembro do mesmo ano, tendo em atenção o voto do Senado, determinou que não se mexeria na Fonte da Pimenteira enquanto a água que dela brotava não corresse em S. Roque. Tudo isto, enfim, como medida de precaução, visto que as intenções de Dupineaut podiam bem ser outras. Vinte e oito anos depois, em 1728, um certo António Júlio de La Pomare oferece-se para trazer a Água Livre com pouca despesa. O Senado recebeu ordem para lhe prestar alguns medidores e cavalgaduras para ir à nascente das águas fazer o orçamento. Mas por aqui morre mais uma tentativa.

Até que o Procurador da cidade Cláudio Gorgel do Amaral dirigiu a D. João V uma proposta, que foi remetida ao Senado para consulta com Decreto de 2 de Dezembro de 1728. Dada a demora do parecer, baixaram três Avisos com datas de 23 de Fevereiro, 15 de Março e 28 de Abril de 1729, ordenando que dentro de 15 dias impreterivelmente subisse a consulta com o parecer de todos os membros do Senado.

«O seu destino originário, invocado como estímulo para a construção, era levar a água apenas ao Bairro Alto para abastecimento dos Conventos, Palácios e Casas nobres nele situadas...» (*) — escreve o Eng. Augusto Vieira da Silva.

Começou-se por lançar vários impostos para o custeamento regular das obras: 60 réis em cada alqueire de sal; 10 réis em cada canada de azeite; 50 em cada pano de palha; 6 em cada canada de vinho; 5 em cada arratel de carne. Mais tarde o imposto de carne foi aumentado de mais um real em cada arratel e o imposto da palha foi, em 1733, abolido.

Um Decreto Régio de 1730 derroga todos os privilégios e isenções a fim de não perturbarem o andamento normal dos trabalhos no traçado dos encanamentos, e autoriza as expropriações mediante prévia indemnização aos proprietários dos terrenos e fontes que se pudessem juntar à Água Livre principal.

O Alvará de 12 de Maio de 1731 manda dar início às obras, mas só em 16 de Agosto do ano seguinte começaram os trabalhos.

Chelmicki afirma que se seguiu «proximamente um dos traçados de Leonardo Torrealano». A leitura do documento que vai apresentar-se parece não abonar a favor de tal afirmação porque não «aparecem a planta e os perfis» — como nele se declara — sem os quais seria difícil seguir-se qualquer alinhamento.

O primeiro director da obra (1732) foi António Canevári, arquitecto romano. Mas os seus serviços na direcção do Aqueduto foram dispensados sete meses depois por o seu plano não satisfazer. Em 1733 foram nomeados architectos José da Silva Pais e Manuel da Maia e também logo a seguir o Sargento-Mor Custódio Vieira. Foram, na verdade, estes dois últimos a alma da construção do Aqueduto. Foi ele projectado e realizado por ambos. Ao Brigadeiro Manuel da Maia coube o risco da obra até ao Monte das Três Cruzes, e daí até Lisboa a Custódio Vieira, sendo deste o plano dos Grandes Arcos das Amoreiras.

Dos dois, o papel de maior relevância parece que veio a caber a Manuel da Maia. Cláudio Gorgel do Amaral, que veio a ser o superintendente da obra, não se poupou a elogios à sua competência, e a Instrução de 21 de Agosto de 1736, emanada da Secretaria de Estado, mostra de certa maneira a precedência de Manuel da Maia quando determina que por ele se achar legitimamente impedido, «serão os Mestres obrigados a trabalhar na fabrica da Obra, pela direcção, que lhes der o Sargento Mor Custódio Vieira, ou outro qualquer engenheiro que em seu lugar for nomeado por aviso do Secretario de Estado».

Se se modificou o projecto inicial de Manuel da Maia por altura dos Grandes Arcos, não foi por o julgarem menos capaz e eficiente. Simplesmente, o insigne engenheiro delineou as traças dos encanamentos em ordem também e sobretudo ao menor custo da obra ou ao carácter provisório de *repuchos* até se construírem os arcos — como ele próprio escreve à frente. E esse projecto ter-se-ia realizado se não fossem o muito ouro que veio do Brasil e as avultadas receitas dos impostos cobrados neste Reino permitir que se fosse até à magnificência da construção.

No ponto de vista técnico, «também superintenderam nas obras, Rodrigo Franco, Carlos Mardel (?) até 1763, Miguel Angelo Belasco,

(*) *O Arco e a Mãe-d'Água das Amoreiras*. In *Dispersos*, vol. III. Câmara Municipal de Lisboa, Lisboa, 1960, pág. 289.

(?) Carlos Mardel projectou o Reservatório das Amoreiras.

Raimundo Manuel dos Santos até 1791, e depois Francisco António Ferreira» (*).

A maioria dos trabalhos, pelo menos, seguiu por empecitadas. Com esse fim, se organizaram logo sociedades de pedreiros: a primeira de vinte, autorizada por Alvará de 12 de Maio de 1731; a segunda com treze, e a terceira e última com quatro durou até 1799, data em que se deu por finda a obra.

Este progressivo decréscimo do número de pedreiros nas sociedades construtoras parece ter explicação nas dificuldades surgidas em receber os pagamentos, dados os cuidados postos nas medições a efectuar, em princípio de seis em seis meses, certificadas e sujeitas a uma burocracia nada estimulante.

Efectuaram as medições, pela ordem no tempo, o Sargento-Mor Custódio Vieira, o capitão-arquitecto Rodrigo Franco, o Sargento-Mor de Infantaria Carlos Mardel, o Marechal de Campo D. Miguel Ângelo Belasco, os architectos Raimundo Manuel dos Santos e Francisco António Ferreira.

Há quem reclame para si a glória de autor do plano principal do Aqueduto. João Frederico Ludovice está neste caso. Declara tê-lo elaborado por ordem de El-Rei, mas «que havia sido posto de parte em virtude das críticas que lhe teceram seus êmulos, que o afastaram da realização da obra, aproveitando os mesmos da ideia» (**).

No entanto e apesar de Ludovice ter sido algumas vezes chamado a dar o seu parecer, não parece verosímil que tenha sido ele o autor do plano principal da construção. Manuel da Maia já em 1731, como no documento declara, tinha o «perfil de todo o comorimento da obra». Ludovice devia ter apresentado um parecer, que podia ter sido o único, em Agosto ou Setembro de 1746, quando as obras já iam adiantadas. Pelo menos já elas tinham chegado a Campolide. E em 1748 já estavam na sua maior parte concluídas até ao canto do muro do Convento das Freiras de Nossa Senhora dos Remédios, em Campolide (**).

(*) Norberto de Araújo, *Inventário de Lisboa*, Fascículo I. Câmara Municipal de Lisboa, Lisboa, 1944, pág. 80.

(**) José da Cunha Saraiva, *O Aqueducto das Águas Livres e o Architecto Ludovice*. Lisboa, 1938, pág. 8.

(***) Campolide (ou Rato) passou depois do Terramoto de 1755 a chamar-se *Amoreiras*.

Cotovia até à porta do carro da Casa de S. Roque. É que se começou a obra em diferentes pontos ao mesmo tempo — tal como foi de opinião Manuel da Maia, como se verá no documento de à frente.

3. Manuel da Maia nasceu em Lisboa em 1680 (?) e faleceu em 17 de Setembro de 1768. Parece que aos 12 anos fez dois votos a Nossa Senhora do Pilar: guardar castidade perpétua e dar sempre aos pobres um terço de tudo quanto possuísse. Dotava anualmente 9 donzelas, 3 das quais da freguesia de S. Julião, com 100\$000 réis. Foi fidalgo da Casa Real, cavaleiro da Ordem de Cristo, general e engenheiro-mor do Reino, guarda-mor da Torre do Tombo, cronista da Casa de Bragança, mestre de matemáticas de D. José e dos infantes D. Pedro e D. Carlos.

Em 26 de Maio de 1698, no reinado de D. Pedro II, começou a servir na qualidade de engenheiro. Logo em 1701 foi incumbido de dirigir as fortificações de Lisboa. Superintendeu nas fortificações de Tancos e doutros lugares.

Foi um trabalhador infatigável. Levantou a planta do Sítio de Buenos Aires, desenhou cartas geográficas e militares, balisou estradas, determinou meridianos, estudou os métodos da fundição estrangeira para os ensinar aos nossos artífices, traduziu obras do latim, do italiano, do francês e do inglês, levantou a planta para a canalização das águas ao edifício de Mafra introduzindo pela primeira vez o sistema de repuxos... A própria Junta dos Três Estados o incumbiu de traduzir várias obras militares francesas.

No Arquivo da Torre do Tombo teve notável acção. Foi Manuel da Maia quem o salvou por ocasião do terramoto de 1755. Abrigou-o provisoriamente numa barraca de madeira no sítio do Castelo de S. Jorge. Foi ele quem negociou com o abade do Mosteiro de S. Bento o arrendamento das *casas* chamadas *dos bispos*, contíguas àquele convento, para a instalação definitiva do Arquivo. Na catalogação e ordenação dos documentos cumpriu uma ingente tarefa.

A estátua equestre de D. José foi por si construída. No Aqueduto das Águas Livres trabalhou seis anos dedicando a esta importante obra o melhor do seu esforço e da sua competência. O documento que a seguir se publica dá sobejas mostras dos conhecimentos técnicos de Manuel da Maia.

CONSIDERAÇÕES SOBRE O PROJECTO DA CONDUÇÃO DAS AGUAS, CHAMADAS LIVRES, AO BAIRRO ALTO; E EXPLANAÇÕES SOBRE AS MESMAS CONSIDERAÇÕES, OFFERECIDAS AO S.^r D. JOÃO 5.^o POR MANUEL DA MAYA 1731,

SENHOR

Na suppozição de q̄ (1) poderia ser V. Mag.^{de} servido encarregar-me, ou em parte, ou em todo, a direcção das Agoas chamadas livres, para serem conduzidas ao Bairro Alto desta Corte; me preveni com algumas considerações, que me parecerão necessarias a este fim; para q̄ fazendo as patentes, e pedindo a V. Mag.^{de} as quizesse mandar ponderar, possesse eu com toda a segurança emprender huma obra dependente de circumstancias, que a confirmação por não ligeira: as quaes considerações tinha reduzido a oito pontos, ou perguntas, a que correspondião oito repostas, ou rezoluções; em que por brevisimas palavras se via a materia rezoluta; mas porq̄ (2) nesta brevidade, que intentei, por não ser roubado do tempo, não cabia o dár satisfação das cauzas, porq̄ assim respondia; addicionei, para inteira satisfação das oito rezoluções, outras tantas explanações, separadamente, para quem desejasse mayor extensão. Porem chegando a saber q̄ V. Mag.^{de} era servido encarregar a tal diligencia ao Architecto Regio D. Antonio Canevari (3); por mo affirmar assim o R.^{do} (4) Prior de S. Nicoláo João Antunes Monteiro (5), a quem declarei tinha feito a dita preparação, entendia estar obrigado a conservalla em silencio por não parecer pretencia dár advertencias ao d.^o (6) Architecto Regio; o que o d.^o Rev.^{do} Prior meprohibio intimandome da parte de V. Mag.^{de} q̄ eu possesse na sua Real Prezença as taes considerações, e são as contheudas nos pontos, que se seguem.

PONTO PRIMEIRO

Se há agoa, que mereça ser conduzida a o Bairro Alto desta Corte? e se hé bastante para se distribuir pellas partes convenientes, assim do mesmo Bairro Alto, como de outras partes da Corte, aonde for necessaria?

A que se responde affirmativamente, assim pello que toca á qualidade, como á quantidade: de ser boa na qualidade já tem constado da aprovação do Físico Mor do Reino o Doutor Manoel da Costa; e a abundancia se vê, em que no mês de Setembro só a agoa livre, que sahe debaixo da figueira, lança mais quantidade, que os tres principaes chafarizes de Alfama, de que se

alimentão quasi ambas as cidades; que são o chafariz delRey (?), o da Praya (*), e o dos Páos (?), ou Pipas; sendo a d.^a (10) agoa livre, nos mezes antes, e depois do estio, tão superabundante, q̄ excede mais de quatro vezes os d.^{os} (11) tres chafarizes; e se assignará (12) modo para q̄ em todo o tempo se conserve o curso da agoa nas bicas com muy pouca differença.

SEGUNDO PONTO

Se hé possível q̄ a d.^a agoa possa vir a qualquer parte do Bairro Alto?

Respondesse q̄ pode vir ao Convento dos Inglezes de S. Pedro, e S. Paulo, que hé o sitio mais alto daquele Bairro.

TERCEIRO PONTO

Se deve ser conduzida por canos fechados, e de repucho (13), ou se horizontalmente anivelada?

Respondesse q̄ nivelada horizontalmente, para evitar, em primeiro lugar, o perigo de se poder suspender o curso das bicas; e q̄ só em algumas partes, onde forem precizas grandes alturas de arcos, se poderá uzar de repuxos, pello interim (14), em quanto a fabrica (15) dos arcos não estiver executada; por não deter o effeito do Aqueeducto, no caso, que nas outras porções de obra, mais ligeira, se ache completo.

PONTO QUARTO

Quanta deve ser a queda, ou correnteza, que se deve dár ao Aqueeducto?

A o que satisfaço dizendo, q̄ reconheço por sufficiente correnteza a de meyo palmo (16) para dous mil, e quinhentos palmos de comprido; q̄ val o mesmo, q̄ a

(1) q̄=que. É abreviatura muito frequente neste documento.
(2) porq̄=porque. É forma abreviada que o autor muito usa no documento.

(3) Architecto que veio de Roma para Portugal no reinado de D. João V. Dirigiu durante sete mezes as obras do Aqueeducto. Foi também encarregado de outras obras, v. g. no palácio real, na patriarcal... Veio a morrer em Nápoles.

(4) Reverendo.

(5) Figura da privança régia.

(6) Dito. Esta abreviatura é muito frequente neste documento, quer no masculino e feminino, quer no singular e plural.

(?) É anterior a 1487, visto que é desse anno uma Carta Régia que manda dela fazer encanamentos até á muralha do mar para as aguadas dos navios.

Atentos os abusos e excessos a que dava lugar ali o consumo da água das várias bicas, o Senado da Câmara, por postura de 1551, ordenou que na primeira bica, do lado da Ribeira, enchessem apenas os pretos forros, mulatos indios e demais homens cativos; na segunda, os mouros das galés até encherem os barris das aguadas e, depois, os negros e mulatos em geral; na terceira e quarta, os homens e as mulheres brancas; na quinta, as mulheres pretas, mulatas, indias forras e cativas; na sexta e última (do lado de Alfama) as mulheres e moças brancas.

Marinho, nas suas *Antiguidades de Lisboa* diz que às águas do Chafariz de El-Rei attribuem os médicos não só *destemperança* do fígado mas proflaxia dos catarros, *serrações* de peito... e as boas vozes dos cantores naturais de Lisboa...

(*) Foi feito em 1625 á custa do *real* do Povo e melhorado em 1836.

(?) Situado na margem esquerda do Tejo. Dali vinha para Lisboa a água em barcaças.

(10) Dita.

(11) Ditos.

(12) Indicará.

(13) Muito parecido com o sifão.

(14) Provisoriamente.

(15) Construção.

(16) Medida de 0,22 m

cada quinhentos palmos hum decimo de palmo: porem q̄ eu não teria duvida em a conduzir por um nivel especial continuado, sem lhe determinar correnteza alguma; e sem receyo de q̄ me enganasse na conta; como mostrará a explanação; e só no tal nivel me ficaria para não fazer hum palmo de obra de mais da preciza; não obstante não ter encontrado nos Authores, nem ouvido praticar o tal estilo; de que fiava a principal parte do meu desempenho.

PONTO QUINTO

Que forma devem ter os canos, e o Aqueducto, e qual a sua matéria?

Respondesse q̄ a forma ha de ser tal, q̄ possa sem embaraço reverse, e limpase todo o Aqueducto, sem q̄ haja suspensão no curso das bicas, por meyo de dous canos de marmore de palmo, e quarto de boca cada hum, e outro tanto de alto, com as mais circumstancias inclusas na explanação.

PONTO SEXTO

Se todos os canos hão de ser da mesma materia, e da mesma forma?

Respondesse q̄ o principal Aqueducto comprehendido entre o Incile⁽¹⁷⁾, e o Calice⁽¹⁸⁾ deve ser da sobred.^a forma, e materia: mas os ramos particulares, que do Calice sahirem p.^a (19) os chafarizes por baixo do terreno, e ruas da cidade, poderão ser de estanho, onde for preciso haver repuxo p.^a a agoa subir; mas, onde não fór preciso repuxo, devem tambem ser de pedra com cavaturas proporcionadas, cobertos de bom lagedo, e bem acompanhados, e carregados de parede.

PONTO SEPTIMO

Em que ramos, ou fontes se deve distribuir a agoa pellas partes desta Corte?

Respondesse q̄ em doze chafarizes, divididos pellas seguintes partes; a que acomodo a quantidade de agoa do tempo mais esteril, para mostrar, q̄ ainda quando nunca fosse mais, sempre era muyto conveniente a sua condução.

lugares	Bicas	Aneis
S. Roque junto ao Passo	2	4
Junto a S. Pedro, e S. Paulo	2	4
Fronteiro ao poço novo na fronteira entre as duas ruas	4	8
Corte Real	2	4
	10	20

(17) *Incile* é um termo latino usado para significar a abertura que se faz na margem do rio para derivar a água por canais ou levadas para outro sitio. Aqui significa a nascente ou a represa das águas a conduzir. Será Belas neste caso.

(18) *Calice* é, como o autor à frente escreve, a última arca da água. Será Lisboa nesta explanação.

(19) Para.

lugares	Bicas	Aneis
	10	20
Pé da calçada de S. C. ^{na} (20)	2	3
Portas de S. C. ^{na} (20)	3	6
Terreiro do Paço	4	6
Defronte do Carmo	2	4
Defronte de S. Nicoláo	3	5
Hospital Real	1	1
Chafariz do Rocio e a agoa deste chafariz deve ficar ao Socorro	4	6
S. Martha à Cruz	2	2
	31	53

PONTO OITAVO

De que modo se deve principiar esta obra, e com que disposições, e cautelas se poderá concluir?

Respondesse q̄ se deve principiar, delineandose, e marcandose toda no terreno, com tal arte, q̄ se possa trabalhar em muytas partes desunidas, com a certeza, e segurança, de q̄ quando se vierem a encontrar, se ajustem sem hum palmo demais, ou de menos de obra, e se possa fazer a observação em toda a distancia do Aqueducto com huma calhe⁽²¹⁾ de madeira de cem palmos; no meyo da qual, destandose alguma agoa, mostre o verdadeiro effeito; o que no presente caso se pode seguramente conseguir com o especial nivelamento, que me tinha proposto p.^a minha segurança, e que exporei adiante.

Depois de preparado assim o terreno, se ellegerão Mestres, a quem se repartirá a obra por porções diversas para ser avaliada pello Medidor, que juntamente com o Architecto assistirá, e a visitará, ao menos, duas vezes cada semana: porem a cal, e o betume deve ser dada por conta da obra, e os officiaes, e trabalhadores, ainda q̄ fação por conta dos Mestres, serão pagos p.^{na} mão do Thezoureiro da obra.

EXPLANAÇÕES

PRIMEIRA

Consta esta explanação de duas partes: a primeira, de ser a agoa bastante para se conduzir ao Bairro Alto, se prova manifestamente fazendo huma comparação da agoa, que tirada dos chafarizes de Alfama se espalha por ambas as cidades, com a que se pode conduzir ao Bairro Alto, uzandose geralmente do mesmo modo de medir: (e fica nesta forma cessando a questão q̄ o d.^o Architecto Regio D. Antonio Canevari moveo sobre esta materia da medição das agoas, e a que se deo irrefragavel reposta em 25 de Janeiro de 1730 na conta que se deo a V. Mag.^{de} sobre esta mesma materia) porq̄ constando o chafariz del Rey⁽²²⁾ de seis Bicas, o da praya⁽²³⁾ de sinco, e dos páos⁽²⁴⁾ de quatro, que

(20) Santa Catarina.

(21) Calha.

(22) Vide nota n.^o 7.

(23) Vide nota n.^o 8.

(24) Vide nota n.^o 9.

somadas fazem quinze, se achavão as mais dellas no d.^o Janeiro de 1730 com dous aneis (25), e meyo de

Côparação das agoas livres com as dos 3 chafarizes no tempo do inverno.

agoa, e só tres dos chafarizes del Rey, e huma do chafariz da praya lançarião quatro aneis, que ao muyto em todos as quinze bicas se completarião quarenta, e seis aneis de agoa; e neste mesmo tempo, e usando do mesmo modo de medir, se tinhão achado mais de duzentos somente na agoa livre da Figueira, não falando na agoa da Fonte Santa (26), na do Salgueiro, e na de Val de Moura, que juntas com a de S. Braz fazem mais de cem aneis, alem dos duzentos referidos; e ainda q̄ esta ultima de S. Bráz (segundo minha lembrança) padece notavel diminuição no estio, e outras também o experimentão, posto q̄ com muyto menor excesso, nunca a falta chega a ser tanta, q̄ não fiquem ainda, naquelle tempo mais seco, as ditas agoas exclusiva a de S. Braz por inutil) com mais quantidade de agoa, que os tres chafarizes de Alfama tem na força do inverno: se estes soccorrem a ambas as cidades; porq̄ não ficará mais bem soccorrida somente a Occidental (27) com quantidade mayor: isto hé por outras palavras: se quarenta, e dous aneis de agoa mal repartida (pois toda se acha quasi no mesmo lugar) acode a duas cidades, outra agoa m.¹⁰ mais de dobrada de boa qualidade, e mais bem distribuida, porq̄ não saciará huma só cidade com muyto melhor comodo; ficando também mais desembaraçados os chafarizes de Alfama do tumulto, com que se achão.

E para mais claro conhecim.¹⁰ (28) exporei aqui huma observação, que em 11 e 12 de Setembro do anno proximo passado de 1730 em companhia do Engenheiro Mor do Reyno Manoel de Azevedo Fortes (29), fizemos com permissão e ordem de V. Mag.^{de}, assim nos chafarizes de Alfama, como nas agoas livres; e sendo aquelle o tépo (30) de mayor falta de agoa, e por essa mesma couza ellegido (31) para a tal observação, achámos nos tres chafarizes de Alfama trinta e seis aneis, e meyo de agoa, e na agoa principal livre achamos quarenta aneis (medidas ambas as agoas pello mesmo

estilo) não falando nas outras tres, que posto seião de menor conta, sempre farião mais de dez aneis sobre aquella abundante agoa; e poderão delles sahir os desperdícios do caminho, fartando os que querem q̄ os aqueductos, ainda depois de humedecidos, diminuão muyto as agoas: não fallo tambem na prometida pello vedor dellas Fr. Domingos de S. João Baptista, nem nas que poderão ser descobertas proximam.¹⁰ (32) a o caminho; por onde o Aqueducto vier, se se quizer seguir o mesmo Methodo, que em Mafra executou o Tenente Coronel D. Felipe Gavilá (33) porq̄ me parece mais seguro prometer menos agoa, e q̄ depois na execução appareça muyto mais.

A segunda parte hé assignar (34) o modo para conservar muyto mayor quantidade de agoa nas fontes, do q̄ o manancial produzir nos ultimos mezes do estio; porq̄ em todos os outros mezes hé mui superabundante: o que se poderá conseguir, formando Reservatorios, em que, no tempo de mayor crescimento, as agoas excessivas fiquem reclusas; as quaes, por terem a mesma origem, não mudarão a sua salutifera qualidade,

principalmente largando os Reservatorios pella parte inferior, e tendos recebido pella superior; movendo-se deste modo continuamente as taes agoas, e izentandose tambem da corrupção por meyo do tal movimento; e para q̄ em nenhum tempo este lhe falte, sempre q̄ houver Reservatorios com agoa, se fará passar por elles toda a do Aqueducto: o excesso do nivel dá lugar para deixar muy capaz altura não só a huma, mas a mais ordens de Reservatorios; q̄ não hé justo lhe chamemos cisternas, por serem estas formadas de agoas detidas, e mortas, e os Reservatorios de agoas movidas, e vivas: constituindo huma justa imitação do modo, como que a propria natureza produz a origem das fontes, que segundo a opinião mais palpavel, e q̄ padece menos inconvenientes, (como mostra M.¹

Opinião mais provável da origem das fontes.

de la Hire no 2.^o discurso do tratado do movim.¹⁰ das agoas, que deo a luz, e tinha sido composto por M.¹ Mariste) não hé outra couza mais q̄ as abundantes agoas da chuva reprezadas nas entranhas dos montes, que buscando sahida por varias rupturas delles, apparecem beneficiando as terras; e segundo os annos são mais, ou menos invernosos, se achão as fontes mais, ou menos abundantes; e rebentando ou pulando algumas de novo, se são as chuvas excessivas; e totalm.¹⁰ ex-

(25) O anel de água tinha 12 penas e cada pena era o veio de água cuja grossura era igual à de uma pena de pato.

(26) O Chafariz da Fente Santa já existia em 1680.

(27) A cidade de Lisboa foi dividida em duas partes, Lisboa Oriental e Lisboa Occidental, por Alvará datado de 15 de Janeiro de 1717, de D. João V. As designações mantiveram-se até 31 de Agosto de 1741, data em que o mesmo rei mandou para a Mesa do Paço um Decreto a extinguir a divisão.

(28) Conhecimento. É muito frequente esta forma abreviada.

(29) Nascido, em Lisboa, em 1660 e falecido em 28 de Março de 1749. Cavaleiro da Ordem de Cristo, Sargento-Mor de Cavalaria e engenheiro-mor do Reino por Carta de 23 de Outubro de 1719. Em 1734 reedificou Campo Maior, destruída por um raio, e em 1735 construiu quatro armazéns de pólvora, em Elvas, Campo Maior, Olivença e Estremoz.

(30) Tempo. Usa muitas vezes o autor o ~ (til) para nasalar uma vogal que outras vezes recebe m ou n.

(31) Escolhido.

(32) Próximamente. É frequentíssima a forma abreviada dos advérbios terminados em mente.

(33) Espanhol nascido em Denia em 1667 e falecido em Lisboa em 1571. Depois da guerra que as tropas de Filipe V moveram a Denia, ofereceu os seus serviços ao Rei de Portugal e aqui esteve o posto de coronel de infantaria com exercicio de engenheiro e a mercê de cavaleiro da Ordem de Cristo. Serviu doze meses nas obras de Mafra, sendo ajudado por seu filho Adriano Gavilá no descobrimento de águas e disposição de fontes.

(34) Determinar, indicar.



O AQUEDUTO DE ALCÂNTARA
(DESENHO DE NOËL—GRAVURA DE WELLS)

tintas, se o socorro das nuvens as não alenta: sirva de confirmação, entre outras muytas, aquella horrivel seca de Espanha 1038 AC.⁽²⁵⁾ antes do nascimento de Christo Senhor Nosso, em que por não chover vinte e seis mezes, se secarão as fontes, e os Rios, e se abriu a terra em espantosas fracturas.

O numero dos Reservatorios, e sua grandeza se regulará pello numero de pipas, que se houverem de determinar para os dias, ou mezes de menos agoa: como tambem se poderão reservar as agoas de algumas horas da noite para com mayor abundancia correrem todo o mais tempo.

SEGUNDA EXPLANAÇÃO

He sobre a possibilidade de ser conduzida a dita agoa a qualquer parte do Bairro Alto: depende a solução desta duvida da differença do nivel⁽²⁶⁾ do Incile ao Calice comparada com a distancia daquelles dous⁽²⁷⁾ lugares: e se confirma a rezolução já assignada com as primeiras medidas, que pello mais

Mostrasse o quanto a Agoa livre fica mais alta q̄ a portaria do carro de S. Roque por huma observação moderna: e o comprimento de huma linha, sobre que se fez a observação com mais de tres mil, e trezentas nivelações; com os quaes fundamentos fabriquei hũ perfil, com que determinarei em qualquer p.^{to} do cam.^o; q.^{to} lbe fica superior, ou inferior o nivel.^{to} da agoa, a portaria do carro de S. Roque, ou qualquer outra p.^{to} do mesmo caminho em virtude do d.^o perfil, que mostrei sendo necessario.

Noticia de outra diversidade altura, que lbe assigna outra observação antiga.

He verdade q̄ hum livro antigo, que se acha no senado destas cidades, que tive nas mãos por espaço de poucos minutos, e trata desta materia, tráz por differença de nivel trezentos, e vinte, e dous palmos, e meyo, determina o comprimento de 71.110 palmos, que fazem duas legoas, e hum terço, e 3.677 palmos, e

(25) Abreviatura correspondente a *Ante Christum* (Antes de Cristo).

(26) Nivel.

(27) Dois.

(28) *Converse* é adverbio latino que alguns autores usavam no sentido de *límpante*. Aqui cremos signifique *sem dificuldades, sem embaraços*.

(29) *Até*. Forma muito usada no documento.

perence de queda a cada $220 \frac{1}{2}$ palmos hum palmo; e porq̄ como fica dito, hum palmo hé bastante correnteza para sinco mil palmos, para os d.^{os} 71.110 palm. de comprimento serão sufficientes quatorze palmos, e hum quinto, ou $\frac{111}{500}$; e ainda restão mais de 308

palmos para Reservatorios, etc e por ambas as observações, assim antiga, como moderna, se mostra a possibilidade de ser conduzida a agoa livre a qualquer parte do Bairro Alto; o que ainda favorece mais a nossa observação por 117 palmos; a qual diversidade de altura pode proceder de duas causas; a primeyra, porq̄ a observação moderna chegou the a porta do carro da Caza de S. Roque, lugar menos eminente do q̄ aquella onde tinha feito ponto o nivel antigo; e a segunda cauza, porq̄ a observação antiga tinha sido feita por niveladas largas, em que o nivel apparente se afasta sensivelmente do verdadeiro; e a observação do anno de 1728 foi formada com niveladas de vinte palmos, em que se não pode esperar differença; para o que se fizeram mais de tres mil, e trezentas operações com hum chorobates, instru-

Instrumento, com que se fizeram mais de tres mil, e trezentas operações no ano de 1728.

mento inculcado por Vitruvio para se emendarem os erros, que os leveis ordinarios costumão causar, os quaes se contrapeão ao depois, commumente, com aquella chamada queda,

ou correnteza. Vitruvius lib. 8. cap. 6. *libratur autem Dioptris, aut libris aquariis, aut chorobate, sed diligentius efficitur per chorobatem, quia Dioptrae, librae que (sic) fallunt*⁽³⁰⁾. Não duvido haja quem chamasse vagarosa impertinencia a huma tão miuda exacção de mais, de tres mil, e trezentas operações; mas regolhe q̄ faça reflexão no que o P.^o de Chales tanto recomenda no seu tratado de *fontibus naturalibus*⁽³¹⁾ cap. 16 do modo seguinte: *Ut exactior habeatur libellatio, nonnulla observanda sunt, res enim lubrica est, in qua errores vel minimi in magnos, et intolerabiles excurrunt, maxime si libellationes longiores ad fontium, et fluminum derivationem instituantur*⁽³²⁾:

(30) «Mede-se, contudo, com dioptras, ou libras de água, ou corobates, mas mais exactamente com o corobates, porque as dioptras e as libras fallham».

Vitruvio escreve, contudo, *dioptris* com *d* minúsculo, e a conjunção copulativa *que* liga-a ao substantivo *librae*, forma, naturalmente, exacta.

A dioptra, a libra e o corobates eram, naturalmente, instrumentos de pesar água. O corobates era uma régua de vinte pés para pesar ou nivelar a água dos aqueductos. Foi este o instrumento utilizado nas medições de 1728.

(31) «Acerca das fontes naturais». O sublinhado é nosso. O documento não o traz.

(32) «Para que uma medição se faça mais exactamente é necessário ter em conta várias coisas, e uma é que é, com effeito, enganador aquilo em que os erros de pequenos se tornam grandes e intoleráveis, sobretudo se as medições dizem respeito a ramificações de fontes e rios muito distantes.»

e o P. Tosca trat. 12 e liv. 2.^o da Idragogia prop. 2.^o § 2.^o diz assim: *El P. Nicolas Cabeo en sus Meteoros reprehende el modo, con que vulgarmente obran los niveladores, que, como ignorantes de las lineas, que concurren en estas operaciones, suelen ocasionar grandes gastos sin fruto alguno con notable prejuizio de las Republicas. Para proceder pues con acierto, conuendrà advertir las reglas siguientes. Regla 1.^a si la distancia és larga, no se baja una sola nivelada, simuchas: La razon és, porq̃ mas se aparta del centro de la tierra, al cabo de la linea horizontal, en una nivelada larga q̃ en muchas menores contenidas en el mismo trecho.* Vc̃ão agora os desestimadores daquelle laborioso disvello, se havia rezão, e obrigação para se pôr nelle a mayor diligencia; mas se o não quizerem assim entender, mais obrigados nos achamos a respeitar, e temer aquellas admoestações, do q̃ as facilidades de quem as desprezar.

Por fim desta explanação declaro q̃ todas as tres agoas livres menores, id est (43), da Fonte Santa, do Salgueiro, e de Val de Moura se podem introduzir com a Principal, que hé a da Figueira, porq̃ todas as tres tem correnteza p.^a o nascimento desta; porém a da Fonte Santa com mais facilidade q̃ as outras duas, e tambem com mais proveito, porq̃ no mês de Setembro não deita menos de quatro ancis de agoa, e chega à mais de dobrado pella continuação do anno.

EXPLANAÇÃO 3.^a

Na reposta ao 3.^o ponto fica dito q̃ não sou de parecer se uze de canos de repucho (44), por evitar o perigo da suspensão do curso da agoa: agora acrecento q̃ não só na suspensão, mas tambem na diminuição se poderá experimentar o dano; porq̃ nos repuchos forceja a agoa continua, e vigorosamente por se extender; pois opprimida contra o seu natural trabalha libertarse daquella violenta prizão; e os canos de repucho por mais bem fabricados q̃ sejam, ninguê os poderá segurar, q̃ sejam tão igualmente bem fabricados, q̃ se não facilite

(43) Expressão latina. Isto é.

(44) Efectivamente, foi determinado que se reunissem em conferência, em casa do Secretário de Estado Marco António de Azevedo, Diogo de Mendonça Corte Real, Manuel da Maia, João Frederico Ludovice, José da Silva Pais e Carlos Mardel para se decidir e ventilar, entre outros pontos, a possibilidade de todo o Aqueducto ser de pedra «excepto onde for preciso algum repucho», que seria de ferro ou de bronze. O que mostra quanto esta exposição de Manuel da Maia foi tida em conta. Mais tarde, quando o Aqueducto chegou ao Rato (Campolide) e como havia de conduzir-se até ao Convento de S. Pedro de Alcântara a água do grande reservatório por condutas subterráneas, o problema da natureza dos materiais a empregar tornou a tomar acuidade. Sobre se elas deviam ser de pedra, chumbo ou ferro, foram consultadas várias personalidades. O Prior de S. Nicolau e João Frederico Ludovice manifestaram-se a favor dos canos de pedra; o P.^o Manuel de Campos, os Doutores José Rodrigues de Abreu, João Machado de Brito e Jorge da Mata Gião, o Sargento-Mór José Sanches da Silva e Carlos Mardel a favor dos canos de ferro.

a sua ruptura, na dilação do tempo, pellas uniões menos seguras, e desconhecidas, de um tão longo aqueducto, e tão grande corpo de agoa; (alem de outros obstaculos não menores, que adiante se verão ponderados).

Agora me vejo precizado a satisfazer a huma nova opposição, com que algumas pessoas se querem persuadir cessão todos os inconvenientes

de repuchos com a nova fabrica dos canos de ferro, de que dizem se uza ao prezê em França com tão feliz successo, q̃ nem são sogetos

a se rorem da ferrugem por dentro, porq̃ a mesma agoa os pule; nem a rebentarem, ou a abrirem pella robusteza do metal, e bons parafuzos, que prendem os canudos; nem pella parte exterior se consomem, porq̃ vão deffendidos com betume, que os izenta do dano, que a humidade lhes cauzaria; nem dentro de si gerão Vapozo (*sic*), ou embaraço, que sirva de impedimento ao curso da agoa.

Confesso q̃ verificadas certas premissas, pouco faltava para tirar huma boa consequência; porém como as novidades costumão muytas vezes trazer a sua recomendação mais na apparencia do q̃ na Realidade, e a materia necessite de q̃ se proceda nella com a summa cautela, fundado nos discursos, que com algum cuidado tenho feito, me não posso acomodar a este novo invento no prezente cazo de tanta suppozição; porq̃ só a promessa de q̃ a agoa corrente os não encha de ferrugem pella parte interior hé q̃ dou credito; e em tudo o mais me não conformo para huma obra, cujo uzo deve ser incessante, e cuja duração se deve procurar a mais permanente; e que não reconheço nos repuchos, ainda q̃ sejam de ferro; porq̃ supposto tenhamos mais robusteza q̃ os de chumbo, e q̃ os de barro, sempre ficão sogetos á mayor parte dos inconvenientes, que nestes se encontram; porq̃ primeiramente ainda q̃ os supponhamos izentos de rapovos (*sic*) o que não affirmo não acho possível livraremse de algumas partes etherogeneas, que sempre as agoas depõem em toda a especie de canos; mas muyto mais de temer nos de repucho, pois nestes se devem precizamente amontoar as ditas partes nos seus cotovelos, e angulos mais profundos, aonde sem ser muyta a quantid.^{de} cauza grande impedimento, e facilmente total porq̃ juntas em alguns receptaculos, servirão para dilatar por mais algum tempo o danozo effecto, mas não para o evitar; o que não succede nos canos horizontaes, em que as taes partes etherogeneas se espalhão por todo o comprim.^{to} do aqueducto; e ainda no cazo de ser tanta a quantidade, q̃ ocupe a mayor parte da cavatura, nem por isso deixará de haver sempre agoa corrente; e o que mais hé podesse limpar a cavatura sem quebrantamento do aqueducto, nem perturbação do curso da agoa; principalmente havendo os dous canos de pedra, que proponho.

O que me occorre se pode dizer pella p.^o contraria he, q̃ a agoa levará consigo todas essas partes mais pezadas, sem as depôr nos taes angulos; porq̃ o movimento, e força com que corre, não dará lugar a tal depozição; ao que respondo, q̃ não succedendo isto

Satisfação a hum argumentum.

assim nos mais canos de repucho, não me parece assignavel a rezão de differença; e a cauza hé, porq̃ o curso da agoa reclusa ao subir não hé tão vigoroso, q̃ não dê lugar a que as partes mais ponderosas se não apozentem ao principio da subida; q̃ a agoa as empurra, eleva consigo quando desce, hé sem duvida; mas q̃ as exalte para as levar consigo, tem contra si a quotidiana observação do q̃ succede na agoa, que corre horizontalmente, porq̃ sendo este hum meyo entre o subir, e o descer, não costuma a agoa assim corrente levar consigo as taes partes, antes as vay depondo, e por boa consequencia muyto menos as levará subindo; pois vay tanta differença de huma couza a outra, como do subir a o andar.

A o dizesse q̃ vão defendidos por fóra p.^a q̃ a humidade permanente da terra lhe não faça crear ferrugem, e os não destrua em poucos annos, tambem me parece promessa, que não pode ter o effeito prometido; porq̃ tenho por impossivel betume que se una tanto ao ferro, que, com alguns annos de humidade continua, não perca o seu glutinoso, que estalado, e dezunido dará lugar a que a humidade terrea obre o seu costumado effeito: algumas obras de aço tenho visto defendidas com semelhante artificial, mas nunca o ficão tanto, q̃ com a passagem de alguns invernos senão danifiquem, ainda não estando entregues ás humidades, como ficão os d.^{os} canos; de donde me capacito não ser a sua duração comparavel com a da pedra.

E pello que toca á sua união por meyo de parafuzos com chapas de chumbo, ou coiro, que medcem entre hum, e outro canudo, não fio tanto da resistencia destes dous materiaes, q̃ em poucos annos senão converta o chumbo em terra, e o coiro em lodo; dando lugar a que se sangre o aqueducto por tantas partes, quantas forem as por onde entrar a corrupção; e com grande difficuldade da averiguação dos taes lugares, pois q̃ tudo fica enterrado, e sumerso: e dado q̃ se podessem descobrir, não se poderião bem concertar sem q̃ parásse o curso da agoa; o que seria de grande detrimento a hum tão numerozo povo costumado a soccorresse della continuam.¹⁰

Estas mesmas razões expuz na conferencia, q̃ por ordem de V. Mag.^{do} tive com o R.^{mo} P. João Baptista Carbone⁽⁴⁵⁾, quando o senado destas cidades se achava em termos de ajustar, ou pôr em practica esta obra com hum Estrangeiro que queria emprender a sua execução por meyo dos canos de ferro, e de repucho; e como the o prezente não tenho achado couza, que me afaste daquella opinião, me vejo obrigado a seguir a que sempre me tem parecido a mais segura, e de que não posso esperar arre-

pendimento, ainda no cazo, q̃ em algum tempo a experiencia mostre q̃ os canos de ferro sabem alguma couza melhores do q̃ eu agora os supponho; porq̃ a ccleição que faço, só pello que pertence á despeza hé q̃ poderá ser menos digna de se admitir a qual tenho por bem empregada na satisfação, e certeza de ser livre dos inconvenientes, que nos canos de ferro, e de repucho se devem com tanta rezão temer: e de experiencia está mostrando, q̃ ainda em qualquer jardim, e limitadas distancias os repuchos são sogetos a continuos embaraços, e precizão de concertos, como nos dous chafarizes do Rocio, e Terreiro do Paço, quotidianam.¹⁰ se observa; bem pouca cautela teria eu, se me propozesse p.^a uma obra publica, e de incessante uzo, disposição, que não promettesse toda a mayor permanencia. Para fugir de tão grande absurdo expoz com todo o encarecim.¹⁰ o P. de Chales no seu tratado de *Fontibus naturalibus*.⁽⁴⁶⁾ prop. 25. (depois de ter recomendado q̃ a agoa que se houvesse de encaminhar pellos repuchos estivesse m.¹⁰ limpa, e quando não, se coasse por huma esponja inclusa no aqueducto, e com summa cautela q̃ de nenhum modo se introduzisse vento nelle) a 3.^a advertencia do modo seguinte: *Tertium quod notari diligenter debet, erit, ut quantum fieri, potest, vitetur ascensus aquae* ⁽⁴⁷⁾.

Bem poderia tambem regeitar os d.^{os} canos de ferro com o pretexto de q̃ na continuação de mais de duas legoas, e hum terço de caminho poderia a agoa grangear, ou adquirir alguma qualid.^a metalica, que fosse nociva á saude, fundado naquelle texto de Avicena⁽⁴⁸⁾ lib. i. do Ar. 2. Cap. 16. *Aque præterea, quibus admiscetur substantia metalica aut ejus simile, et aquae sanguisugale omnes male sunt* ⁽⁴⁹⁾; mas não me parece ser necessario recorrer a mais contrariedades que as referidas; como tambem não falo nos embaraços, que muytas vezes o ar incluso nos d.^{os} canos costuma fazer, e nos inconvenientes dos seus respiradouros pella mesma causa.

Digo tambem, na reposta do d.^o 3.^o ponto, q̃ só em algumas partes, onde se houvessem de fabricar arcos muytas vezes dobrados, se poderião uzar de canos de repucho, pello interim, no cazo que a mais obra se ache summamente avançada, e por falta dos arcos se lhe não possa dar uzo; porq̃ neste cazo me contentarei naquelles lugares que não passarão de dous, com qual-

Noticia de huma Conferencia sobre esta materia dos canos de ferro.

Repuchos admitidos pello interior.

⁽⁴⁵⁾ «Acerca das fontes naturais». O sublinhado é nosso. O documento não o traz.

⁽⁴⁶⁾ «A terceira (advertência) a ter-se em conta com o maior cuidado é que, quanto possível, deve evitar-se a subida da água.»

⁽⁴⁷⁾ Médico e filósofo árabe (980-1037). Foi médico de vários sultões. A sua filosofia baseia-se na filosofia grega. O seu sistema médico ganhou a autoridade por excelência no ensino e na prática.

⁽⁴⁸⁾ «Além disso, as águas que recebem uma substância metálica ou (substâncias) semelhantes e as águas com sanguessugas são todas más.»

A obra de Avicena traz *metallina* e não *metalica*, e *eius similes*. *Similes* é adjectivo que tem de concordar com o plural de *substancia*, que é substantivo feminino. Nunca poderia ser *simile*, a menos que se empregasse numa forma neutra.

⁽⁴⁵⁾ Padre jesuíta, nascido em Nápoles em 1694 e falecido em Lisboa em 5 de Abril de 1750. Foi missionário no Maranhão. Regressando a Portugal, para onde antes tinha sido mandado, exerceu grande influência junto de D. João V. Foi matemático e astrónomo.

quer encanem.¹⁰ de madeira forrada de folha de flandes⁽²⁰⁾ interiorm.¹⁶; assim por não necessitar de o enterrar, e lhe poder por esta cauza acodir todas as horas, e tirar-lhe as depozições da agoa sem interrupção sensível do seu curso, como porq̃ concluidos os arcos, logo introduzo a agoa no seu aqueducto próprio, aonde permanecerá.

EXPLANAÇÃO 4.^a

Ã pergunta de quanta deve ser a queda, que se deve dár ao aqueducto, respondi, q̃ para dous mil, e quinhentos palmos, éra queda, ou correnteza sufficiente meyo palmo, e vem a ser o mesmo q̃ a cada quinhentos palmos hum decimo de palmo, no que segui o P. de

Chales, e o P. Tosca tomando hum meyo entre Vitruvio⁽²¹⁾ e Pedro Catano, por este não dár mais queda a mil, e quinhentos palmos q̃ o terço de hum decimo de palmo,

a quem o P. Schot, e porq̃ Vitruvio se estende a dar a cada quinhentos palmos dous e meyo, que hé curso arrebatadissimo; porq̃ os mesmos dous palmos, e meyo são julgados correnteza notavel para mil palmos, como aponta o P. de Chales trat. 17. prop. 49. *duo, aut tres pedes in singula milliaria declivitate sufficientem exhibebunt ad fluxum notabilem*⁽²²⁾.

Tambem disse q̃ não teria duvida em conduzir a d.^a agoa por hum especial nivelamento sem fazer cazo de tal queda etc e q̃ só no tal modo me fiava para levar a agoa bem segura não excedendo em fazer hum palmo de obra de mais da precisa, não obstante não ter encontrado nos Autores, que tratão desta materia nem ouvido praticar o tal estilo: Bem vejo q̃ tocado o ovo na meza, ou tirado o véo à figura logo o hão de reconhecer por couza clara: consiste o misterio não mais, q̃ em principiar anivelar do calice para o incile, isto⁽²³⁾ de Lx.^a p.^a a p.¹⁶

de Belas, ou do fim para o principio, que hé o contrario do q̃ se costuma fazer: ja conheço me tem entendido os que o entendem; mas para alguñs, que se acharem duvidosos, me explico assim: Toda a cauza de se dár a queda ao curso da agoa nivelada, hé porq̃ não se dando retrocede a agoa p.^a o seu nacimiento;

(20) Folha de Flandres.

(21) Marco Polo Vitruvio foi um architecto e engenheiro romano do primeiro século depois de Cristo. A sua actividade como architecto exerceu-se quase toda ella fora de Roma. Esteve algum tempo na Africa do Norte, e daí foi ao Egipto e Oriente, ao que parece levado por Vespasiano. A sua obra, a única no género que nos legou a Antiguidade, e por isso de incalculável valor, é a *De Architectura*, que conheceu numerosas traduções.

(22) «Dous ou três pés por cada mil apresentam um declive, sufficiente para uma correnteza notável.»

(23) Por lapso de escrita falta hé (é).

e a rezaõ hé porq̃ a linha recta horizontal, e tangente, que o pendulo determina, quanto mais se continúa, mais se afasta do centro da terra, e deste modo vay subindo, e por consequência a agoa por ella deve descer, ou retroceder para o principio do nivelam.¹⁶; e este retrocesso he o que se intenta obviar com a tal queda; mas principiado o nivelamento do calice para o incile, a agoa no aqueducto deve correr para o principio da nivelação, que hé o calice, e continuando com o aqueducto para a p.¹⁶ do Incile, que he p.^a Belas, correrá daquella parte p.^a o Callice que hé em Lx.^a sem tratar de contar de quedas, nem correntezas; e quanto mais comprido for o aqueducto melhor correrá a agoa.

Daqui nace q̃ a primeira couza que nesta opinião se deve determinar hé o Calice, ou ultima ara de descanso da agoa proxima a Lisboa; para q̃ deste ponto fixo se principie a signalar o nivel, e continuallo com as precisas tangentes, que, afastandose cada vez mais do centro do globo, vão formando um polygono excêntrico; por cujos lados correndo a agoa sempre se achará com tendencia, ou inclinação para o calice; e se passará a Ribeira de Alcantara, depois a baixa de outra Ribeira, e a estrada da Porealhota sem mais, nem menos altura de arcos da precisamente necessaria para deitar a agoa no calice: e esta a cauza, que me obrigou a dizer fiava deste methodo de nivelar a principal parte do meu desempenho; porq̃ no presente cazo o estilo, que se costuma seguir hé como ás apalpadélas; e o mesmo dezejo, e cuidado da segurança obriga a fazer excessos, que por aquelle novo caminho se evitão, poupandose tempo, e fazenda, e também não pouco susto [com-

o proprio Architecto Regio D. Antonio Canevari confessou em huma junta, ou conferencia, que sobre esta materia fizemos com o Engenheiro Mór do Reyno Manoel de Azevedo Fortes dentro do Paço em presença do R.^{do} Prior de S. Nicoláo João Antunes Monteiro, dizendo q̃ sempre estaria com susto, em quanto não visse correndo a agoa em Lx.^a]. E a altura excessiva de nivel, que do pé do Outeiro de S. Braz se deve distribuir the o nacimiento da Agoa Principal, servirá principalm.¹⁶ para a altura dos Reservatorios (ou se intentem logo, ou não) deixando naquelle sitio fronteiro á ventera, que me parece accomodado para este intento, huma porção do aqueducto inclinada sobre o horizonte com

hum angulo externo de 160 gr. mediando entre a porção do aqueducto, que vem salvar a estrada da Porealhota, e a que vem da p.¹⁶ do nacimiento da agoa; e q̃ a o menos pella linha de pluma tenha sessenta palmos de alto, para q̃ em todo o tempo esta altura possa dar commodo a duas ordens de Reservatorios; ficando a altura restante para os Recebimentos das agoas etc.

Não posso deixar de fazer algum esforço sobre este pensamento dos Reservatorios; pois q̃ com os taes se

Lugar q̃ parece proprio para os Reservatorios.

pode evitar huma notabilissima despeza, tempo e trabalho, no cazo que V. Mag.^{de}, não satisfeito com as

Conveniencias dos Reservatorios.

agoas ponderadas, queira incorporar outras mais distantes com intermediação de montes; porq̃ como estas taes só serão proveitozas nos dous ultimos mezes do estio (porq̃ nos outros mezes temos agoa ad libitum) com os taes Rezervatorios, que são mais promptos de se executarem, e de huma muy diminuta despeza comparada com o desbaste, e minas de montes, perdas de fazendas, e moinhos, e extensão de aqueductos, me parece se segue o mesmo fim de ter agoa abundante nos mezes esteréis della, e da mesma qualidade, que tambem he attendível, sem o dano, nem as despezas, que aquella condução promete.

Nem se julgue semelhante obra indigna de ser admitti-

Confirmação se os Reservatorios.

Baptista Alberto Docto Architecto, como publicamente o confessa, e de que faz especial menção no liv. 10. cap. 8. reg. 34. da Sua Architectura: *Ma a me piaque assai la inventione di quello Archibettore, il quale flace all'intorno di una grandissima, e rilevata pietra, posta in cima del monte, una fossa affonda dieci piedi, la quale come una corona portavi all'intorno raccogliesse dalla ignuda sommità del monte tutta lapioggia, che vi cadesse, et luogo al quanto piu basso sotto il colle in piano fece una conserva di aqua etc.*

E não estando a agoa livre tão abalizada para poder ser conduzida, não me parece faria grande crime quem propozesse huma semelhante obra á de que se agradeu tanto o d.^o Architecto Leão Baptista Alberto para ser executada no sitio mais eminente de Campolide, formando alli um cacume de lagoado artificial, da espaciazo grandeza, cercado de huma boa cavatura, que recebendo as agoas chovidas naquelle lugar preparado, as diffundisse por varias reservas fabricadas em lugar mais inferior, e proximo; em que havia natural commodidade de receberem as agoas por parte superior á por onde devião ser expellidas; e por terem hum continuo movimento,¹⁰ nas suas sangraduras serião estas agoas ventajozas as das cisternas; e com g.^{de} imitação ás dos tanques naturaes, ou mananciaes da natureza: A digressão foi tanto deste lugar, e foi tão breve q̃ parece merecer indulgencia.

Darei movimento a qual agoa por outro modo especial, que reservo p.^a p.^a outro caso, que o pedir.

Restava agora sinalar o lugar do calice, ou ultima arca da agoa; de donde, na minha opinião, se deve principiar o nivelamento: confesso não ter determinado este lugar com individuação; e ter só propostome em geral hum sitio entre S. João dos Bem Cazados, e o Rato á parte do Rio: e não hé esta elleição dos pontos de menor pezo, por depender delle hum Côrte, ou mina, que se me

aprezenta precizo por aquelle sitio proximamente; como tambem depende delle a altura dos arcos na passagem da Ribeira de Alcântara, e os da

Cautelas sobre o ponto principalissimo.

Baixa da Venteira, que tudo se segue da determinação do d.^o calice, para haver de se proceder com arte, e acerto; porq̃ se o d.^o Côrte, ou Mina caminhar mais profundo, evitarã grande parte da

altura dos arcos; e quanto se quizer evitar no Côrte, tanto as alturas dos arcos se augmentarão: quanto a mim necessita este ponto de ser ponderado muy atentamente; e o rezervava para o consultar com quem me parecesse poderia melhor discutirlo, no cazo de me ver precizado a tomar nesta materia alguma determinação.

Para esta elleição, e outras deste genero fabricámos cuidadosam.¹⁰ huma carta topografica do Terreno de toda a obra, e suas circumvezinhanças, que já foi vista, nem tem apurcido outra.

EXPLANAÇÃO 5.^a

Disse na reposta 5.^a q̃ a forma dos canos havia de ser tal, q̃ se possa sempre conservar a agoa corrente, ainda na occazião, em que se limpar o Aqueducto;

Forma do Aqueducto.

para o que lhe determino pella parte interior sinco palmos de largo, ou pouco mais, e dêz the doze de alto: dividindo a d.^a largura em tres partes; a do meyo de dous palmos, e meyo the dous palmos, e tres quartos, e as dos lados com palmo,

Nesta materia tenho considerado alguma mudança.

e quarto cada huma para dous canos de pedra, que terão outro palmo, e quarto de alto, e a forma da cavatura de arco de ponto reverso para melhor encanamento das agoas, e facilidade da lavoira; ja está claro q̃ hum serve para descançar o outro; e q̃ em quanto hum se limpa, ou se se concerta, permanece o outro servindo, sem q̃ se experimente falta na vazão da agoa; e q.^{do} a agoa for tanta, q̃ não baste para a sua vazão hum dos canos, estão ambos feitos para o mesmo fim; e não pareça q̃ cada hum delles deixa de dar sahida a mais de duzentos, e sincoenta aneis de agoa, pois q̃ hé capaz de dar lugar a mais de dezasseis manilhas, e por ambos mais de quinhentos aneis, ou trinta e duas manilhas.

E porq̃ se chegasse tempo, em que se quizesse introduzir no Aqueducto mayor quantidade de agoa, não deixasse de haver commodo; para este fim tomaria dous palmos de largo do centro do passeio, e os deixaria rebaixados the hum palmo de fundo a respeito dos limbos dos canos, que o acompanhão pellos lados; e como este passeio tambem hade ser de enchelharia, ou lagoado grosso bem

Modo de se augmentar a capacidade do Aqueducto the mil aneis.

betumado de juntas, poderá tambem ficar servindo de encanamento de agoas extraordinariam.¹⁰ excessivas; e poderão nesta suppozição os ditos tres encanamentos dar vazão a mil aneis de agoa, que hé o mais que se

pode aspirar; pois nem tem tanta agoa Evora, e Elvas juntas com Estremôz; porq̃ em 8 de Fevereiro de

Quantidade da agoa de Evora.

1729 entravão em Evora noventa

aneis de agoa, que observi no Aqueducto, que passa por dentro do Convento dos Frades Capuchos extra muros; e só o grande olho de agoa de Alquebedêque poderá encher aquelle numero, e porisso quia lhe impoñão aquelle nome, que significa agoa de Deos.

Ventagens da pedra para canos.

Na mesma reposta disse q̃ os canos havião de ser de pedra; ao que me obriga huma ventagem, que lhe acho sobre toda outra materia, de que se podem fabricar canos horizontaes; e vem a ser, q̃ só da pedra se podem tirar bem, sem q̃ fiquem mal tratados os encanamentos as partes reziduas, que as agoas nelles costumão depôr; e algumas se congelam tão fortemente, q̃ senão podem despegar sem a violencia do ferro; ao que não resistirá maçame, ou crosta ainda q̃ feita com muyta diligencia; porq̃ não fio tanto da arte, q̃ se possa formar em breves dias hum composto tão compacto, como a natureza por largos annos, ou seculos; porem se quizerem q̃ o haja, não ficará sobre mim o defeito da elleição, no cazo que não resista como se requer.

Noticia de hum Aqueducto antigo, que dizem se principia pela Condução desta agoa; e quantidade de agoa, que poderia receber; e parece corresponde a da Agoa livre no inverno.

Lembramos q̃ em distancia de onze mil settecentos, e oitenta palmos do nascimento da Agoa livre Principal seguindo a sua corrente, em hum sitio aonde chamão o alveo proximo. 16, se achavão em Agosto de 1728 duas porções de hum encanamento. 16 de agoa, que por ali se intentou; constava de hum corpo de maçame de cal, e pedra meuda.

como cascalho grosso, e não mal fabricado, que teria tres palmos, e meyo de largo, e quatro de alto, e na parte superior hum encanamento com hum palmo de boca, e outro de alto, com o fundo circular, por onde poderião passar treze manilhas, e tres quartos, que fazem duzentos aneis: era formado o d.º encanamento de huma crosta de cal, cascalho de pedra meudo, e cascalho de tijolo tambem meudo, e não duvido q̃ tivesse pó de pedra; do qual encanam. 16 tenho em meu poder uma porção; e observando-a, a acho na dureza muyto inferior a qualquer especie das nossas enxelharias; e tambem a huma porção de reziduos de agoa depositos em telhão vidrado com hum sexto de palmo de grossura, que tambem peshuho, e tem união tão resistente, como qualquer marmore: e pello que vejo nesta qualidade de reziduos, me persuado q̃ estando prezos a qualquer encanamento, que não for de marmore, senão poderão despegar sem hum g.º quebrantam. 10 de toda outra materia.

Residuos de agoa convertidos em pedras.

Se houver quem diga q̃ se podem fabricar costras (sic), ou maçames, em que a agoa não deixe reziduos, porq̃ como os reziduos dependem da agoa, e não das partes por onde passa, não posso deixar de entender, q̃ por

toda a parte por onde passar, os deixará; e ainda sobre vidro os costuma deixar, que parecia a materia mais privilegiada pelo lizo, e pello puro; e terci como por milagre da natureza hum tal composto, em que a agoa

Mostrasse não haver agoa pura.

não largue os seus reziduos; e não se supponha haver agoa, que os não tenha; porq̃ hé contra o comum sentir de todos os Filosofos, como diz Hieronimo Mercurial de Balneis Pisanis cap. 5: *Cum apud omnes Philosophantes constitutum habeatur nusquam aqua purum elementum inveniri, sed cuilibet perigrinam aliquam qualitatem, vel substantiam misceri, sit necessario ut una ab altera discrepet et ob diversas materiais, et qualitates, ex quibus commixta, et veluti conflata sunt* (24).

Aqueducto inteiramente tapado.

Passando ás mais partes, que constituem o aqueducto, digo q̃ o quizerá totalmente pella parte interior izento das injurias dos elementos; e mais q̃ tudo do ardor do sol, como recomenda Vitruvio no liv. 8, cap. 7: *cacque structurae conformentur, ut minime sol aquam tangat* (25), como tambem dos ventos, que diminuem muyto as agoas, ainda nas entranhas da terra; e hé observação dos homens do campo terem as fontes mayor diminuição nos annos, em que os ventos tem sido mais continuados, e rijos; o que em presença do d.º Engen. 70 Mór do Reino depozêrão os circunvezinhos da agoa livre no dia 12 de Setembro de 1730, em que fomos medir a d.º agoa, e outras, para lhe fazer o parallelo com as de Alfama, dizendo costumár succeder o mesmo com aquellas, de que já tinham feito observação; e por aquelle anno ter sido de muytos ventos, senão achava tão abundante, como em outros mais temperados costumava ser; e tenho por sem duvida q̃ nos lugares escuros, e fechados a toda a luz, e injurias dos elementos se conservã as agoas melhor sem se corromperem, ainda estando immoveis; como se viu no Castello de

Cisternas quanto mais tapadas, melhores.

Palmela na cisterna, que se descobriu há poucos annos, e de que senão tinha noticia, e se achou nella agoa perfeita; o que me certificou o Sargento Mór Engenheiro da Praça de Setuval Fr.º Pereira da Fonseca pessoa de todo o credito, que não bebia de outra depois do descobrimento della; e advertisse que estava com huma caza sobre a sua boca que mais sombrios, e escuros lugares, q̃ os mananciaes das agoas clazuradas nas entranhas dos montes, de donde sahem tão bellas: o certo hé q̃

(24) «Visto que todos os filósofos são unânimes em defender como certo que a água em parte alguma se encontra no seu elemento puro, e, pelo contrário, a toda e qualquer (água) se mistura alguma substância estranha ou qualidade, urge differenciar uma da outra (água) em razão das diversas matérias ou qualidades com que se mistura ou compõe.»

(25) «...E estas estruturas devem ser abobadadas para que a água seja protegida o mais possível do sol.»



RETRATO DE MANUEL DA MAIA

PINTURA A ÓLEO SOBRE TELA

(Associação dos Arqueólogos Portugueses).

sempre se teve por melhor, e mais fresca a agoa bebida na fonte, do q̄ em outra parte já vizitada das luzes do Sol. *Nam quamquam sapor est*
Ovid. 3 de ponto 5. allata dulcis in unda, gratis ex ipso fonte bibuntur aquae (26).

Por esta mesma razão pareceo melhor ao d.^o Engenheiro mór do Reino concordar q̄ formassemos a nossa, ainda q̄ primeira, linha de nivel encostada aos lados dos montes, que olhassem para o Norte e Nascente para evitar o Sol do occazo, que, por achar o ar já muy rarefacto das horas meridianas, faz muyto mayor effeito nas partes, a que se applica; como o experimentão todos os sitios com a face ao poente, aridos, calvos, e esteires; evitando tambem entrar nas fazendas fechadas, e de mayor valor do q̄ as por onde formámos a nossa direcção: e pello mesmo modo nos livrámos de passar por alguns lugares abatidos, em que necessariamente se havia fabricar continuação de arcsos.

Daqui nasce huma preciza ponderação; se seria conveniente fazer os aqueductos enterrados nos lados dos montes, em forma q̄ fiquem com alguns palmos de terra sobre si; e por este modo izentos do Sol, poeirras, animas reptilios, e alados, que são os mayores contrarios da pureza da agoa? eu porem reflectindo no grave dano, que as invernações podem fazer nos taes aqueductos enterrados em tão larga distancia, e á flor da terra, e fiado na forma, que intentava para esta fabrica, pois a supponho quasi tão igualmente deffendida, como se estivesse nas entranhas da terra, me accomodo não só a que seja sobre a mesma, mas a mayor p.¹⁶ delles formada sobre arcsos; porq̄ como as agoas, que decem dos montes devem ter a sua natural vazão, a acharião por baixo dos arcsos sem quebrantar os aqueductos: hé verdade q̄ a elleição dos taes lugares depende da figura das terras eminentes, e das quebradas, que as agoas costumão buscar; no que deve haver atenta elleição; e tambem g.^{do} cuidado q̄ os vãos dos arcsos senão entulhem; e no caso, que as agoas deponhão naquelle lugar algum impedimento, pouca difficuldade há na sua separação.

Por algum tempo estive affeiçãoado a forrar todo o aqueducto de azulejo branco porq̄ lhe achava as prerrogativas de impedir q̄ o nocivo vapor da cal se misturasse com a agoa, evitando tambem o salitre, e escumas, que as paredes costumão largar em lugares humidos, e comunicando a conatural frescura, e limpeza de que são dotados; porem advertido de q̄ os

Forro de azulejo pnderado.

(26) «Com effeito, por mais deliciosa que seja a água que nos serve, é mais agradável bebê-la na própria nascente.» O sublinhado é nosso.

lugares humidos são muy proprios para, na continuação do tempo, fazerem largar o vidro ao azulejo, e achando nos lagedos com vantagens as mesmas condições, por serem mais diuturnos, e não terem casca que largar, e poderem les mesmos servir de abobeda em forma angular de espigão, com palmo, e meyo ou dous palmos de parede sobre si, a que hade acompanhar huma capa de tijolo dobrada; re-

conheço por melhor de todos este forro, e em muytos daquelles sitios se encontrão abundantissimos lagedos, o que conduz m.¹⁰ para se arrematarem com commodo; e ainda q̄ este aqueducto assim forrado seja de mayor despeza do q̄ feito de huma simples parede, nenhum escrupulo me cauzaria esse gasto a respeito das vantagens de mais perduravel, mais saluifero, e mais conservador das agoas.

Pella promessa que já fiz, de q̄ o aqueducto ficaria quasi tão deffendido, como nas entranhas da terra, não quizera nelle mais aberturas, q̄ as de algumas portas em distancia humas das outras de dous mil, e quinhentos palmos; p.^a q̄ quando se quizesse vizitar, limpar, ou concertar, se abrissem as portas para ventilação e serventia; não admitto grãde, ralo, ou ôculo nestas portas, por evitar toda a introdução de couza estranha no aqueducto; conservando dentro delle por este modo o ar temperado, como nas entranhas da terra, e evitando, do modo possivel o roubo, que á humidade costumão fazer os ventos secos.

Mas porq̄ estas portas, sendo de madeira, não promettem muyta duração em tais lugares, nem me parece justo que sejam tão facies de abrir como as ordinarias, me occorre fazellas tambem de pedra de igual duração ao todo de que são p.¹⁰⁰; muytas, e facies formas se poderão excogitar, e todas com menos despeza q̄ as de madeira.

He preciso acodir a hum reparo, q̄ entendo se está fazendo, por não falar em pias de descanço (27); ao que pretendo satisfazer dizendo, q̄ se quizerem q̄ as haja, bom lugar tem deffrente de cada porta; somente para o fim de se purificarem mais as agoas, que vem já limpas dos recebimentos, em que depozerão o estranho, que consigo trazião; mas não p.^a naquelle descanço, grangear velocidade para melhor caminhar, como alguns querem; porq̄ antes pello contrario na Statica se prova q̄ os corpos graves decendo, quanto mayor hé o caminho, que vão levando, tanto mayor hé a velocidade, que vão adquirindo; o que palpavelmente se observa em huma queda de poucos degrãos não ser tão

Pias no aqueducto.

Mostrasse em como as pias não são precizas no nosso Aqueducto.

(27) Mas as pias vieram a fazer-se no Aqueducto.

danoza, como outra de muytos com o mesmo corpo, o que não succederia assim, se vindo de mais longe não viesse com mais preça, ou mayor velocidade: nem tambem admitto as d.^{as} pias para reconhecimento de alguma falta de agoa; porq̃ o nosso aqueducto de dez palmos de alto dá cômodidade a ser vizitado dezembarracdam.¹⁶, e só nos angulos, em que mudásse de caminho, hé q̃ serião mais soffríveis as d.^{as} pias para

Não se fala no modo de proibir nas juntas a passagem da agoa perpetuam.¹⁶; mas advertiasse q̃ não há dos pontos de menor cuidado; e em que a excogitação se deve empenhar.

quebrar ali a corenteza da força da agoa na face opposta à corrente; porem como não hé couza prejudicial ao aqueducto o havelas em quantas partes quizerem, não me empenharei a impugnalas; antes digo q̃ nesse caso huma pia receberá a agoa dos dous canos, e q̃ deve haver ranhuras nos dous lados

das pias, p.^a q̃ quando se quizer limpar por huma parte, se possa impedir a communicação da outra por meyo de humas correições, tudo porem de lagedo.

EXPLANAÇÃO 6.^a

Respondi a o sexto ponto q̃ todos os canos do Aqueducto principal devião ser da mesma materia, e forma;

Canos de pedra em todo o Aqueducto principal.

e a rezão hé, porq̃ em todo ele devo⁽⁵⁸⁾ conservar a forma, e materia, em que acho todas as ventageãs, em quanto não houver couza urgente, que me obrigue a alguma diversidade; e como desde o calice a o incile a não haja, e esta seja a parte mais principal, a conservarei com toda a melhor igualdade; porem nos ramos, que depois do calice se hão de repartir por varias fontes, caminhando por dentro das ruas da cidade, disse devião ser de

Canos de estanho por dentro da cidade onde senão poderem evitar repuchos; e se regeitão neste caso os de pedra.

estanho, nas partes onde senão podesse escuzar repuxo, q̃ a onde o podesse escuzar sempre os fabricaria de pedra com suas cavaturas proporcionadas cobertas de lagedo de juntas, ou arestas bem amoladas, e

acompanhados, e carregados de parede: não me inclino nesta parte de repuchos precizos a canos de pedra, ainda q̃ os houvesse brocados; porq̃ não fio das suas juntas por mais unidas, e betumadas que seião, rezistão tanto a o impulso da agoa de repucho, como os de estanho; porq̃ as soldaduras por serem do mesmo metal são muyto firmes, e com igualdade na resistencia como todo o mais canudo, e entre todos os metaes não hé dos reprehendidos para o uzo

Excellencia do estanho.

interno; com elle se mandão estanzhar, e deffender todos os vazos de co'bre, para q̃ não possão communicar parte da sua natureza corrosiva aos mantimentos; e a experiència nos mostra quotidianamente q̃ os manjares, ou frios, ou quentes, não atrahem cor, cheiro, ou gosto do estanho; e ainda para os medicamentos mais precizos, e contravenenos internos aconselha Ga-

leno⁽⁵⁹⁾ lib. 1.^o de *antidotis*⁽⁶⁰⁾ se guardem e conservem estes remedios em vazos de estanho, ouro, ou vidro, como reffere D. Affonso Linion Cathedratico de Medicina no livro intitulado Espejo de aguas Cristallinas de España. Não faço aprehensão, em que ponha em primeiro lugar o estanho, por estar persuadido q̃ não podia ser outra a rezão, q̃ a de ser mais firme q̃ o vidro, e menos custozo que o ouro: o que importa hé q̃ o estanho seja puro, e sem mescla de chumbo, ou outro algum mineral; porq̃ tanta seria a mixtura, quanta a diminuição na bondade.

Não duvido q̃ nesta occasião seja muy lembrado o chumbo, de que ordinariam.¹⁶ se costumão fazer algumas

obras de repuxo; e a seu favor se allegará com a differença do preço, que vay de hum a outro metal; mas quanto a mim não hé rezão attendivel para huma obra, em que se procura tudo o que for mais diuturno; sirva muyto embora o chumbo para outras obras particulares, como de jardim, e semelhantes, em que senão experimentará prejuizo nas suas renovações, ainda q̃ se suspenda o curso da agoa; porem para a obra de que tratamos não deixarei o mais pello menos perduravel.

Bem poderá tambem impugnar o chumbo pellas más qualidades, que a mayor p.¹⁶ dos Authores dizem pode communicar a agoa; porq̃ Cardano diz *Aqua plumbea nervis, et ventriculo noxia*⁽⁶¹⁾ e Vitruvio no liv. 8, cap. 7. *Itaque minime fistulis plumbeis aqua duci videtur, si volumus eam habere salubrem*⁽⁶²⁾. Leão Baptista Alberto no liv. 10, cap. 7. *Mal'acqua si farà gonfiare com canelle di piombo, o piu torto condocchi di terra, percioche imedici dicono che i canali di piombo inducono escoravione delli intertini.* E só hum comen-

Assignasse hñ defensor do chumbo, e cobre; e se rejeita.

tador moderno de Vitruvio por nome M.^r Perrault, que o traduzio em Francez, e o cõmentou, deffende a o chumbo dos prejuizos, que todos os mais lhe atribuem: a rezão, em que se funda hé em dizer q̃ vendo, e observando canos de chumbo de mais de cem annos, não achou q̃ a agoa lhe convertesse porção alguma em alvayade, como nem tambem ao cobre em verdete, sendo metal mais facil de se corroer; não repito as palavras, porq̃ são muy dilatadas; mas tem a repostas, q̃ basta q̃ a agoa leve consigo participação de chumbo, ainda q̃ o não converta em alvayade; e ainda q̃ não concorra no chumbo alguma má qualidade, sempre lançarei mão do estanho pella sua duração.

Pareceme estar ouvindo os afficçoados a os canos de ferro com huma forte instancia, dizendo q̃ para a distribuição da agoa por varias partes da cidade se hade

(59) Célebre médico da Antiguidade.

(60) «Acerca dos antidotos». O sublinhado é nosso.

(61) «A água com chumbo faz mal aos nervos e ao estômago.»

(62) «Assim, se queremos que a água seja salubre, parece que deve ser conduzida em canos que tenham o mínimo possível de chumbo.»

(66) É um lapso de escrita. Deve.

uzar de alguñs canos tapados, e de repucho sem admitir os de pedra, nem os de chumbo, q̄ neste cazo os de ferro pella firmeza da materia, preço mais accomodado, e qualidade salutarifera devem ser os antepostos: confesso ter neste lugar muyta mais força a propozição; e se os canos de ferro se podessem soldar com ferro, como os de estanho se sôldão com estanho, ainda a teria muyto maior; mas como se costumão tapar as suas uniões, ou com chumbo, como dizem huñs, ou com coiros, como querem outros, em nenhuma destas soldaduras no ferro confio tanto, como das soldaduras do estanho no mesmo estanho: e como da conservação das soldaduras dependo a inteireza da agoa, eu a não entregarei de boa vontade a metal, em que a sua união fique duvidosa: pello que toca a ser o ferro tão salutarifero, como o estanho, tenho grande duvida, porq̄ a folha de Flandes, que hé ferro, se cobre com calda de estanho; e desta folha, assim coberta, hé q̄ se fazem as cafeteiras para bebidas internas, não se admitindo a folha, que não hé estanhada: não duvido q̄ o ferro seja medicamentoso, mas vay muyto deste predicado a o de salutarifero: hé certo q̄ senão deve ter com elle a mesma cautela, que com o cobre; mas não me parece q̄ pode correr parellhas com o estanho. Fui reparar em que

Reflexão.

Cardano no liv. 2, tract. 4, de *contradicentium medicorum solutionibus* (63), falando das agoas, que passam por minas metalicas, e das qualidades, que os metaes lhes communicão, só não fala na agoa, que passa por mina de estanho, nem por mina de ouro; discorro seria por reconhecer a composiçã destes dous metaes tão fixa, q̄ não larguê da sua substancia, e por consequencia não communicarem as suas qualidades: e por estas apontadas rezões propendo para os canos de estanho antepondo os a os de ferro: e advirtasse q̄ os repuchos que admitto alem de serem por absoluta precizaõ, não são nestes lugares tão prejudiciaes, como no aqueducto principal, assim pella pequena distancia, que occuparão, como porq̄ impedido hum repucho, nem por isso participão dano algum quaesquer dos outros; e hé muyto mais facil o seu concerto, e a sua prevençãõ; o que não succede no aqueducto principal, cujo dano lhe communicavel a todos os seus ramos, no caso q̄ fosse de repucho.

EXPLANAÇÃO 7.^a

Na reposta a o ponto 7.^o nomeei as partes, em que me parecia devia a agoa ser repartida, que era o pertencente áquelle ponto; e tomei por suppozição a agoa do tempo mais esteril, para mostrar q̄ ainda no cazo de não poder haver excesso na quantidade, sempre era conveniente o conduzisse; porem como a mayor parte do anno temos agoas superabundantes, e as esperanças de mayor quantidade sejam bem fundadas, e o remedio dos Reservatorios não seja muy arduo, me parece se poderão fazer mais tres chafarizes, hum no campo do Curral, outro no largo de

Tres chafarizes apontados alem dos doze propostos.

S. Paulo, e outro no largo da Esperança: e pello que respeita a os tanques, que se formarem com as agoas restantes, seria conveniente fossem separados dos chafarizes com bastante distancia, por evitar o discomodo, e confuzão, que as duas couzas juntas cauzaõ; e tambem hé mais policia, e limpeza, q̄ bebãõ separadam.¹⁶ os quadrupedes.

EXPLANAÇÃO 8.^a

Na explicação 4.^a, em que se trata do Nivelamento, ficão expressadas as principaes cautelas para a delineação da obra em geral, e assim escuzo repetillas: e feita esta primeira, e mais importante diligencia, que já suppoem determinado o lugar do Calice, alturas dos grandes arcos na passagem da Ribeira de Alcantara, e estrada da Porcallhota etc, e alguns côrtes, ou minas no terreno, o principal dos quaes será a o poente de S. João dos Bem cazados, por cujas causas se deve principiar o nivel da parte de Lx.^a the salvar a d.^a estrada da Porcallhota, aonde se achão vencidas as difficuldades da delineação; e com

Repetesse hũ ponto muyto importante.

A esta explanação tenho, que formar hũ mudança tocante à elleição do terreno.

Ponto fixo onde se hão de dár as maos ar duas porções do Aqueducto Principal.

Leão Baptista Alberto escolhiõ p.^a se seguir na distribuição dos Recebim.^{tos} das agoas.

ponto fixo p.^a se poder ir tratar com todo o dezembaraço da condução da agoa da parte do nacimiento á vontade do terreno, the q̄ chegue a incorporarse com o d.^o ponto fixo deixando determinado junto ao nacimiento da agoa os recebimentos necessarios p.^a seu descanço e separação das partes impuras, no que seguiria o Methodo de Leão Baptista Alberto; depois dos quaes recebimentos terá principio o Aqueducto recolhendo a agoa nos dous canos apontados no ponto 5.^o e sua explanação, com a cautela de q̄ a sua queda ou correnteza não seja menor da assignada no ponto 4.^o e chegando á vista da Venteira a o poente do outeiro de S. Bráz, lugar, na minha opinião, proprio para os Reservatorios, se determinarão estes naquelle sitio, antes de se chegar á estrada, como já fica apontado; porq̄ deste lugar hé q̄ o aqueducto hade vir sem excesso de correnteza observando a direcção, que lhe tiver ido do calice, por senão fazerem mayores alturas de arcos das precisas; por cuja cauza tenho repetido com tanta effcacia a elleição do d.^o Calice, como couza principalissima, sem a qual não poderia ir o Aqueducto guiado tão justam.¹⁶

Elleição de Mestres para se repartir a obra em varias porções.

Dezenhada, e balizada toda a obra no terreno, para a sua execução, disse, se ellegerião Mestres para se dividir a obra com diferentes porções, e ser paga á avaliação; a rezão hé para haver muytas pessoas de experiencia, e interessadas, por quem se reparta aquelle cuidado, e possa cada hũ assistir á porção, que lhe tocar, vendo, e fazendo trabalhar os officiaes; e este me parece o melhor meyo de fazer crescer as obras, sendo continuam.¹⁶ assis-

Modo de fazer crescer as obras.

(63) «Acerca dos antidotos». O sublinhado é nosso.

tidas por pessoas intelligentes do modo de trabalhar; mas porq̃ o trabalho não seja de tal sorte a favor dos Mestres, q̃ a obra, por manejada com demaziada prêça, padeça alguma falsidade, era justo q̃ os officiaes não tivessem dependencia dos Mestres, isto hé, q̃ não fossem

Cautela para q̃ a obra não seja falsificada no obrado.

pagos pellas mãos dos Mestres, mas sim pello thesoureiro da obra, ainda q̃ por conta dos mesmos Mestres; porq̃ deste modo seriam pagos todas as semanas, trabalhariaõ bem, porq̃ andariaõ contentes; e trabalhariaõ muyto, porq̃ os Mestres os vigiarão, e não se veriaõ quasi obrigados a encarregar as suas consciencias por cauza do ruim trabalho sendo independentes dos Mestres: e me persuado faria mais effeito nos officiaes esta nova forma de pagamento, do que muytos olheiros, e apontadores postos por conta da obra; porq̃ estes ordinariamente não entendem do modo de obrar, e o mais, que podem fazer, hé vêr se os officiaes movem as mãos; mas não sabem se trabalhão bem ou mal.

Elleição difficil de Apontadores.

O ter tocado na materia de apontadores me obriga a declarar, q̃ hé a sua elleição muy difficil, e q̃ as mais das vezes se costuma fazer differentem.¹⁶ do q̃ o pede a occupação; porq̃ as condições, que quem os ellege, lhes costuma procurar, hé se sabem fazer hum rol de nomes; mas isto hé fazer apontador de nomes, e não apontador de obras, que hé couza muy differente:

Requisitos de hum bom Apontador de obras.

Hum apontador de obras deve ser bom medidor para saber fazer lembranças das medidas de tudo o que fica occulto, e enterrado, e dos dezentulhos, que depois senão podem reconhecer, e as mais das vezes são as medições de mayor difficuldade: deve tambem entender, e ter bom conhecimento dos materiaes, para não deixar empregar na obra os que não forem da melhor qualidade: deve do mesmo modo saber o como as obras se hão de fabricar segundo o melhor estilo, e não viciado por algum caminho, ou industria, como a de misturar caliças, em que tão pouco se repara, sendo muyto para abominar: tambem deve ser muy verdadeiro, e independente dos

Estilo abominavel de misturar caliças nos amaçadoiros.

Mestres, e incapaz de se deixar corromper, nem implicita, nem explicitamente: deve ser robusto aturador das inclemencias dos tempos para não temer os ardores do estio, nem os rigores do inverno; mas com estas condições, que são as que lhe competem, bem merecia differente estimação da que lhe costumão dar: puz esta noticia, ou advertencia, porq̃ me pareceo poderia ter alguma utilidade, como tambem declarar q̃ os Mestres proprios de alguns tribunaes com ordenados quotidianos, como

Mestres das obras pellos Tribunaes são apontadores das obras, ou devem sellos.

por exemplo Caza das obras de V. Mag.^{de} e Senados, não forão feitos, nem ellegidos para fazerem, e arremataram as obras do seu off.^o que aquelles Tribunaes mandão fazer, mas sim, e somente para terem cuidado, e assistirem à elleição dos materiaes, e fabricar das taes obras, como seus apontadores, observando se

são fabricados com todas as boas qualidades; o que consta dos Regim.^{tos} dos d.^{os} Tribunaes; mas porq̃ se costuma ver o contrario, e ficão sendo juntamente Partes, e Juizes, faço tambem esta lembrança p.^a q̃ no caso de haver apontadores saiba dos Tribunaes, q̃ já os tem nos d.^{os} Mestres.

Resta dar a rezaõ porq̃ intimo não deve a cal, nem o betume ser posto por conta dos Mestres; e hé porq̃ não tenham interesse em poupar cal,

Cautelas p.^a q̃ a obra não vá falsificada por causa de cal, que he o material, em que hé mais de temer diminuição.

nem sejam os betumes feitos com fundos de azeite; a cal he a pregaria das obras, e não reconheço melhor modo para q̃ lhe não faltem com ella, do q̃ o dar lha por conta da obra; porq̃ de outra sorte he muyto arriscado a buscarem hora acomodada para introduzirem de novo area na maça que já estiver preparada, contra o que he muyto arduo haver cautela; e antes me exporia, a que consumissem alguma cal roubando p.^a fóra da obra (o que mais facil.¹⁶ se pode descobrir) do q̃ arriscarme a que deitassem de menos nos maçadoiros, q̃ hé o que se deve temer, sendo a cal

Cautela p.^a o betume.

por sua conta: para o betume ser de boa qualidade deve ser fabricado com azeite capaz, e bem trabalhado; o que se não deve fiar de arrematante, porq̃ não he facil de averiguar o engano, que pode haver; e assim mais seguro hé compraremse os materiaes, e fabricaremse de jornal.

O ser vizitada a obra a o menos duas vezes cada semana, assim pello medidor, como p.^o Architecto, hé

Obra visitada duas vezes cada Semana pello Architecto, e Medidor.

para q̃ não excedão os Mestres couza alguma do que se lhe⁽⁶⁴⁾ tiver ordenado, e se lhe⁽⁶⁴⁾ evitem os erros no principio, porq̃ algumas vezes ou por equivocação, ou por falta de lembrança succede afastaremse do que se lhe⁽⁶⁴⁾ tem mandado; e sendo a obra vizitada a meudo não se dá lugar a semelhantes successos: e o medidor, para q̃ prezencendo todas as partes assim occultas, como manifestas da obra, possa dar lhe⁽⁶⁴⁾ o seu justo valor, e tomar per si antes da medição as medidas mais fundamentais, e difficéis⁽⁶⁵⁾; e ficarem certos nellas, porq̃ pode succeder q̃ os apontadores não saibam dar justa noticia do que se lhes perguntar.

Esta ultima explanação, a quereser fazer completa, poderia incluir inteiramente o extracto de muytos Regimentos; pois abraçaria as obrigações de todas as pessoas,

(64) Devia ser *lhes*.

(65) Uma Instrução assinada pelo Secretário de Estado Pedro da Mota e Silva, em 1745, diz: «No que toca à perfeição da obra e qualidade dos materiais hão de ter approvação do director engenheiro Custódio Vieira, e de Rodrigo Franco, ou das suas pessoas, que foram nomeadas para fazer exame». O que mostra ter a sugestão de Manuel da Maia sido aproveitada tambem neste particular.

que devem concorrer para a ellevação desta obra; mas como hé materia mais propria da arrecadação da fazenda, e receyo ser notado de diffuzo, ainda naquella parte, em que estava obrigado a profferir o meu tal, ou qual sentimento, sirva de termo a esta carreira a protestação de q̄ em tudo o que parecer afastarme da estrada ordinaria, não hé por outro algum fim que o de me persuadir abro caminho mais seguro, e favoravel a o interesse commum.

SENHOR

Entre as gloriosas acções de V. Mag.^{do} não deve ter o menor lugar a do esperado Aqueducto há mais de hum seculo; porq̄ se o Maximo nome de Pontifice teve origẽ ou da fabrica das Pontes, como diz Varro, ou a Posse facere, como diz Sevolva, quem poderá deixar de reconhecer em V. Mag.^{do} o mais Soberano Nome, pello excesso, que esta obra terá ás mais elevadas pontes: terá excesso no proveito, e terá excesso na grandeza; no proveito, por ser para soccorro eterno da melhor, e mayor parte de huma Corte tão vasta q̄ se dividio em duas grandes cidades; e terá excesso na grandeza; porq̄ hade comprehender muytas pontes, e muytas fabricas, cada huma dellas capáz de hum Maximo Nome: todas as obras de V. Mag.^{do} por magnificas lhas adquirem, mas esta mayor q̄ todas as outras, e mais solido; porq̄ com especial distincção vay acompanhada da brilhante tocha da charidade, sem a qual todas as outras obras, por sublimes, que sejam, ficão ás escuras: *Tres sunt, qui testimonium dant in terra, Spiritus, Aqua, et Sanguis. Aquæ, et Sanguinis Spiritus additur, quia sine Charitate quicquid habeas nihil prodest* (⁶⁶), disse S. Bernardo: e supposto não tive forças para ser encarregado de tanta machina, mostrei a o menos a promptidão de animo nestas preparações, com que me tinha anticipado, que em terem a felicidade de V. Mag.^{do} as mandar apparecer na Sua Real, e Soberana Presença, se esquecem tanto do fim para que forão formadas, q̄ já senão lembrão de sua propria natureza. *Letæi ad fluminis undam securos latices, et longa obliuia potant* (⁶⁷).

Senhor

B. O. R. P. D. V. M.

Manoel da Maya

(⁶⁶) «Há três coisas que dão testemunho [de Deus (?)] na terra, o Espírito, a Água e o Sangue. O Espírito junta-se à Água e ao Sangue porque sem caridade tudo o que se faça não tem valor.» O sublinhado é nosso.

(⁶⁷) «Os povos do (Rio) Lethes bebem na corrente do rio as águas tranqüilas e os grandes esquecimentos.» O sublinhado é nosso.

APPENDICE

Pois q̄ S. Mag.^{do} he servido mandar q̄ estas preparações sejam vistas em huma Junta, e ponderadas, como merece a materia, de que tratao; me pareceo boa conjunctura para tirar do silencio alguẽs pontos (que por não serem das primeiras excuções rezervava para outro tempo por não parecer diffuzo) e tambem para expôr hum reparo, a que me tem dado lugar o modo, com que se principia esta obra; o que reduzo ás seguintes Addições.

I.^a

Q a agoa livre principal, que per si só vence na quantidade, (e não duvidio q̄ tambem na qualidade) os tres chafarizes principais de Alfama, se conserve em hũ unico encanamento, para evitar, principalm.^{te}, o perigo de q̄ misturado com outras, ainda q̄ cada huma boa de per si, produza depois huma composição, ou inferior, ou ruim.

Nem pareça temeraria esta proposição, pois q̄ já o D.^{or} D. Affonso Limon Monteijo Cathedratico de Medicina en Alcalá de Henares no seu livro intitulado Espejo de aguas Cristalinas trat. 1.^o. n.^o 135. depois de falar das agoas, que parecendo boas são pessimas, diz o seguinte=Anãdimos q̄ no és necessario, q̄ sea succo pernicioso el que se mezcla con las aguas, como lo és el regalgar, y arsenico, vapor del azogue, y la Cadmia; y otros semejantes; sino q̄ puede succeder por mezcla de minerales, q̄ aunq̄ cada uno per si no sea pernicioso, ni mortífero, juntos, y mezclados pueden componer un un (*sic*) presentaneo veneno. Sea el exemplo el que tenemos de las aguas fuertes de los plateros, y Espagñicos; muchas de las cuales se componen de cosas, que cada una de per si no és perniciosas, y juntos hazen un compuesto venenoso y corrosivo. Muele, y desata los metales todos el compuesto que resulta de la mezcla del espirito de salitre, y sal comun, notoria cosa és, q̄ el salitre, y una de sal se dan sin daño por la boca, y no solo sin daño, mas con mucha utilidad. Hazese agua fuerte para dissolver los metales mezclando iguales partes de vitriolo, y una de salitre. Estos mézclas son muy contingentes en la tierra, digo, en las entrañas de la tierra, y se se juntam con el agua la hazen perniciosas, como és notorio: De que se segue q̄ havendo duas agoas, que participem dos nomeados materias podem juntas formar hum veneno corrosivo, o que separadas não fazião.

Por esta mesma cauza me persuado s'especificou Eñ Alvará em 17 de Abril de 1598 o qual esta registado em o livro 1.^o do provimento da agoa, que se acha no Senado, cujo titulo hé o seguinte=Alvará para q̄ se tome a agoa das Cazas de Francisco de Souza, e se leve ao Chafariz del Rey em cano separado sem se misturar a outra agua delle=Nem posso descobrir outra rezão para se mandar fazer esta separação, mais q̄ a sobredita, que em todo tempo merece ser ponderada por quem quer conservar a pureza das agoas.

Lembreme q̄ a fontainha, que fica no caminho, que vay da freg.^a dos Anjos p.^a Arroyos, lançaõ huma muyto estimavel agoa, em quanto se lhe não misturou outra

de novo, com a qual perdeu toda a sua estimação; e supponho q̄ por se não mandarem fazer algumas braças de encanamento p.^a a segunda, se deitou a perder a primeira, ou talvez ambas; o que não succederia vindo separadas; porq̄ se erão boas, boas ficavão; e se alguma era inferior, ou capaz de produzir mão effeito; e senão unindo, cessava o inconveniente, e o povo ficava mais bem servido com duas bicas, q̄ com huma.

O conservar separado aquelle g.^{do} nacim.^{to} de mais de cem aneis de agoa tão bella na mayor p.^{te} do anno tambẽ he grandeza digna de se não encobrir.

o prim.^o modo, que logo occorre he tão proprio, q̄ não deixa meditar em segundo.

2.^a

Q̄ a ramificação, que no ponto 7.^o se divide em doze Chafarizes se deve augmentar, lançando hum ramo, que possa ir largar agoa no Campo do Curral, Olerias, alto da calçada de S. Andre, e Limoeiro, para q̄ aquellas partes superiores, a que se faz difficulতোza a conducção das agoas, de que se alimentão, fiquem soccorridas com mais suavidade, pois q̄ proporcional.¹⁶ concorrem para a despeza desta obra. E não teria duvida em fazer mais algumas bicas em partes, que se representassem convenientes, depois de completas as referidas.

3.^a

Q̄ se não divirta por particulares porção alguma das agoas conduzidas, por senão experimentarem os inconvenientes, que por esta causa se experimentão na cidade de Évora.

4.^a

Os Romanos costumavão sobrepor hum aqueducto a outro, q.^{do} conducção de novo alguma g.^{do} agoa; como se ve em Frontino, artic. 124.

Q̄ se não faça encanamento de pedra, que exceda 250 aneis; porq̄ he mais comodo, e prompto fabricar, e assentar varios encanamentos menores debaixo de hum aqueducto espaçoso do q̄ entrar nas difficuldades de pedrarias de grandeza mayor da ordinaria.

5.^a

Q̄ me não parece ser esta obra principada pello estilo mais Methodico, pois não sei se faça elleição do caminho com aquella diligencia, e exação, que esta obra está pedindo; a qual era, q̄ formando o Director huma planta, ou Carta exacta do terreno, sinalasse sobre ella todos os caminhos, pellos quaes esta agua podia ser conduzida, e juntam.¹⁶ os seus

Com planta, ou carta do terreno todo, e bñ perfil de todo o comprim.^{to} da obra se achava já a nossa

perfis; p.^a q̄ com estes fundamen-

preparação, e p.^{ta} p.^{te} que não parecia mais comoda; o que conservo entre as minhas memorias.

tos podesse fazer juizo, assim dos cumprimentos, como das alturas competentes, e por este meyo fazer huma racionavel, e methodica elleição do caminho mais conveniente:

e consta por este modo assim aos que tem alguma noticia desta materia, como ao Publico, q̄ se procede com a cautela dividida; mas como não tenho visto, nem tem sido patentes estas circumstancias; confesso q̄ ignoro este modo de proceder tão serrado, em huma obra publica, e de tanta consequencia.

E se quizerem dizer q̄ esta materia já estava ponderada pellos antigos, de que há hum livro completo de tudo o necessario: respondo q̄ assim o livro, como huma representação, que o Senado nesse tempo fez instruido por Leonardo Torreano, ainda q̄ toquem nestas materias⁽⁶⁶⁾ fundamentaes, nem apparecem a planta, e perfis, que elles suppoem, nem ainda q̄ apparecessem, eximião a o Director de apalpar por si mesmo no terreno esses projectos antigos, por ser muyto mais seguro observar com os proprios olhos, do q̄ fiar nos alheios: e esse livro antigo das agoas

A differente altura, em que hoje se quer o incile destruoce os pensam.^{tos} formados p.^{ta} ontras alturas m.^{to} menores.

livres não consta mais q̄ da representação de hum aqueducto de quasi duas legoas, e meya de comprido, cuja elleição ainda q̄ naquelle tempo fosse a melhor, pode hoje estar o terreno muyto mudado, e alterado de sorte, q̄ hum sitio, que naquelle tempo tinha muyto pouco valor, o pode hoje ter grande, e os vales que antigam.^{te} erão profundos estarem hoje entulhados, ou vice versa, o que sempre esta pedindo renovadas observações.

Os quatro caminhos que Torreano diz estão sinalados na planta que não appare cada hum de mais de quatro legoas, seg.^{do} o mesmo Torreano.

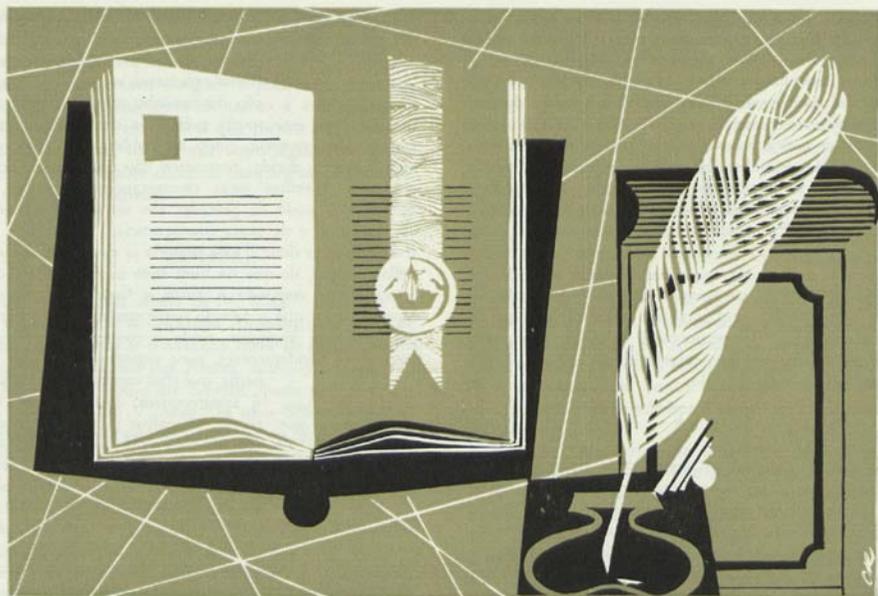
Al-gumas incoherencias calo entre o livro das agoas, e a representação exposta por Torreano, porq̄ hé escuzado perguntar a quem já não pode responder.

A estas primeiras, e fundamentaes diligencias se deve seguir o balizar o caminho escolhido, determinando juntamente as alturas precisas, p.^a q̄ se se mandasse trabalhar em muytas, e quaesquer partes destacadas, se podesse executar a ordem sem receyo de perder hñ palmo de obra, nem fazer menos do precizo (como fica já ponderado no ponto 8.^o e sua explanação:) mas como não vejo q̄ se siga este methodo, receyo muyto q̄ podendo a obra ser feita com menos gasto, ou só o precizo, se lhe acrescentem despezas sem se seguir melhoria, antes alguns prejuizos: porq̄ no cazo presente nenhuma difficuldade há em pôr a agoa livre no bairro alto, no que se deve pôr o cuidado hé em determinar o precizo por não gastar o superfluo: e este hé hum dos principaes estimulos, que me obrigarão a estas preparações, e addições, em que senão acertei no que discurri me persuado não errar no que intentei.

Lx.^a Occid.^{al} 6 de Novembro de 1731.

Manuel da Maya

(66) Lapsos de escrita por certo. *Matérias.*



O SENADO DA CÂMARA E OS SEUS PRESIDENTES

(CONTINUAÇÃO DO NÚMERO ANTERIOR)

POR FERREIRA DE ANDRADE

PRESIDENCIA — VEREADORES
AS SEMANAS

1720 — 1744

Por motivos que se desconhecem, não foi, durante o longo período de vinte e um anos, nomeado nenhum presidente para os dois Senados de Lisboa, nem mesmo, unificados num só em 1741, designado, até ao ano de 1749, o responsável pelo então Senado da Câmara.

Não tendo havido, porém, qualquer alteração ao regulamento em vigor, os Senados deram como válido o capítulo 21, de Agosto de 1591, que estipulava:

«E sendo ausente da Câmara o presidente, correrá a presidência em seu lugar pelos vereadores, presidindo cada um às semanas, começando pelo mais antigo»⁽¹⁾.

⁽¹⁾ Livro Carmezim, fl. 77.

Embora nos actos internos do Senado os vereadores seguissem a norma havia muito estabelecida, o facto é que, nas cerimónias officiais, surgiram desde logo profundas desinteligências.

Uma das mais altas prerrogativas municipais — como já tivemos ocasião de referir — consistia na honra atribuída ao presidente do Senado de conduzir nas procissões, ao lado do monarca, a segunda vara do pálido. Conhecida é, por já histórica, a fotografia da derradeira procissão do Corpo de Deus, realizada em Lisboa no último ano da monarquia e na qual se vê, ao lado de el-rei D. Manuel, o presidente da Câmara, o escritor Braamcamp Freire, que, já então, presidia à primeira vereação republicana da capital. Foi, pois, este privilégio, ciosamente defendido sempre pelo Senado, que motivou a questiúncula de que nos fala a consulta de 28 de Maio de 1720⁽¹⁾.

Manuel Vidigal de Moraes, como vereador mais velho, arrogava-se o direito da «preeminência do primeiro lugar em todas as acções públicas», ao passo que o seu colega Jorge Freire de Andrade alegava que, presidindo na semana em que se realizava a procissão, lhe competia a vara do pálido. Na sessão da Câmara os votos dividiram-se, recaíndo o despacho régio sobre a opinião do procurador da cidade e dos procuradores dos mesteres que defenderam a competência do vereador mais velho para representar o Senado nos actos públicos.

Não consta do arquivo municipal o despacho de D. João V que alterou este a que fazemos referência — «como parece dos últimos votos, sem prejuízo do direito que cada um poder ter, e enquanto, ouvidas as partes, não resolvo o contrário». No entanto, uns anos volvidos, os documentos sobre a procissão do Corpo de Deus referem-se (1726 e 1727) a que competia a Jorge Freire de Andrade, «como ministro que serve de presidente do Senado da Câmara, por mais antigo» a vara do pálido. Era já então, de facto, Jorge Freire de Andrade o vereador mais antigo. Por quanto tempo deixou a presidência dos dois Senados de ser presidida pelos vereadores, às semanas, competindo ela aos vereadores mais

antigos? Durante muitos anos, de facto, toda a correspondência para a Câmara, ou era dirigida ao escrivão do Senado, ou, então, a Jorge Freire de Andrade que, ainda em Junho de 1730, continuava a ser o «ministro que servia de presidente do Senado da Câmara, por mais antigo». No entanto, num *assento* da vereação da Câmara oriental, designa-se, em Julho desse mesmo ano, como seu presidente, à semana, o vereador Patrício Ribeiro Guimarães; e só em Janeiro de 1731 esta mesma designação é dada ao Senado ocidental.

A confusão continuaria ainda por alguns anos, proveniente da absurda e incoerente decisão do *Magnânimo*, que, em 1741, convencido decerto do erro administrativo que impusera à cidade, se viu forçado a revogá-la. O pedido, no entanto, feito por D. João V ao Papa Benedito XIV, há muito havia sido expedido para Roma. A constituição pontificia *Salvatoris Nostri*, de 13 de Dezembro de 1740, acabara com a separação de Lisboa em dois distritos eclesiásticos. A cidade volta a estar subordinada, no campo espiritual, a uma só diocese. Esta medida, que há muito se impunha, teve como consequência a ambicionada unificação dos dois Senados. A razão imperou. O respectivo alvará, datado de 31 de Agosto de 1741, é redigido nos seguintes termos⁽²⁾:

«Eu el-rei faço saber aos que este alvará virem, que, por haver respeito a ter o santo padre Benedito XIV, ora na igreja de Deus presidente, por justas razões que lhe foram presentes, unido, com meu real consentimento, por sua bula de *motu proprio*, de 13 de Dezembro do ano próximo passado, as duas cidades e territórios de Lisboa ocidental e oriental, extinguindo e abolindo, quanto ao governo eclesiástico, estas denominações, com as mais circunstâncias que na dita bula se contêm, e, por me parecer conveniente que, cessando a respeito do eclesiástico as sobreditas distinções e denominações, cesse também no secular a divisão que fui servido ordenar nesta minha muito nobre e sempre leal cidade de Lisboa, repartindo-a em ocidental e oriental, e determinando que em cada uma delas houvesse distinto

(¹) Livro II de D. João V, Sen. Ocíd., fl. 42.

(²) Livro XVI de Cons. de D. João V, fl. 132.

Senado da Câmara, com outras circunstâncias expressadas no alvará de 15 de Janeiro de 1717, em cuja conformidade ordenei já a todos os tribunais, juizes e mais officiais do meu serviço que nos papéis que expedirem ou fizerem expedir, assim em particular como no comum, se não faça mais a dita distincção das cidades, hei por bem que para o diante fiquem incorporadas em uma só as duas cidades de Lisboa occidental e oriental, com um só Senado, que se chamará de Lisboa, sem outro distintivo, o qual Senado se juntará e fará seu despacho na casa da vereação, sita no Rossio desta cidade, em seis dias da semana, com um só presidente e seis vereadores, um escrivão, dois procuradores da cidade e quatro procuradores dos mesteres dela, os quais constituirão daqui em diante um só cargo.

«Hei, outrossim, por bem que o aumento dos ordenados, que no dito alvará fui servido conceder aos presidentes e vereadores dos dois Senados de Lisboa occidental e oriental, continue adiante a favor do presidente e vereadores do Senado de Lisboa, levando na folha o presidente 200\$000 réis e cada um dos vereadores 100\$000 de acrescentamento, como se contém no dito alvará, por ser assim minha mercê; e, pelo que toca à outra casa, em que também se fazia vereação e suas adjacências, determinarei o que for servido. E este meu alvará quero que valha e tenha força e vigor como se fosse carta feita em meu nome, por mim assinada e passada por minha chancelaria, sem embargo da ordenação do liv. 2.^o, tit.^o 39 e 40, que o contrário dispõe».

Unificados, por este alvará, os dois Senados da Câmara, lógica seria a nomeação do respectivo presidente. Mas tal não aconteceu. A mesma incógnita subsistiria ainda por alguns anos. Falta de pessoa idónea para assumir tão elevado cargo? Propósito da respectiva Secretaria de Estado? Resposta alguma nos habilitam a formular os documentos de então.

A presidência do Senado ficou, assim, entregue aos vereadores, no seu exercício semanal. As cartas emanadas da Secretaria de Estado baixavam ao Senado ora dirigidas pessoalmente aos vereadores que na respectiva semana exerciam o cargo, ou, então, «ao vereador que estivesse de semana na presidência do Senado da Câmara».

A desorientação administrativa, as questiúnculas internas, a colisão de ordens, provenientes da falta de um presidente responsável e orientador, eram manifestas. Assim o reconheceu o próprio Senado quando viu arrastar-se o pertinaz e incompreensível propósito de se não designar o presidente da primeira Câmara do País.

A 14 de Fevereiro de 1744⁽¹⁾ a Câmara expõe a D. João V as suas razões e roga «para melhor governo dela e guarda dos seus reais decretos» que fosse, na «falta de presidente proprietário», designado o vereador mais antigo para exercer o cargo. A Câmara confessa que o exercício do lugar de presidente às semanas redundara nas «lamentáveis ruínas» que o próprio monarca conhecia. E reconhece ainda que há muito deveria ter exposto já ao Rei, que, não existindo na Câmara os vereadores fidalgos, a presidência corria entre todos os vereadores. A experiência mostrava bem que somente se poderia «reputar bom governo aquele em que um só deve dar conta ao seu monarca do que fez, sem ter de se desculpar com a diversidade de presidências».

Mas, só a 11 de Abril o Rei dá o seu acordo ao pedido da Câmara para que sirva de presidente o vereador mais antigo, sem, contudo, vencer maiores propinas que os seus colegas, quando exerciam a presidência às semanas.

Não teria sido esta, também, uma oportunidade para D. João V designar o presidente da Câmara? Mas não. Somente em 1749, já no fim do seu reinado, o *Magnânimo* nomeia o Barão do Alvito para a presidência do Município...

★

Em obediência, pois, ao despacho régio de 11 de Abril, começou a exercer o cargo de presidente do Senado o vereador Francisco da Cunha Rego. Anteriormente, desde a saída do Conde da Ribeira Grande, larga foi a lista dos vereadores que exerceram, às semanas, as elevadas funções de presidente do Senado. Citemos-lhes somente os nomes, sem nos abalancharmos a traçar as suas biografias,

(¹) Livro XVIII de Cons. e Des. de D. João V, fl. 66

confinado que está este trabalho à evocação daqueles que, de facto, exerceram o cargo para que foram designados: Jorge Freire de Andrade⁽¹⁾, Manuel Vidigal de Morais⁽²⁾, Inácio de Morais Sarmiento⁽³⁾, Jerónimo da Costa de Almeida⁽⁴⁾, Francisco da Cunha Rego⁽⁵⁾, Pedro de Pena Coutinho⁽⁶⁾, Gaspar Ferreira Aranha⁽⁷⁾, Manuel Martins Ferreira⁽⁸⁾, Crispim Mascarenhas de Figueiredo⁽⁹⁾, Manuel Pestana de Vasconcelos⁽¹⁰⁾, José Soares de Azevedo⁽¹¹⁾, António Pegado da Silva⁽¹²⁾, Caetano de Brito de Figueiredo⁽¹³⁾, Eugénio Dias de Matos⁽¹⁴⁾, João das Torres da Silva⁽¹⁵⁾, Eleutério Colares de Carvalho⁽²⁰⁾ e Duarte Salter de Mendonça⁽²¹⁾.

★

Sabido é que, ao ocupar, apenas com dezassete anos de idade, o trono, D. João V herdara um país sofrendo ainda as consequências nefastas de um prolongado período de campanhas, onde a manutenção das nossas tropas exigira pesados sacrifícios. Esgotadas as finanças, difícil seria uma administração profícua. O país estava pobre; e Lisboa, o principal centro administrativo da Nação, vivia na asfixia total das suas iniciativas, na impossibilidade de acudir às mais prementes necessidades urbanísticas. Não faltaram, é justo afirmá-lo, os esforços e a dedicação dos responsáveis pela gerência dos vários pelouros da edilidade. As inúmeras consultas e queixas ao poder régio atestam-no exuberantemente. À penúria do erário há que somar ainda o descalabro proveniente da peste de 1723. Ao êxodo seguiu-se o

desespero, o abandono. As cicatrizes de uma cidade empobrecida tornaram-se mais vivas. O aspecto da urbe era desolador. Reconhecia-o decerto o rei Magnânimo. Mas, na prodigalidade dos seus gastos, não teria podido resolver os graves problemas que atormentavam a Câmara? Difícil é fazer-se um juízo perfeito e justo da acção governativa de D. João V neste aspecto de protecção à edilidade lisbonense. São hoje concordes os nossos historiadores na análise imparcial dessa grande figura do nosso absolutismo. Para de facto se estudar a actuação do monarca na gerência do Estado há que o integrar na própria época em que viveu; há que reconhecer que nenhum Rei como ele, melhor prestigiou a Corte, a Nação e o nome de Portugal para além fronteiras. Enérgico, como Soberano que a tudo sobrepunha o poder régio, mas igualmente a honra do seu povo, não hesitou, em dado momento, de expulsar da Corte os embaixadores estrangeiros e bombardear, por desobediência, uma esquadra inglesa. Católico ao extremo, não deixa também de expulsar do Reino, por desinteligências com Roma, o próprio Núncio e, de todas as terras portuguesas, os vassallos do Sumo Pontífice.

Pobre, como dissemos, não se exime, porém, a cidade de vibrar de incontento regozijo patriótico, pelo alastrar em toda a Europa do nome de Portugal; pelo pasmo de Viena, de Utrecht, de Roma, ao verem o fausto, a grandiosidade das embaixadas lusitanas; ao receber as notícias da vitória dos Portugueses em Matapan, em Belgrado, na Índia, em Mazagão, no Brasil. Natural era, assim, a extraordinária euforia do povo da cidade ao assistir à pompa das festas religiosas, às touradas reais, à grandeza das ornamentações das ruas, pela entrada na capital dos príncipes do Brasil, do embaixador Galloway, do enviado de Carlos III, dos embaixadores mongóis, da rainha Maria Ana de Áustria, aos funerais espectaculares do Duque de Cadaval e do Infante D. Francisco, onde desfilaram, numa pompa extraordinária, todos os riquíssimos coches da Corte, à passagem sumptuosa do Cardeal D. Tomás de Almeida, montando uma mula ruça. Verdadeiros quadros da Renascença, numa apoteose de luz e de sol do Ocidente lusitano. E exultava ainda «com os acontecimentos sempre festejados da partida das frotas da Índia, das enviaturas ao Oriente, e, sobretudo, com as entradas das naus dos Quintos, vindas do

(1) Nomeado em 7/12/1708.

(2) Nomeado em 29/10/1704.

(3) Nomeado em 16/12/1715.

(4) Nomeado em 17/6/1725. Suspenso por seis meses em 2 de Março de 1730, «para castigo das suas desordens e não ter procedido como era obrigado».

(5) Nomeado em 19/6/1733.

(6) Nomeado em 27/6/1733.

(7) Nomeado em 22/11/1740.

(8) Idem.

(9) Nomeado em 13/11/1706.

(10) Nomeado em 20/3/1725.

(11) Nomeado em 17/6/1725.

(12) Idem.

(13) Nomeado em 10/2/1730.

(14) Nomeado em 10/6/1733.

(15) Idem.

(16) Nomeado em 19/6/1733.

(17) Nomeado em 2/4/1738.

Brasil, atochadas de milhões de cruzados, em metais ricos e pedras preciosas das minas do Sabará e de Ouro Preto, que permitiam à Fazenda Real, esse estadear permanente de cortejos e de procissões. Havia sempre Toiros no Terreiro do Paço, repiques de sinos — que eram o dixe real — luminárias, fogos de artifício, salvas, descargas atroadoras e, de quando em quando, serenatas e representações teatrais. O Terreiro do Paço e as ruas nobres da Cidade, engalanadas de arcos decorativos com imaginosas alegorias, cobertas de alecrim e espadanas, mudadas pelo delírio ornamental da época em galerias cortesãs tapizadas de veludos, sedas e brocados, enchiam os olhos dos lisboetas aturdidos. Quase não havia tempo para pensar no azeite, no trigo, ou no carvão que faltavam, nas picardias dos atravessadores e nos rigores dos almotacés» — como escreveu o nosso saudoso amigo Matos Sequeira.

★

Mas, como reconhecer, de facto, o esforço régio para o engrandecimento da urbe? Para tal, há que recordar não só o que nesse espaço de tempo se fez na cidade, como ainda os grandiosos projectos que a doença prematura do monarca impediu de serem realizados.

Se, por um lado, o estado das ruas de Lisboa continuava lastimável, o esforço feito para o arranjo das artérias no termo da cidade foi enorme.

O concerto das calçadas era então — e foi-o ainda durante longos anos — o calcanhar de Aquiles da Câmara. Qualquer arranjo que fosse feito depressa se deteriorava. Os pesados coches e os carrões de transporte de água e mantimentos eram o flagelo dos responsáveis pelo bom estado das ruas. Os conflitos surgiam; as queixas ao Rei sucedem-se amiúde. A Câmara envidava todos os esforços para remediar o mal que o próprio rei reconhecia e ambicionava resolver. Em 1738 o Senado, por insistência régia, abre o necessário concurso para o arranjo das ruas, mas «de sorte porém, que o dito concerto fosse bem feito e seguro». D. João V, como admirável administrador, determina que o contrato de conservação fosse extensivo a três anos, mas que — ordena peremptoriamente — no prazo de dois meses deveriam estar arrançados os principais lugares da cidade

e encontros. Reconhecendo, porém, a impossibilidade financeira da Câmara, determina que o pagamento dos primeiros concertos fosse feito a expensas da Casa da Moeda e o referente aos futuros três anos satisfeito pelo rendimento da variagem⁽²²⁾ que então mandara devolver ao Senado.

Não, não esquecera nunca D. João V a sua cidade, mesmo quando, na exaltação da opulência régia, na liberalidade magnânima das suas dádivas, esbanjara para além-fronteiras os quintos do ouro que as naus do Brasil traziam à Capital. Se a grandiosa obra de Mafra — cujo transcendente benefício para as artes em Portugal é indiscutível — poderá a um juízo precipitado parecer fruto de um sonho megalómano, a construção do Aqeduto das Águas Livres documenta, por si só, todo o extraordinário poder e excepcional visão de um monarca que muito amou a sua cidade natal. Conhecidas são as várias tentativas feitas através dos séculos para o abastecimento de água a Lisboa. Neste trabalho nos temos referido aos tópicos principais das variadíssimas fases de projectos e estudos que as diversas Câmaras deliberaram executar. Empresa de tal envergadura, de tão difícil execução só poderia, de facto, ser resolvida pela firme vontade de um Homem e pela insistência, o teimoso desejo de servir a cidade de um seu representante na administração municipal. Ao lado do Rei, a figura de Cláudio Gorgel do Amaral não deveria nunca ser esquecida. Mas nem sequer um simples dístico toponímico recorda hoje, na Lisboa que ele tanto amou, o seu nome, a tenacidade do seu esforço, a obra monumental por ele idealizada e, desde logo, acarinhada pela vontade férrea de um monarca empreendedor e arrojado.

★

Em Julho de 1728 um novo projecto de abastecimento de água ao Bairro Alto foi presente ao Senado. Apresentou-o António Júlio de la Pomarç⁽²³⁾. Outra tentativa e mais um malogro,

(22) *Mediagem ou direito das varas*. Era, segundo Freire de Oliveira, «uma das rendas municipais de mais remota origem». Reza sobre os impostos alfandegários cobrados nas fazendas de lã ou linho ou se vendessem por vara ou côvado.

(23) *Livro de Cons. de D. João V*, fl. 122.

muito embora ainda em Março de 1729 D. João V perguntasse à Câmara donde devia «sair a despesa para se trazer a agua livre ao Bairro Alto». Mas já então havia sido presente ao Rei o pormenorizado estudo do activo procurador da cidade, que havia procedido, no sítio de Água Livre, a várias sondagens, no Verão de 1728. Na consulta que enviara a D. João V expõe claramente Cláudio Gorgel do Amaral o resultado dos estudos a que procedera, como fruto de um projecto «que há muitos anos, confessou, trazia no seu cuidado». Só porém em 30 de Março de 1729 o monarca dá todo o seu apoio ao projecto e manda que a Câmara sobre ele se pronuncie. E os estudos de carácter administrativo começaram desde então. O povo rejubilava, sabendo mesmo que do seu bolso sairia, em breve, o contributo necessário a tão grande empresa, pela incidência de uma taxa a aplicar a vários produtos de consumo. O próprio clero não pôde, como era hábito, eximir-se a esse pagamento. D. João V, enérgico uma vez mais, não aceita a reclamação, nem mesmo a ameaça de ser interdito o reino. O seu despacho é peremptório e, ao mesmo tempo, gracioso: o clero também bebia água... devia pagá-la.

Pela documentação existente no arquivo municipal verifica-se que os preparativos que antecederam o início da obra ocuparam a principal actividade administrativa dos dois Senados. Finalmente o alvará régio de 12 de Maio de 1731⁽²¹⁾ marca a decisão firme de se iniciarem as obras. O documento é notável. Dele transparece a forte decisão do Rei, toda a força de vontade, o inquebrantável desejo de dotar a cidade com o principal melhoramento que há tanto ambicionava, custasse o que custasse, ferisse ou não interesses. «Hei por bem e mando — lê-se no alvará — que o superintendente que nomear para a mesma obra ordene logo, com toda a brevidade possível, que a dita obra se faça pelas terras, fazendas, moinhos, casas, casais, quintas, quintais e herdades, por onde houver de vir, ainda que sejam de pessoas privilegiadas, de qualquer estado, condição, qualidade e privilégio incorporado em direito, posto que seja de desembargadores, porquanto todos têm

obrigação de dar passagem à dita água e não há privilégio algum que disto se escuse». E, mais adiante, com a mesma firmeza de decisão, ordena que «não parará a dita obra por nenhum caso que seja».

E assim foi. Manuel da Maia — outra grande figura a quem Lisboa tanto ficou devendo — concebe o risco do notável empreendimento; Custódio Vieira é o seu grande colaborador. Em 16 de Agosto do ano seguinte as obras iniciam-se e doze anos volvidos as águas livres corriam na cidade, gorgolejando no grandioso tanque das Amoreiras. Sobre a ribeira de Alcântara erguiam-se, na sua arquitectura majestosa, ousada, impressionante, as elegantes arcarias que, pelo tempo fora e hoje ainda, ficaram a atestar o esforço de um povo, a vontade de um Rei, a dedicação e o zelo de um devotado servidor da cidade, a ciência, a arte, a perícia de técnicos de valor incontestável.

*

Sem falarmos já dos inúmeros melhoramentos operados nos caminhos dos arredores de Lisboa, que os trabalhos de Mafra e as constantes deslocções do Rei impuseram, outras obras ficaram a assinalar este movimentado período de renovação urbana, de intenso desenvolvimento habitacional⁽²²⁾. Citemos algumas delas: novos arruamentos na zona ocidental; alargamento das portas de Santo Antão, segundo o projecto de Ludovice; das ruas de S. Cristóvão e de Santa Justa; a construção dos acessos ao novo templo do Menino de Deus; desaparecimento do Arco do Cego; as obras de desobstrução de S. Pedro de Alcântara e consequente muro de protecção e o arranjo do Campo de Santana.

Obra de transcendente importância para a cidade, seria também a que D. João V desejou, ainda, levar a efeito: a transformação de toda a zona ribeirinha, cujo risco, talvez de Custódio Vieira, chegou a ser executado. A doença do *Magnânimo* impediu a cidade de ver então realizado outro dos seus desejos. Pela simples leitura do

⁽²¹⁾ Livro VII de Cons. de D. João V, fl. 67.

⁽²²⁾ Com a obra do Aqueduto e a afluência de casario nos seus arredores, surge a nova freguesia de Santa Isabel.

projecto apresentado ao Rei, em 1742⁽²⁶⁾, adivinhou-se a grandiosidade do empreendimento e o arrojo das concepções havidas para a execução e manutenção dos trabalhos. «Esta importante obra — esclarece o documento — que à primeira vista parece de uma despesa imensa, pode, pelo contrário, deixar um grande lucro a quem a compreenda, porque em todo o espaço que ficar do dito cais para dentro, livre do que ocuparem os molhes e canais, se podem fabricar ruas tiradas ao cordel, com casas de estruturas uniformes; e orçada a despesa da obra e o produto desses edifícios é fácil reconhecer que se tirarão grandes avanços desta empresa. Com os ditos edifícios — continua — virá a crescer notavelmente a povoação da cidade, na sua melhor parte, e poderá entre eles fabricar-se uma bolsa e outros cómodos para o comércio; e nos mesmos edifícios poderão interessar-se muitos particulares que hoje têm dinheiros mortos, por não acharem coisa segura em que os empregarem, e receberá entretanto o povo o benefício da circulação de muitos milhões que os officios mecânicos hão-de ganhar na execução destas obras».

Mas se, para a execução dos trabalhos do Aqueduto das Águas Livres, nunca faltou a enérgica direcção e o encorajamento do Rei, para as obras da Marinha faleceram, logo de início, essa mesma persistência, a habitual força de vontade e o desejo ardente de engrandecimento da cidade do Tejo. A doença minava-o já. Por toda a Lisboa, porém, estavam bem visíveis os resultados da sua obra. Além do Aqueduto eram uma realidade as capelas de S. Roque e de S. Domingos; a igreja do Menino de Deus e a estátua de S. João Nepomuceno, a ampliação do Paço Real da Ribeira, e quantos dos edifícios ficaram a atestar uma época de fulgor artístico, o afluxo de mestres estrangeiros e subsequente criação de escolas de arquitectura e de escultura.

A conservação do passado histórico e arqueológico da cidade era, sem dúvida, uma das principais preocupações do monarca. Atestam-no não só muitas das atribuições da Academia de História que instituíra, mas a promulgação do decreto de 20 de Agosto de 1721, pelo qual estabelecia «que nenhuma pessoa, de qualquer estado, qua-

lidade ou condição, desfizesse ou destruísse, no todo ou em parte, edificio que mostrasse ser da época do domínio dos Fenícios, Gregos, Cartagineses, Romanos, Godos ou Mouros, nem estátuas, mármores, cipos, lâminas ou chapas em que estivessem esculpidas figuras, letreiros ou caracteres daquelas épocas, etc.».

★

Lamentável era, no entanto — e durante mais de um século assim continuaria — o estado sanitário da cidade, a falta de higiene, a sujidade e lamaçal das ruas. Reconhecia-o a Câmara, que, muito embora considerasse a limpeza da cidade «um negócio tão importante ao bom governo e conservação dela», não tinha meios de o poder resolver. O Rei igualmente o reconhecia, mas nada mais poderia fazer do que chamar de quando em quando a atenção dos Senados para que ordenassem «que haja mais cuidado na limpeza das cidades, na qual há muito descuido». O problema, no entanto, merecia-lhe atenção especial; podemos dizer, mesmo, que o pretendeu resolver. Demonstra-o o facto de em Fevereiro de 1734 ter sido solicitado à Câmara, para «S. Magestade tomar resolução sobre a forma do expediente da limpeza das ruas da cidade» um «rol das cartas, provisões, decretos, alvarás e resoluções» que o Senado tivesse sobre a matéria.

Neste aspecto, a cidade de Lisboa não recebeu dos seus governantes, durante o período de 1720 a 1744, qualquer melhoria. Mas, justo é considerá-lo, este terrível flagelo da população não era somente circunscrito à nossa capital. O problema da dificuldade de limpeza das ruas, por falta das necessárias redes de esgotos, constituiu sempre o tormento dos principais aglomerados urbanos.

Outro aspecto da administração da cidade que muito preocupava os responsáveis pela segurança dos seus habitantes, já o temos referido: era o da manutenção de um corpo adestrado de homens para acudir aos incêndios. Durante este lapso de tempo a que nos reportamos, somente se procurou melhorar os serviços com a aquisição de quatro bombas. De Inglaterra veio, de facto, em Janeiro de 1734, esse material⁽²⁷⁾. Nada mais se fez.

(²⁶) Livro VI de Cons. de D. João V, fl. 271.

(²⁷) Livro IX de Cons. de D. João V, fl. 14.

VEREADOR PRESIDENTE
FRANCISCO DA CUNHA REGO

1744 — 1749

Como atrás referimos, de harmonia com o despacho de D. João V, de 11 de Abril de 1744, começou a exercer as funções de presidente o vereador mais antigo do Senado, o desembargador Francisco da Cunha Rego,

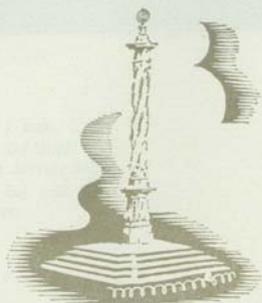
Reduzida, quase nula, pode dizer-se, foi a actividade municipal neste período da sua gerência. «O estado das ruas da cidade — escrevia em 1 de Janeiro de 1746 o secretário de Estado, António Guedes Pereira⁽²⁾ — se acham incapazes de andar por elas e nunca chegaram ao estado em que agora

se vêem...». Um ano mais se iniciava igual ao que findara e igual ao que se havia de seguir. A Câmara achava-se impotente para conseguir uma eficiente limpeza da cidade. A falta de cumprimento das obrigações impostas ao arrematante era contínua. O estado das artérias atingira o caos. As notificações sucediam-se. O Rei, através da sua Secretaria de Estado, chama a atenção do vereador presidente. E novas consultas e novos contratos se intercalam, sem resultados precisos. Enérgicamente, Pedro da Mota e Silva, secretário de Estado dos negócios do Reino, intima o Senado, em nome de D. João V, a, «no termo de três dias», mandar limpar todas as ruas e «pôr todo o cuidado para que daí em diante se continue na mesma diligência».

Mas com este ou aquele arrematante, com mais ou menos diligência dos almotacés e dos correge-dores, o estado de limpeza da cidade pouco melhorou.

⁽²⁾ Livro XXI de D. João V, fl. 12.

(Continua).



EDIÇÕES MUNICIPAIS DE PROPAGANDA E TURISMO

ALBUM DE POSTAIS COLORIDOS: «CAIS E RIO», «CASTELO DE S. JORGE», «ESTUFA FRIA», «JARDINS DE LISBOA», «LISBOA MODERNA», «LISBOA PITORESCA», «MIRADOUROS DE LISBOA», «MUSEU DA CIDADE» E «PARQUE FLORESTAL DE MONSANTO»

ANAIIS DO MUNICIPIO

ARCOS DE LISBOA

GUSTAVO DE MATOS SEQUEIRA

CHAFARIZES DE LISBOA

LUIS CHAVES

O CASTELO DE S. JORGE

COSTA GARCEZ

ESCULTURAS DE LISBOA

FERNANDO CASTELO-BRANCO

IGREJAS DE LISBOA

MATOS SEQUEIRA

JANELAS DE LISBOA
MANUEL VAZ FERREIRA DE ANDRADE

LISBOA
LUIS TEIXEIRA

MUSEUS DE LISBOA
FERNANDO CASTELO-BRANCO

POSTAIS «COSTUMES DE LISBOA»
DESENHOS DE LINO ANTÓNIO

REVISTA MUNICIPAL

NO PRELO:

GUIA TURISTICO DE LISBOA

FORTES E BRASÕES DE LISBOA
LUIS FERROS PONCE DE LEXO

EDIÇÕES MUNICIPAIS DE PROPAGANDA E TURISMO



Composto e impresso
nas Oficinas Gráficas da Câmara Municipal de Lisboa

PREÇARIO DA REVISTA:

Preço avulso	12\$50
Números duplos	20\$00
Assinatura (por cada série de 4 números)	40\$00

DEPOSITARIO GERAL:

Grupo «Amigos de Lisboa» — Largo Trindade Coelho, n.º 9, 1.º
Telefone 32 57 11

CORRESPONDENCIA:

Secção de Propaganda e Turismo da Câmara Municipal de Lisboa
Praça do Município — Telefone 36 29 51

